

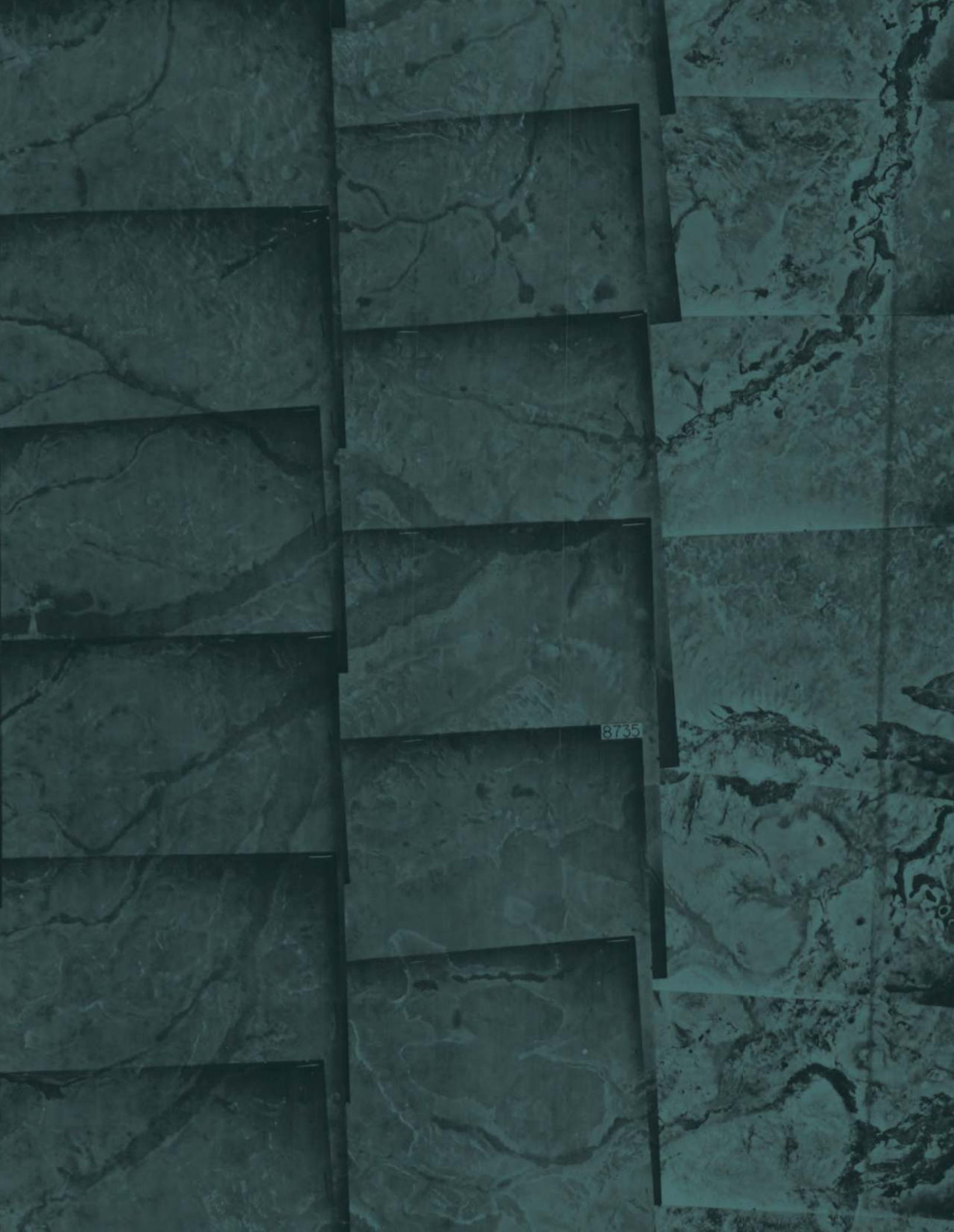
MEMÓRIA DA TERRA

Arqueologias da ancestralidade
e da despossessão do povo
Xavante de Marãiwatsédé

Paulo Tavares

26105

21840



MEMÓRIA DA TERRA

Arqueologias da ancestralidade
e da despossessão do povo
Xavante de Marãiwatsédé

Ministério Público Federal

Procurador-Geral da República
Antônio Augusto Brandão de Aras

Vice-Procurador-Geral da República
Humberto Jacques de Medeiros

Vice-Procurador-Geral Eleitoral
Renato Brill de Góes

Corregedora-Geral do Ministério Público Federal
Elizeta Maria de Paiva Ramos

Secretária-Geral
Eliana Peres Torelly de Carvalho



Ministério Público Federal

MEMÓRIA DA TERRA

Arqueologias da ancestralidade
e da despossessão do povo
Xavante de Marãiwatsédé

Paulo Tavares

MPF
Brasília/DF
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T231m

Tavares, Paulo.

Memória da terra : arqueologias da ancestralidade e da despossessão do povo Xavante de Marãiwatsédé / Paulo Tavares. – Brasília : MPF, 2020.

215 p. : il., fots., mapas.

Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/livros>.

ISBN 978-65-992597-0-8.

1. Índios xavante – Brasil. 2. Direitos do indígena – violação – Brasil. 3. Política indigenista – Brasil. 4. Etnografia. 5. Cultura indígena. 6. Patrimônio arqueológico. 7. Patrimônio histórico e cultural. 8. Comunidade indígena – migração. 9. Terras indígenas. 10. Posse da terra. 11. Demarcação de terra indígena. 12. Territorialidade. 13. Colonização. 14. Degradação ambiental. I. Título.

CDD 305.8

Elaborado por Juliana de Araújo Freitas Leão – CRB 1/2596

Coordenação e Organização

6ª Câmara de Coordenação e Revisão – Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Membros titulares:

Antônio Carlos Alpino Bigonha – Coordenador Subprocurador-geral da República

Mario Luiz Bonsaglia
Subprocurador-geral da República

Renato Brill de Goes
Subprocurador-geral da República

Membros suplentes:

Felício de Araújo Pontes Junior
Procurador Regional da República

Eliana Peres Torelly de Carvalho
Procuradora Regional da República

Marcelo Veiga Beckhausen
Procurador Regional da República

Elaboração

Paulo Tavares e Ana Altberg
www.autonoma.xyz

Normalização bibliográfica

Coordenadoria de Biblioteca e Pesquisa (Cobip)

Planejamento visual e diagramação

Bianca Prado / Secom

Revisão

Ana Paula Rodrigues de Azevedo / Secom
Fernanda Souza / Secom

Procuradoria-Geral da República

SAF Sul, Quadra 4, Conjunto C
CEP 70050-900 – Brasília, DF
Tel.: (61) 3105-5100
www.mpf.mp.br

AGRADECIMENTOS

À comunidade A'uwe-Xavante de Marãiwatsédé, por sempre nos receber com hospitalidade e compartilhar com nossa equipe sua heroica história de vida e luta; aos membros da Associação Bö'u com quem realizamos essa investigação: cacique Damião Paridzané, Cosme Rité e Domingos Tsereõmorãté Hö'awari; aos anciãos Policarpo Waire Tserenhorã, Dario Tserewhorã e Marcelo Abaré, os verdadeiros autores dos mapeamentos apresentados neste relatório; aos colegas do Posto de Saúde de Marãiwatsédé, guerreiros incansáveis; e às várias pessoas que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para que este trabalho fosse realizado, especialmente Magno Silvestre, Iara Ferraz, Daniel Batista Liberal, Gilberto Azanha, Caimi Waiassé e Jurandir Siridiwe.

ABREVIATURAS E SIGLAS

	Associação Xavante Bö'u
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/Serviço Geológico do Brasil
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DPT	Diretoria de Proteção Territorial
FAB	Força Aérea Brasileira
FBC	Fundação Brasil Central
Funai	Fundação Nacional do Índio
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MI	Museu do Índio
MPF	Ministério Público Federal
PIA	Posto Indígena de Atração
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
Sudam	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TI	Terra Indígena
Usaf	United States Air Force (Força Aérea dos Estados Unidos)
USGS	United States Geological Survey



SUMÁRIO

PRÓLOGO	13
APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	
A POLÍTICA DO APAGAMENTO E A MEMÓRIA DA TERRA	17
PARTE I	
O PAÍS XAVANTE	37
<i>O território A'we-Xavante antes da pacificação (1820-1950)</i>	
Uma Nação de Refugiados	38
<i>O primeiro aldeamento e o processo migratório</i>	
As Fronteiras do Território A'uwe-Xavante	44
<i>Dispersão geográfica e ocupação do Rio das Mortes</i>	
A População A'uwe	52
<i>Vazios demográficos ou dados vazios?</i>	
Territorialidade Xavante	55
<i>A geografia móvel das aldeias A'uwe</i>	
Vestígios da Ocupação A'uwe	74
<i>Identificação de evidências das antigas aldeias Xavante</i>	
ARQUEOLOGIA	
A'UWE XAVANTE	81
PARTE II	
A PACIFICAÇÃO	97
<i>Despossessão, redução e confinamento territorial do povo A'uwe (1930-1966)</i>	
O Cerco ao Território A'uwe	98
<i>As políticas de colonização e as "frentes de atração" dos Xavante</i>	
Os Mapas do Estado	107
<i>O reconhecimento e a não demarcação do território Xavante</i>	

Deslocamentos e Aldeamentos	115
------------------------------------	------------

Remoções compulsórias, cerceamento da mobilidade e confinamento territorial da população Xavante

Arquipélago Xavante	125
----------------------------	------------

Demarcação das terras e degradação ambiental do território A'uwe

PARTE III

MARÃIWATSÉDÉ	131
---------------------	------------

O caso do povo Xavante de Marãiwatsédé

Refúgio e Resistência	132
------------------------------	------------

O território de Marãiwatsédé

A Política da Omissão	141
------------------------------	------------

Os Xavante de Marãiwatsédé entre o extermínio e o abandono

A Política do Apagamento	153
---------------------------------	------------

Aldeamento, remoção e negação da existência do povo Xavante de Marãiwatsédé

A Memória da Terra	167
---------------------------	------------

Mapeamento de antigas aldeias de Marãiwatsédé

ARQUEOLOGIA

MARÃIWATSÉDÉ	173
---------------------	------------

O Legado da Violência	184
------------------------------	------------

A demarcação inconclusa e a destruição ambiental da T.I. Marãiwatsédé

CONCLUSÃO

DESPOSSESSÃO CONTÍNUA	201
------------------------------	------------

REFERÊNCIAS	211
--------------------	------------

DOCUMENTOS CONSULTADOS	213
-------------------------------	------------

PREFÁCIO

O trabalho de Paulo Tavares revisita a etnografia sobre o povo Xavante, registrando e discutindo sua diáspora em razão do choque do grupo indígena com a sociedade nacional. Partindo dos primeiros registros da presença Xavante na Bacia do Rio Tocantins, no século XVIII, a perícia traz apontamentos sobre o seu deslocamento até a margem esquerda do Rio Araguaia, na primeira metade do século XIX, aprofundando-se nos conflitos mais recentes decorrentes da frente de expansão do capital em direção à Região Amazônica, já no século XX. O trabalho contribui com a espacialização dessa história mais recente do grupo por meio de imagens de satélite. Para tanto, valeu-se o autor de mapeamento aerofotográfico realizado pela Força Aérea dos Estados Unidos em parceria com a Força Aérea Brasileira, entre 1966 e 1969; e de imagens do Projeto Hexagon, executado por uma agência ligada ao Departamento de Defesa dos EUA, que realizou o levantamento de praticamente toda a superfície terrestre entre os anos de 1973 e 1980, por meio de imagens de satélite.

O trabalho revela extensa pesquisa bibliográfica e documental, com destaque para o acervo reunido no Inquérito Civil 1.20.004.000072/2014-82, da Procuradoria da República no Município de Barra do Garças, que apurou a violação de direitos do povo Xavante, em razão da dramática remoção forçada do grupo ocupante do território de Marãiwatsédé. A remoção ocorreu em agosto de 1966 e foi patrocinada pelo governo militar brasileiro, associado a poderosos grupos empresariais, que instalaram na região um extenso latifúndio.

O inquérito civil referido conta também com parecer psicossocial do psicólogo Bruno Simões, que revela o processo de traumatização

coletiva do grupo indígena. Conta ainda com mais de dez horas de entrevistas com membros da etnia, que foram em seguida traduzidas ao português com o apoio da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. O registro audiovisual de indivíduos quase centenários que vivenciaram a remoção forçada ocorrida em 1966 é um poderoso registro histórico. A ação civil pública para reparação de direitos do povo Xavante foi ajuizada perante a Subseção da Justiça Federal em Barra do Garças em dezembro de 2016, e ainda aguarda julgamento.

Violação de direitos deixa sempre cicatrizes. Essas cicatrizes são, ao mesmo tempo, psicológicas, dos indivíduos e dos grupos que vivenciam processos de traumatização; espaciais ou geográficas, decorrentes da apropriação, reapropriação, despossessão e destruição dos territórios; e também físicas, inscritas nos corpos dos homens e mulheres, idosos e crianças, que foram violentados e mortos. Em todos os casos, a sua reparação exige uma cuidadosa arqueologia, feita com novos métodos e epistemologias capazes de desvelar os sujeitos apagados nos processos de colonização, tais como o presente estudo.

Marãiwatsédé é a história conturbada do resgate da terra, da dignidade e da autonomia de um dos grupos que formam o numeroso povo Xavante. História aqui contada com a ajuda de olhos de satélites que registraram as cicatrizes deixadas pela passagem dos grupos humanos no vasto espaço territorial delimitado entre o Rio das Mortes, o Rio Tapirapé e a Serra do Roncador – a Pátria Xavante.

Wilson Rocha de Assis

Procurador da República, responsável pela Ação Civil Pública 2766-51.2016.4.01.3605

PRÓLOGO

Este trabalho vem a lume ao grande público em um dos mais graves momentos da vida nacional. Concebido como estudo técnico para instruir um inquérito civil instaurado pela Procuradoria da República no município de Barra do Garças (MT), a obra, após exaurir sua primeira vocação – pericial – afirma sua autonomia pela descrição erudita e minuciosa da luta do povo Xavante pela restituição de seu território. Uma luta que tem início com a conquista portuguesa no século XVI e persiste até os nossos dias.

Após 40 anos de vigência da Constituição de 1988, o relato das arbitrariedades e desumanidades cometidas contra os Xavante desde a conquista, e, particularmente, durante o século XX, dá-nos a dimensão do contexto em que foi debatido e redigido o Capítulo Indígena na Assembleia Nacional Constituinte. Tratava-se ali de corrigir a atividade genocida do Estado, praticada continuamente ao longo de séculos, primeiro para escravizar os indígenas, depois sob o pretexto de integrá-los à sociedade e finalmente apagá-los da realidade nacional.

O art. 231 da Constituição da República é a manifestação positiva dos debates constituintes acerca da territorialidade indígena. A adoção do conceito de posse tradicional veio em resposta às políticas de integração e de apagamento adotadas pelo Estado brasileiro até a redemocratização do país na década de 1980. *Memória da Terra* constitui um relato eloquente de como a discussão de um novo pacto democrático na Constituinte era indissociável da necessidade de restituir aos povos indígenas o direito à sua cultura, inclusive à sua territorialidade.

A volta do paradigma colonial e integracionista à agenda de nossas instituições estatais indigenistas, em pleno século XXI, coincide com a grave crise da democracia no Brasil, o que se agrava pela pandemia provocada pela Covid-19. O projeto vencedor das eleições de 2018 comprometeu-se em não demarcar um centímetro de terras indígenas, embora o prazo de cinco anos fixado pelo art. 67 do ADCT, para a conclusão destes trabalhos, tenha expirado em 1993. Contamos hoje com pouco mais de 40% dos territórios indígenas demarcados, segundo dados do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). O cumprimento zeloso da promessa política ocorre em um cenário de avanço da fronteira agrícola e valorização da terra, contexto no qual a história aqui narrada se repete: o indígena é novamente chamado a integrar-se à economia nacional, como um parceiro agrícola, e o conceito de posse tradicional é mitigado (apagado) por sua submissão a um marco temporal.

Memória da Terra trata da longa trajetória percorrida pelos Xavante na busca por dignidade humana e pelo respeito ao seu território, desde a conquista portuguesa até a homologação da TI Marãiwatsédé em 1998. Direitos conquistados com os fundamentos democráticos da Constituição de 1988. Mas sua história representa as mesmas aflições e desafios impostos a todos os indígenas brasileiros. E deixa no ar uma indagação inquietante: assim como parece inviável manter o estatuto indígena fora de um ambiente democrático, será possível uma democracia substantiva sem o efetivo respeito aos direitos indígenas?

Antônio Carlos Alpino Bigonha

APRESENTAÇÃO

Este estudo foi produzido com o objetivo de prover subsídio pericial ao Inquérito Civil Público 1.20.004.000072/2014-82, movido pelo Ministério Público Federal – Procuradoria da República do Município de Barra do Garças, para obtenção de reparação de danos materiais e morais sofridos pelo povo Xavante de Marãiwatsédé devido à remoção forçada de seu território originário em agosto de 1966. O relatório apresenta um parecer detalhado sobre o processo de deslocamento compulsório a que essa população foi submetida durante décadas para que empreendimentos agropecuários e obras de infraestrutura fossem instalados em suas terras. O acervo documental compilado e analisado, que inclui uma série de cartografias inéditas identificando antigos assentamentos Xavante, também oferece um corpo de evidências irrefutável da ancestralidade da ocupação indígena no território de Marãiwatsédé.

Esta investigação foi desenvolvida em colaboração com a Associação Xavante Bö'u e contou com o suporte do Ministério Público Federal, da Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo (Fapesp) e da agência Forensic Architecture, Goldsmiths – Universidade de Londres.

Paulo Tavares



INTRODUÇÃO

**A POLÍTICA DO APAGAMENTO E A
MEMÓRIA DA TERRA**

Em março de 2017, durante um encontro com empresários do agronegócio do estado de Mato Grosso, o ex-secretário especial de Saúde Indígena, Sr. Rodrigo Rodrigues, então cotado para assumir a Diretoria de Proteção Territorial da Funai, afirmava que a demarcação da Terra Indígena (T.I.) Xavante de Marãiwatsédé havia sido um “absurdo total”, pois segundo ele essa área “nunca foi terra indígena”.¹ Em 2014, quando o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) apresentou a proposta de um grande desvio na rodovia BR-158 para retirá-la do meio da T.I. Marãiwatsédé, argumentos similares de que essa área não constituía território originário Xavante foram ventilados na mídia para tentar barrar o projeto, que até hoje não saiu do papel. A negação da presença ancestral xavante nessa região também foi instrumental para mobilizar a invasão da T.I. Marãiwatsédé após o processo de identificação realizado pela Funai em 1992, e ainda hoje esse tipo de discurso é recorrente em diferentes esferas públicas, atentando contra os direitos desse povo e pondo em risco a soberania de suas terras e a segurança de suas comunidades.

Situada na região da Serra do Roncador, nordeste do estado de Mato Grosso, uma zona hoje completamente tomada por grandes plantações de soja, a T.I. Marãiwatsédé foi homologada em 1998, depois de mais de três décadas da remoção forçada das comunidades indígenas desse território. Em agosto de 1966, após serem submetidos a uma violenta campanha de despojos e deslocamentos compulsórios durante anos, os Xavante de Marãiwatsédé

1 BORGES, Cintia. Ex-secretário de Saúde Indígena assume pasta na Funai. **Circuito**, Mato Grosso, 27 mar. 2017. Disponível em: <http://circuitomt.com.br/editorias/politica/106347-exsecretario-de-saade-indigena-assume-pasta-na-funai.html>.

Em resposta às declarações do Sr. Rodrigo Rodrigues, no dia seguinte a Funai lançou nota pública para “reiterar o seu reconhecimento à tradicionalidade da ocupação da Terra Indígena Marãiwatsédé”. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4169-nota-de-esclarecimento-sobre-a-ti-maraiwatsede>.

foram transferidos de sua terra ancestral para uma região a mais de 400 km de distância em uma operação comandada pela Força Aérea Brasileira (FAB) e autorizada pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão indigenista oficial da época. A remoção dessa população estava atrelada às políticas de “ocupação e integração” dos “vazios demográficos” implementadas pelo regime militar, nesse caso para viabilizar um megaempreendimento agropecuário conhecido como Fazenda Suiá-Missu. No início dos anos 1990, após mais de duas décadas de exílio e luta, os Xavante de Marãiwatsédé conquistaram o direito ao retorno a suas terras originárias, o que só ocorreu plenamente no final de 2013, quando a desintrusão da reserva indígena foi finalmente realizada.

O discurso de que essa região “nunca foi terra indígena” dá continuidade ao violento processo de despossessão e remoção de que essas comunidades foram vítimas entre as décadas de 1940 e 1960, novamente expropriando-as do direito de ocupar e pertencer a um território que, conforme demonstrado neste estudo, é tradicionalmente habitado pelos A’uwe-Xavante desde o século XIX pelo menos. Essas tentativas de apagamento da existência indígena em Marãiwatsédé estão enraizadas nas sistemáticas violações de direitos perpetradas contra essas comunidades em virtude de políticas de colonização que foram instaladas em seu território nessa época. O próprio conceito de “vazio demográfico” que sustentava tais políticas pressupunha não apenas a negação da existência desses povos, mas também sua remoção física do território e, no limite, o extermínio.

Segundo as conclusões apresentadas no *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*, um dos elementos centrais das violações de direitos cometidas pelo Estado contra povos indígenas em todo o período investigado (1946-1988), principalmente durante o



Imagem 1.
Formação de árvores
no sítio da antiga
Aldeia Tsinõ.

regime militar (1964–1984), reside no fato de que tais violações eram “sistêmicas” e resultavam de ações que tinham por objetivo “produzir vazios demográficos”, isto é, funcionavam como instrumentos de uma prática de governo das populações e dos territórios indígenas que poderíamos chamar de *política do apagamento*:

Outra característica sistemática das violações cometidas contra indígenas no período em questão reside no fato de que, ainda que tenham se dirigido a indivíduos, tiveram como alvos povos como um todo e enquanto tais. Liberar terras para fins de colonização ou para a construção de obras de infraestrutura *levou não só a tentativas de negação formal da existência de certos povos indígenas, em determinadas regiões, mas também a meios de tornar esse apagamento realidade.*²

2 CNV, 2014, p. 223.

O longo processo de despojo e remoção dos Xavante de Marãiwatsédé é um caso emblemático, porque extremamente violento, e também paradigmático, porque serviu como laboratório para operações similares em outras terras indígenas, dessa *política do apagamento* executada pelo Estado brasileiro em diferentes regiões do território nacional. O resultado de sua aplicação em terras Xavante foi o quase completo extermínio cultural e físico das comunidades de Marãiwatsédé, que sofreram um decrescimento demográfico devastador devido à perda de seu *habitat* tradicional e, após a transferência forçada em 1966, passaram por um período extremamente traumático de exílio e desagregação social.

A negação da existência ancestral indígena nessa região, e, por consequência, a negação dos direitos territoriais dessas comunidades, ato que também significa expropriar-lhes a história e a memória, constituem uma forma de perpetuar a *política do apagamento* por outros meios. Após mais de 20 anos da identificação da T.I. Marãiwatsédé, a sobrevivência desse tipo de discurso na esfera pública mostra como o legado tóxico do passado recente de violência contra os povos originários ainda está presente na maneira pela qual o Estado, suas instituições e a sociedade nacional de maneira geral se relacionam com essas populações. A construção da memória e da verdade histórica desses eventos, bem como a reparação das graves violações que foram cometidas contra as comunidades Xavante, é passo essencial para reverter esse legado de violência e violações que ainda afeta essa população e ameaça a integridade de seu território remanescente.

O estudo apresentado a seguir é uma contribuição para a construção da memória desses acontecimentos, bem como para a construção da memória do próprio território originário dos A'uwe-Xavante de Marãiwatsédé. Por meio da análise de vários tipos e

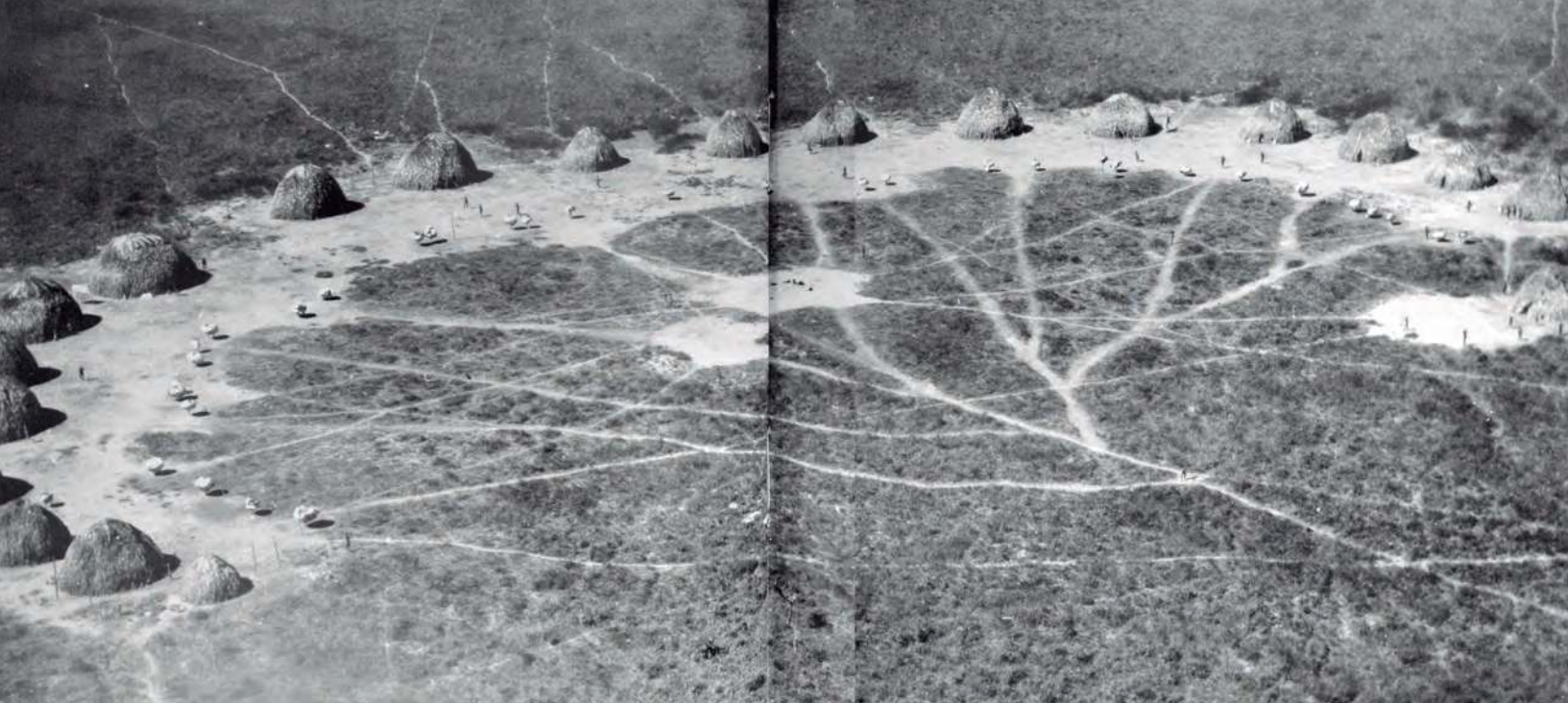
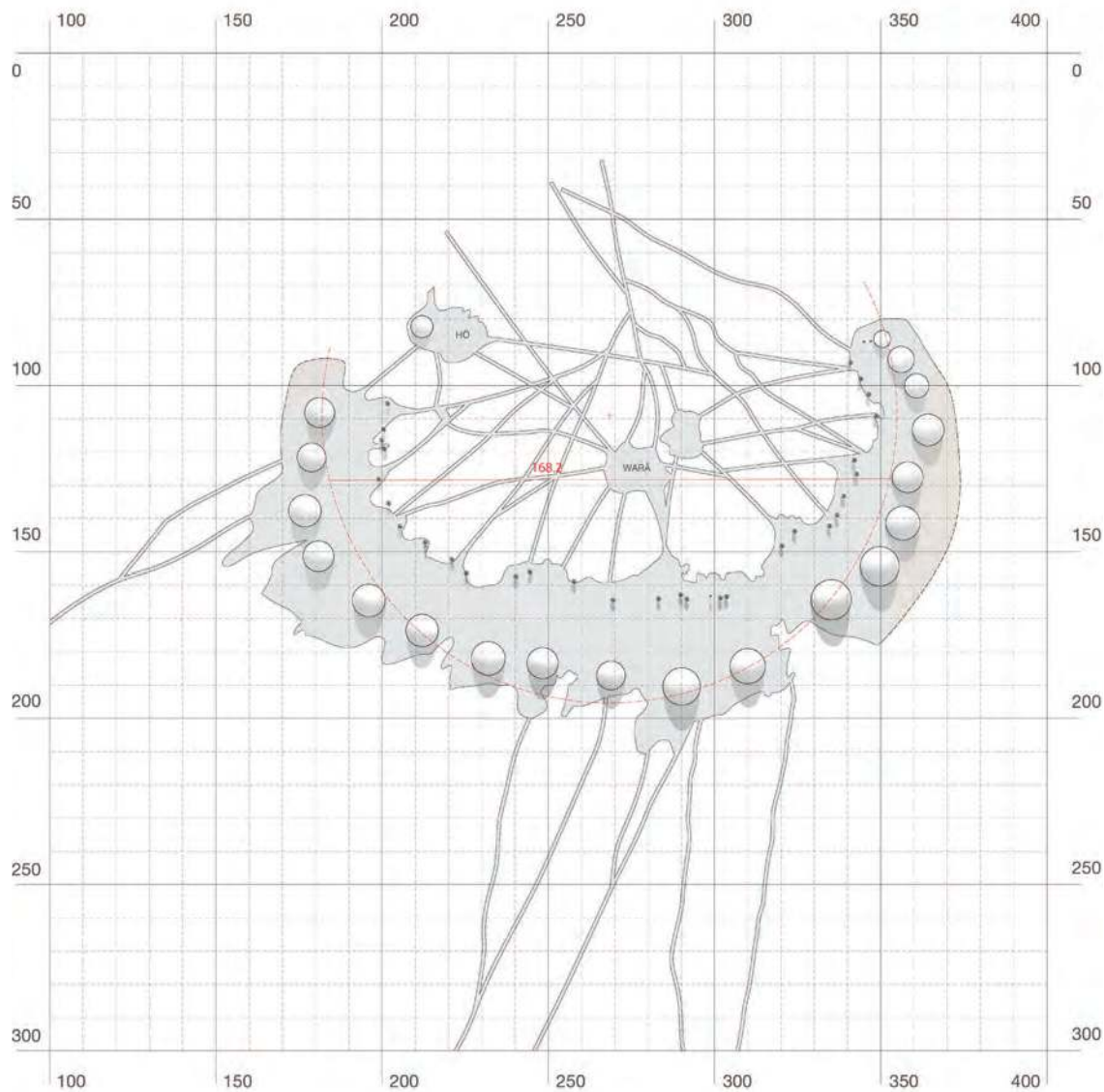


Imagem 2.
Fotografia de antiga
Aldeia Xavante
feita por Jean
Manzon (S./d.,
provavelmente
em 1950).

de diversas fontes de informação – incluindo registros de diversos arquivos, cartografias, testemunhos, fotografias históricas, imagens de satélite e outros dados – esta investigação examina as ações de agentes governamentais e particulares para deslocar o povo Xavante com o objetivo de tomar suas terras, apresentando um mapeamento detalhado do processo de desterritorialização sofrido por essas comunidades. Esse conjunto documental, em especial os arquivos da campanha de “atração e pacificação” dos Xavante conduzida pelo Serviço de Proteção aos Índios nas décadas de 1940-1960, ilumina a racionalidade e a intencionalidade dessas ações, bem como o papel estrutural que desempenhavam nas políticas de Estado, demonstrando como formas de “produção de vazios demográficos” eram de fato operacionalizadas no território.

A análise desse acervo documental também revela uma série de evidências que comprovam a presença ancestral dos Xavante em Marãiwatsédé. A partir dos anos 1940, principalmente depois da criação da Fundação Brasil Central pelo governo de Getúlio Vargas em 1943, essa região se tornou um território estratégico nas políticas de Estado e foi alvo de uma série de investidas colonizadoras durante décadas. A presença xavante passou a ser encarada



como um obstáculo para a implementação dessas políticas, e desse modo iniciou-se uma longa campanha para forçar o contato com essa população e removê-la de suas aldeias. Para que isso fosse realizado, uma série de informações a respeito do território e da população A'uwe foi produzida. As primeiras expedições de “pacificação” conduzidas nos anos 1940-1950 foram extensivamente documentadas, tanto em texto como em imagens, e nos anos 1960-1970 essa região foi alvo de várias missões de mapeamento por satélite e aerofotografias. Observados retrospectivamente, esses registros testemunham sobre a ocupação ancestral indígena de maneira incontestável.

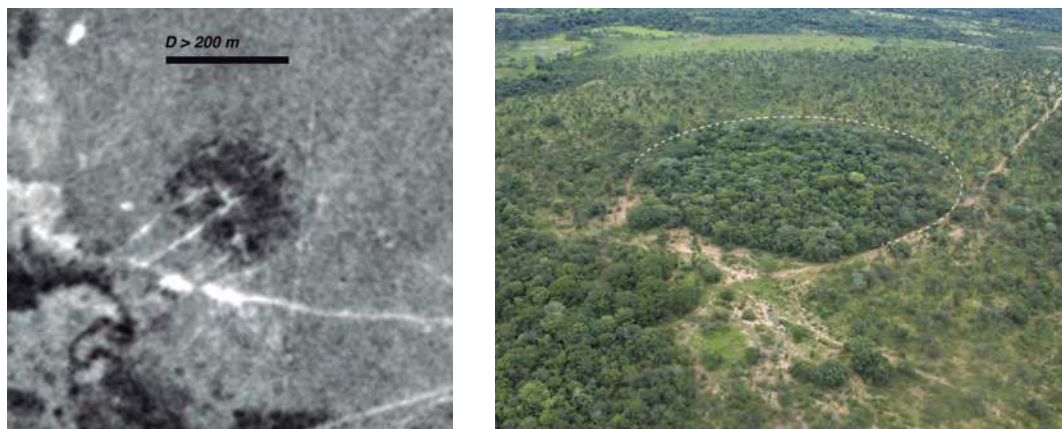
Imagem 3.
Reconstituição da
arquitetura da Aldeia
Xavante a partir de
modelagem espacial
da fotografia.

Este estudo também mostra a forma pela qual, após a remoção forçada em 1966, certos discursos e ações foram empregados para tentar apagar o passado indígena da região de Marãiwatsédé. Um dos exemplos mais expressivos desse processo consiste na série de documentos referentes à “certidão negativa” emitida pela Funai em 1974, que atestava “não haver conhecimento da existência de aldeamentos indígenas” nessa área, e dessa forma liberava legalmente as terras Xavante para serem ocupadas por terceiros.³

Em que pese às múltiplas tentativas de apagamento da presença e da história indígena na região, tentativas que ainda seguem correntes, a ocupação ancestral xavante no território de Marãiwatsédé foi documentada em diversos registros históricos, dos quais um dos mais significativos é o próprio território. O conjunto de evidências mais expressivo apresentado neste relatório consiste no mapeamento inédito de vários vestígios arqueológicos de antigas aldeias e cemitérios indígenas encontrados em diferentes pontos da região que os Xavante reconhecem como seu território originário. Esse mapeamento foi realizado em três frentes complementares: reconstituição histórico-geográfica da ocupação dos A'uwe-Xavante por meio de oficinas de cartografia participativa com anciãos de Marãiwatsédé; análise de imagens de satélite e aerofotografias; e expedições de campo para identificação e documentação dos sítios arqueológicos.

Utilizando metodologias de análise visual forense, investigou-se o acervo de imagens de projetos de mapeamento que fotografaram a região da Serra do Roncador nos anos 1960 e 1970. Nessas imagens é possível identificar certos aspectos da paisagem que indicam como o território Xavante era ocupado antes dos deslocamentos.

3 FUNAI. *Certidão Negativa*. 7 maio 1974.



Apesar das transformações dramáticas que tinham ocorrido nessa região devido ao avanço do desmatamento na época em que essas fotografias foram feitas, momento em que as comunidades dos Xavante já haviam sido deslocadas de suas aldeias de origem, alguns antigos assentamentos indígenas parecem ter sido tão antigos e longevos que deixaram marcas profundas no território, marcas que aparecem claramente visíveis nessas imagens.

Imagem 4.
Fotografia de satélite da antiga Aldeia Bö'u (1976, KH-9/Hexagon).

Imagem 5.
Fotografia de drone da antiga Aldeia Bö'u em seu estado atual.

Os vestígios identificados foram analisados em relação a uma série de fotografias de antigas aldeias Xavante feitas durante sobrevoos de reconhecimento da região nos anos 1940 durante a campanha de “atração e pacificação” levada a cabo pelo SPI. A forma espacial, a disposição geográfica e a dimensão das marcas encontradas nas imagens de satélite são compatíveis com a arquitetura dos assentamentos tradicionais xavante tal como documentada nesses registros históricos. Além disso, a partir das oficinas realizadas com os anciãos, foi possível estabelecer a identidade da maioria dos sítios arqueológicos identificados. Alguns indicam os lugares das aldeias mais antigas e significativas do território originário dos A'uwe-Xavante, como o sítio de Sõrepré, primeira aldeia e centro geopolítico de todo o território ancestral A'uwe, e a identificação dos vestígios da Aldeia Bö'u, centro político e cultural do território de Marãiwatsédé.

Guiada por um grupo de anciãos xavante, profundos conhecedores da geografia e da ecologia dessa região, esta investigação também examinou e documentou alguns desses lugares *in loco*. No território, as antigas aldeias Xavante podem ser identificadas por meio de indícios bem característicos que são facilmente reconhecidos pelos anciãos, como por exemplo a forma e a composição botânica de certas formações vegetais, ou a presença e a disposição de certas espécies de árvores e palmeiras em determinadas áreas. Este relatório apresenta uma série de mapeamentos dessas “evidências botânicas” que caracterizam esses sítios arqueológicos e, dessa forma, oferece provas materiais substantivas que corroboram a história oral xavante sobre a ocupação ancestral desse território. Com efeito, o passado indígena dessa região está gravado não apenas na memória coletiva do povo Xavante, mas também na memória da própria terra.

A maioria dos sítios arqueológicos xavante provavelmente já foi destruída devido à expansão predatória da fronteira agropecuária, e boa parte dos sítios remanescentes – aldeias e cemitérios que provavelmente datam do século XIX – encontra-se fora das terras indígenas demarcadas. Isso significa que esse patrimônio está sob sério risco de também desaparecer. Sem acesso a suas antigas aldeias e cemitérios, apartados de sua história e memória territorial, o violento processo de despossessão a que essas comunidades foram submetidas continua em curso. A reparação pelas violações que sofreram passa pela implementação de medidas que visem à conservação desses sítios e à sua restituição aos Xavante, evitando assim que sejam destruídos, e que a *política do apagamento* continue a ser repetida.

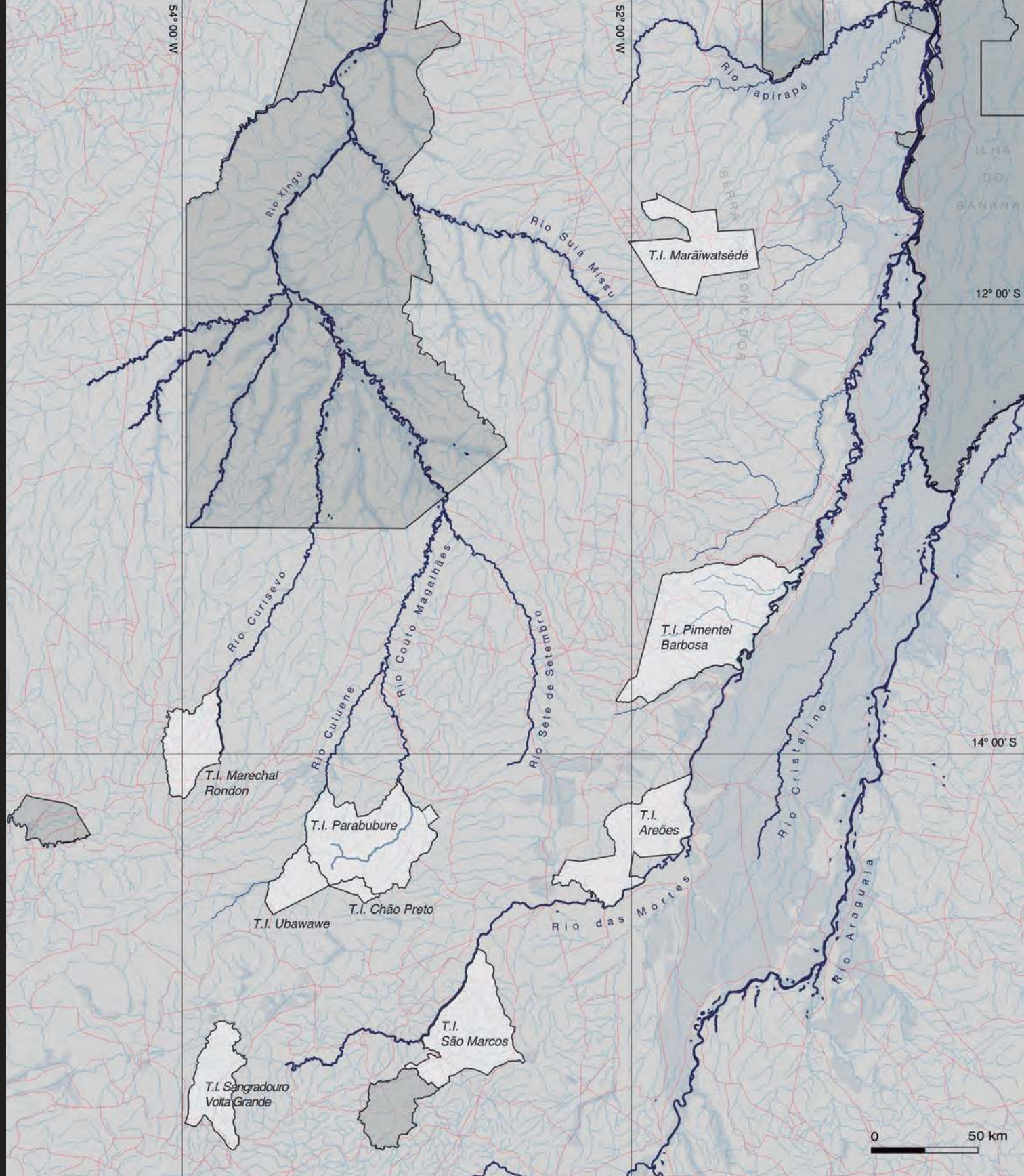
O relatório em resumo

Até o final dos anos 1940, quando as estratégias de ocupação dos “vazios demográficos” e as políticas de “pacificação” implementadas pelo Estado brasileiro no território Xavante se intensificaram de maneira incontornável, os A’uwe – como os Xavante se denominam – habitavam uma vasta região ao longo de todo o baixo e médio Rio das Mortes, atual nordeste do estado de Mato Grosso. Exerciam controle soberano sobre grandes extensões de savanas e florestas desde a Serra do Roncador, limite oeste de seu território ancestral, até a margem esquerda do Rio Araguaia, onde o trânsito de grupos xavante é documentado até o final da década de 1950.⁴

Situado no limiar entre o Planalto Central e a Bacia Amazônica, zona de encontro entre os biomas do cerrado e da floresta, e, portanto, de grande diversidade e riqueza de recursos naturais, em seu apogeu no início do século XX, o país Xavante compreendia uma área duas vezes maior que a da Bélgica. Internamente, esse território se organizava em grandes aglomerações de aldeias independentes, cujos centros estavam localizados nas áreas em que hoje estão demarcadas as T.I.s Parabubure, Pimentel Barbosa/Wedezé e Marãiwatsédé (**Mapa 1**).

A expressiva dimensão do território ancestral A’uwe nos dá apenas uma vaga ideia da poderosa cultura que habitou e governou essas terras por mais de um século. Para entender a lógica, a escala e os impactos do processo de deslocamento e expropriação territorial a que essas comunidades foram submetidas,

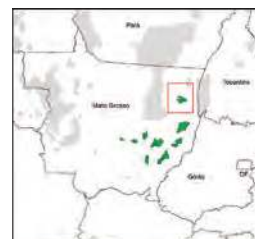
4 MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 47.



Terras Indígenas Xavante

Terras Indígenas Xavante reconhecidas
(2017)

- T.I. Xavante
- Outras T.I.s
- Estradas



é necessário apreender a forma como essa vasta geografia era ocupada e apropriada pelos Xavante antes desse processo. A primeira parte deste estudo, *O País Xavante*, apresenta uma minuciosa reconstituição da ocupação histórica do território A'uwe no período anterior aos deslocamentos, isto é, tal como esse território se encontrava até o início das operações de “pacificação” conduzidas pelo SPI nos anos 1940-1960. Por meio da compilação e espacialização de uma série de registros históricos, esse mapeamento demonstra a ancestralidade da presença indígena em toda a região do Rio das Mortes, conforme reconhecido pelos anciãos de diferentes aldeias e pela memória coletiva do povo A'uwe.

A segunda parte do relatório, *A Pacificação*, analisa a forma pela qual uma série de políticas de Estado, práticas de governo e ações de agentes privados levaram ao completo desarranjo da geografia social do território A'uwe, causando severos impactos ao modo de vida e ao *habitat* indígena que perduram até hoje. Em pouco mais de 30 anos – dos primeiros contatos estabelecidos pelo SPI com os Xavante no final dos anos 1940 até a demarcação das terras indígenas nos anos 1970 – o território A'uwe e a territorialidade móvel característica de seu modo tradicional de habitação foram brutalmente transformados pelas políticas de colonização e “pacificação”. Rapidamente atingiu-se o objetivo de produzir uma redução massiva do território indígena, compartimentando-o em vários bolsões diminutos e isolados que hoje se encontram completamente ilhados por imensas plantações de soja.

Operacionalizado por diferentes instituições e agentes públicos e privados, mas sempre tendo como centro gravitacional uma política de Estado desenhada com o objetivo de forçar a “integração” dos povos indígenas para “liberar” suas terras à colonização, esse processo foi conduzido por meio de padrões sistemáticos de violação



Imagem 6.
Mapeamento do
território ancestral
A'uwe-Xavante
com os anciãos de
Marãiwatsédé.

Imagem 7.
Documentação das
antigas aldeias.



dos direitos das comunidades Xavante, levando à remoção ou ao abandono compulsório de suas aldeias, à expropriação massiva de suas terras, e, no caso específico de Marãiwatsédé, ao quase extermínio de todo o grupo. Ao mapear esse processo, este estudo busca mostrar como, uma vez que intencionavam eliminar a presença xavante em determinadas regiões para se apropriar de suas terras, essas políticas e ações assumiram a forma de condutas genocidas.

Antes das reformas introduzidas com a Constituição de 1988, a política indigenista oficial tinha caráter explicitamente colonial e integracionista. Seus fundamentos e práticas estavam orientados a forçar o contato com grupos indígenas e compelir essas populações a se assentar em “aldeamentos” do Estado (SPI/Funai) ou missões religiosas. Em muitos casos, a exemplo dos Xavante de Marãiwatsédé, a execução dessas políticas incluiu grandes operações de transferência forçada de populações inteiras para áreas longínquas de seu território de origem. Nesses “aldeamentos” não apenas o movimento e a conduta dos índios poderiam ser mais bem controlados, como também poderiam ser modificados aos moldes da sociedade nacional. Partia-se do pressuposto de que a integração dessas populações deveria ser dirigida por certas ações cujo objetivo final era transformá-las em comunidades de trabalhadores rurais. Desse modo, além de aspectos como a imposição de sistemas morais e hábitos alheios à cultura indígena, as tentativas de modificar o modo de vida dessas sociedades estiveram associadas a uma série de intervenções no espaço que buscavam transformar seu *habitat* e reconfigurar a relação que mantinham com a terra e o território.

A segunda parte do relatório identifica o processo de confinamento territorial e cerceamento do movimento imposto aos grupos A'uwe após o deslocamento para os postos do SPI e missões

religiosas, trazendo à luz ações que buscavam suprimir o caráter móvel do modo de habitação desse povo e, conseqüentemente, reduzir seu domínio territorial. Essas intervenções ocorreram em vários âmbitos e escalas, desde o impedimento de práticas tradicionais importantes, como as grandes expedições territoriais de caça e coleta *zōmori* e *hōmono*, até modificações na arquitetura das aldeias para lhes impor uma forma de habitar disciplinar, cuja geometria fosse adaptada ao rigor do trabalho rural e aos códigos de conduta da sociedade nacional.

Uma vez que o modo de vida do povo A'uwe-Xavante estava intimamente associado ao tipo singular de relação estabelecida com o território por meio dessas expedições geográficas e da espacialidade móvel de suas aldeias, as políticas destinadas a cercar seu “nomadismo”, fixá-los e transformá-los em trabalhadores rurais incorriam em práticas de cunho etnocida. Dito de outro modo, uma vez que tinham por objetivo controlar e coibir, a ponto da completa erradicação, um elemento estruturante do modo de habitação xavante que desempenhava um papel central em seus sistemas simbólicos, cosmológicos e na sua economia material, essas ações atentavam contra a própria existência cultural desse povo. Com efeito, uma das conclusões centrais que se pode desdobrar dessa investigação é que o espaço, em suas múltiplas dimensões – doméstica, territorial, geográfica e ambiental – constituiu um instrumento capital das várias formas de violência e violações perpetradas contra essas comunidades.

Isso é analisado à luz de uma série de mapas históricos que, além de comprovar a ocupação ancestral xavante na região do Rio das Mortes, atesta o fato de que o Estado não apenas tinha conhecimento da localização dos diferentes grupos Xavante, mas também reconhecia formalmente a posse indígena dessa região em toda

a sua extensão. Em vez de ser utilizado em benefício da proteção dos indígenas, conforme estabelecido constitucionalmente desde os anos 1930, o conhecimento que o Estado produziu sobre essas populações e seu território foi instrumental em definir as diretrizes de políticas que levariam ao esbulho massivo de suas terras. Dessa forma, conclui-se que, longe de ser um efeito colateral e involuntário de certas políticas de Estado, o deslocamento e o despojo dos grupos Xavante constituíram um fator estrutural dessas políticas, sendo o produto de uma estratégia desenhada e executada com esse fim.

A terceira parte deste estudo examina o caso das comunidades de Marãiwatsédé, último grupo Xavante a sucumbir à “pacificação”. O processo de deslocamento e aldeamento dessas comunidades estava inserido na lógica das políticas que foram direcionadas a todo o território A’uwe e, nesse sentido, foi similar ao que ocorreu com os outros grupos. Entretanto, o caso de Marãiwatsédé é singular porque notoriamente mais violento, resultando na transferência de toda a comunidade e consequentemente na desposseção completa de seu *habitat* tradicional.

Um dos elementos que explicam a violência singular do caso de Marãiwatsédé é o fato de que não houve qualquer ação indigenista na região, nem por parte de agentes de Estado, nem por parte das missões religiosas. Fundamentalmente, os “postos de atração” e “bases avançadas” do SPI funcionavam como frentes de expansão da fronteira colonial, mas ao mesmo tempo exerciam uma função que pode ser caracterizada de certa maneira como “humanitária”. Isso pode ser identificado em várias práticas do SPI, especialmente nos serviços médicos que a agência desempenhava com o objetivo de criar um “cordão imunológico” para evitar mortes em massa das populações indígenas após o contato. Os impactos

das políticas de colonização exigiam esse tipo de intervenção para tentar amortizar seus efeitos letais sobre esses povos. Uma vez constituída a necessidade de tal ação, a omissão convertia-se em um modo de se exercer a violência em seus próprios termos.

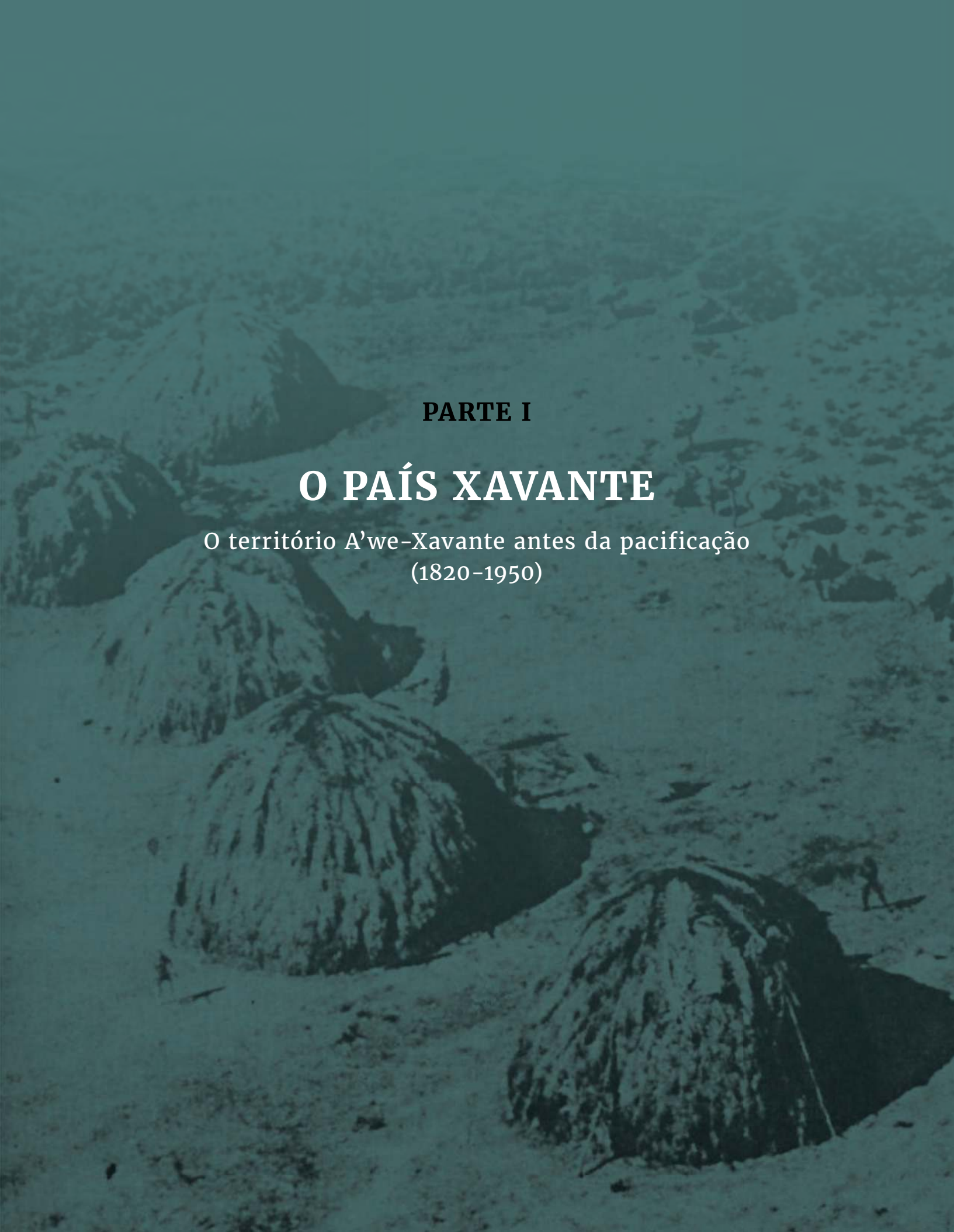
Em diversos momentos, a omissão do Estado e de seus agentes foi intencionalmente utilizada como instrumento para forçar a remoção de grupos indígenas de suas terras. Diferente de formas de violência direta, como assassinatos e massacres, atos que também foram recorrentemente utilizados para deslocar essas populações, a omissão opera uma forma de violência indireta e quase invisível, cujo objetivo não é tanto matar, mas “deixar morrer”, e nem por isso menos letal. Os documentos analisados por essa investigação mostram que as comunidades Xavante de Marãiwatsédé foram vítimas tanto das ações diretas do Estado como de sua omissão sistemática, informada e consciente, ficando completamente à margem de qualquer política indigenista, protecionista ou humanitária que pudesse protegê-los dos impactos das frentes de colonização.

A terceira parte do relatório também mostra que a transferência das comunidades de Marãiwatsédé em 1966 pela FAB foi na realidade o último episódio de uma sequência de eventos de deslocamentos e remoções forçadas a que essa população foi submetida após a instalação da Fazenda Suiá-Missu em suas terras no final dos anos 1950. Sem a presença de órgãos indigenistas na região, a “pacificação” dos Xavante de Marãiwatsédé foi delegada aos proprietários e empregados da fazenda, onde essas comunidades viveram aldeadas por mais de cinco anos. Durante esse período, assim como os grupos das outras regiões, os Xavante de Marãiwatsédé foram vítimas de confinamento territorial e cerceamento de movimento, mas de forma muito mais brutal. Isso

é demonstrado por vários incidentes de violência narrados em testemunhos dos sobreviventes e documentados neste relatório, como o cercamento de aldeias, a destruição de roças e a imposição de formas de trabalho análogas à escravidão.

Mapeadas em conjunto no espaço e no tempo, conclui-se que as graves violações cometidas contra os Xavante de Marãiwatsédé têm sua causa principal na expropriação massiva de suas terras, processo que vai culminar com a remoção de toda a comunidade. A parte final do relatório descreve as múltiplas dimensões desse processo de despossessão, mostrando que, além de territorial, ele foi cultural e ambiental, e ainda segue em curso.

Do ponto de vista cultural, vários sítios históricos importantes para os Xavante encontram-se fora das terras indígenas demarcadas, de modo que as comunidades indígenas não têm acesso a esses lugares. Do ponto de vista ambiental, a ocupação por não indígenas que seguiu o processo de remoção, especialmente durante os mais de 20 anos de invasão ilegal da T.I. Marãiwatsédé após o reconhecimento em 1992, deixou um legado de severa devastação ambiental, levando ao esgotamento de recursos alimentares e materiais essenciais para a manutenção do modo de vida e da cultura xavante. Este relatório caracteriza esse processo como *despossessão ecológica*, e mostra que seus efeitos ainda atingem diretamente essas comunidades e suas futuras gerações, colocando em risco sua segurança alimentar e restringindo o pleno exercício de sua cultura. Desse modo, conclui-se que a restituição cultural e ambiental dessas terras é elemento fundamental das medidas que devem ser adotadas pelo Estado para a reparação das violações cometidas contra o povo A'uwe-Xavante.



PARTE I

O PAÍS XAVANTE

O território A'we-Xavante antes da pacificação
(1820-1950)

Uma Nação de Refugiados

O primeiro aldeamento e o processo migratório

Na origem da formação do território Xavante está um grande evento migratório, que, segundo as interpretações históricas mais consistentes, ocorreu entre as décadas de 1820 e 1840. Buscando refugiar-se das frentes de expansão colonial que avançavam pela calha do Rio Tocantins, várias comunidades indígenas decidem empreender uma longa viagem rumo ao oeste, cruzam o Rio Araguaia e vão estabelecer suas aldeias na região do Rio das Mortes, um território ainda praticamente isolado dos brancos e mais bem protegido. Até então, os Xavante habitavam a Bacia do Tocantins, ocupando suas duas margens desde o centro da antiga província de Goiás até a fronteira com o Maranhão. Viviam junto aos índios Xerente, com os quais compartilham muitos aspectos culturais semelhantes. Etnias irmãs, ambas pertencentes ao tronco linguístico macro-jê, nessa época os Xavante e os Xerente provavelmente formavam um único povo, conhecido na literatura especializada como Akuen.

Durante os séculos XVII e XVIII, as diversas nações indígenas dessa região foram continuamente atacadas por incursões bandeirantes. Num primeiro momento, a intenção era capturar os índios para vendê-los como escravos no litoral. Após a descoberta de grandes minas de ouro em Goiás no início da década de 1720, o objetivo primordial passou a ser encontrar novas jazidas e expulsar os indígenas dessas áreas, abrindo espaço para o surgimento de novos núcleos de povoação. Os primeiros registros documentais sobre os Xavante datam dessa época. O famoso mapa de Goiás, elaborado por Francesco Tosi Colombina em 1751, localiza o “Sertão do Gentio Xavante” a nordeste da Ilha do Bananal, entre os rios Araguaia e Tocantins (**Imagem 8**), e vários documentos

escritos na segunda metade do século XVIII mencionam a presença de grupos xavante nessa mesma região. Em sua maioria, trata-se de correspondências de governo relatando episódios de ataques indígenas aos arraiais que rapidamente se espalhavam por seu território. Esses relatos também revelam que, invariavelmente, esses ataques eram retaliados com expedições punitivas conduzidas com violência desproporcional, muitas delas organizadas pelos próprios colonos, mas sempre contando com o suporte do aparato governamental.⁵

Após 1750, quando o governo pom-balino implementa uma nova política indigenista visando ao “aliciamento dos silvícolas” como elemento colonizador, as diretrizes são reorientadas para pacificar, reduzir e fixar os índios em aldeamentos, e não simplesmente exterminá-los ou escravizá-los indiscriminadamente, ainda que bandeiras e expedições punitivas continuem a ser realizadas com frequência. Os aldeamentos oficiais, que nas

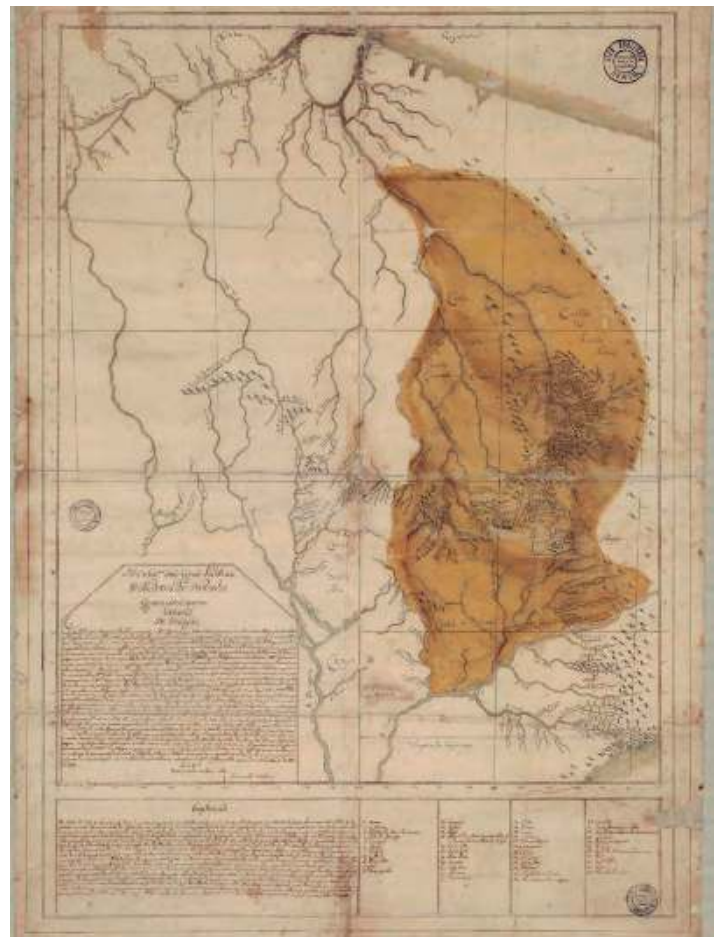


Imagem 8.
Mapa de Goiás
elaborado por
Francesco Tosi
Colombina em 1751,
localizando o “Sertão
do Gentio Xavante”
a nordeste da
Ilha do Bananal.

décadas anteriores não eram mais que grandes conjuntos carcerários, passam a funcionar como núcleos avançados de ocupação territorial em que comunidades indígenas eram gradualmente “integradas” à sociedade colonial. Essa mudança de estratégia visava atingir principalmente dois objetivos: liberar as terras indígenas para colonização mediante a redução e “sedentarização” dos índios; e ao mesmo tempo subjugar os aldeados a um regime disciplinar desenhado para alterar profundamente o modo de vida indígena.⁶

É importante ressaltar a dimensão etnocida desse tríplice mecanismo de controle social – pacificação, redução e sedentarização – operacionalizado pelo aldeamento do século XVIII. Conforme veremos adiante, em grande medida a política indigenista implementada pelo Estado brasileiro durante o século XX no território Xavante tem seus fundamentos nesse mesmo mecanismo e utilizou-se de métodos e discursos que, embora apresentados sob o véu da modernidade, reproduziam estratégias elaboradas no violento contexto da colonização dos povos ameríndios.

Nas últimas décadas do século XVIII, existiam ao menos seis aldeamentos oficiais na região de Goiás distribuídos nas margens dos rios Araguaia e Tocantins, de modo que as terras Akuen se encontravam praticamente sitiadas (**Mapa 2**). Os arquivos mostram que por volta de 1785 um numeroso grupo xavante, estimado entre 2 mil e 8 mil indígenas, foi assentado no aldeamento Pedro III no Alto Tocantins, aproximadamente 90 km ao norte da antiga capital Villa Boa, atual cidade de Goiás. Comunidades

6 RAVAGNANI, 1978; CHAIM, 1974. Num documento de época citado em Ravagnani (1978, p. 39), o objetivo do aldeamento é descrito da seguinte forma: “fazer perder aos índios seus hábitos de vida errante, levá-los a agrupar-se e a viver vida sedentária, a isso chamava-se aldeá-los, constituí-los em aldeias. Era por aí que se devia começar. Depois, enquanto missionário, padre secular ou religioso, lhes ensinava a doutrina cristã, fazia-os trabalhar, derrubar os matos, cultivar o café, a cana de açúcar, e o resto”.

Xavante menos numerosas foram assentadas em praticamente todos os outros aldeamentos da região.⁷

Sabe-se também que inúmeros grupos Xavante não se aldearam e que a maioria daqueles que decidiram se juntar à sociedade colonial abandonou os aldeamentos em menos de 30 anos. Fugindo do regime de trabalho forçado, maus-tratos e torturas, retiraram-se para as matas em direção ao norte. No início do século XIX, os grandes aldeamentos já estavam em declínio e praticamente despovoados. De acordo com a documentação compilada por Oswaldo Ravagnani, autor de pesquisa minuciosa sobre a história xavante no período colonial, por volta de 1820 havia pouco mais de 200 índios em Pedro III, grande parte deles Xerente.⁸

Com o declínio das minas, a economia no Vale do Tocantins passa a girar em torno das frentes de expansão agropastoris, o que reanimou a disposição de avançar sobre as terras dos índios e expulsá-los. Um decreto emitido em 1811 volta a autorizar a “guerra ofensiva” contra os povos nativos da região, e cartas régias subsequentes também vão estimular a organização de novas bandeiras no eixo Araguaia-Tocantins. Em 1812 constrói-se a prisão indígena Santa Maria do Araguaia dentro do território Akuen, e, meses depois, tem-se notícia de sua completa destruição por uma coalização de guerreiros Xavante, Xerente e Karajá. Ataques dos Xavante aos arraiais da região do Tocantins são registrados até o final do século XIX.⁹

7 Incluindo Estiva, Salinas/Boa Vista, São José dos Mossamades, São Joaquim do Jamibu e Teresa Cristina, estes dois últimos fundados em 1845 e 1851 respectivamente. Ver CHAIM, 1974; RAVAGNANI, 1978; LOPES DA SILVA, 1992.

8 RAVAGNANI, 1978, p. 76.

9 LOPES DA SILVA, 1992; RAVAGNANI, 1978.

Diante do contínuo avanço das frentes de expansão, debilitados por mais de um século de caçadas bandeirantes, deslocamentos, epidemias e massacres, algumas facções Akuen vão sucumbir ao processo de pacificação, enquanto outros grupos decidem abandonar a região. Essa separação geográfica está relacionada com um processo de cisão política que dá origem à divisão entre Xavante e Xerente no início do século XIX, logo após a fuga do aldeamento Pedro III, quando ainda compartilhavam o território no Tocantins. Com efeito, o nome Xavante parece ter surgido como termo empregado pela sociedade colonial para diferenciar os grupos Akuen que refutavam o convívio com os brancos e resistiam à pacificação, classificando-os como “hostis”, “indóceis”, “bárbaros” e “não civilizáveis”. Os outros grupos, aqueles que permaneceram no Tocantins e aceitaram o contato, ficaram conhecidos como Xerente.¹⁰

Para Oswaldo Ravagnani, apesar do curto período de tempo, a “primeira pacificação” dos Xavante marcada pela experiência do aldeamento define um ponto de inflexão na trajetória desse povo, sendo um dos motivos pelos quais várias comunidades indígenas vão recusar o contato com a sociedade colonial e buscar refúgio do outro lado do Araguaia alguns anos depois.¹¹ “Uma vez experimentado o convívio com os colonizadores”, as posições acerca de manter o contato ou de resistir a este se tornaram mais polarizadas e antagônicas, levando a uma cisão política no interior do povo Akuen que desencadeou o processo migratório. A migração para o Rio das Mortes está, portanto, na origem da formação do território Xavante e da própria definição dos Xavante como povo. Para os A’uwe, como os Xavante se autodenominam, esse evento constitui um dos marcos históricos definidores de sua sociedade,

10 MAYBURY-LEWIS, 1984; RAVAGNANI, 1978; LOPES DA SILVA, 1992.

11 RAVAGNANI, 1978, p. 105.

conforme também demonstra o papel central que ocupa em seus mitos.¹² A decisão de afastar-se da sociedade colonial terá grande importância na constituição da identidade A'uwe e de sua política com os não índios, informando a maneira pela qual se confrontarão com a segunda investida pacificadora nos anos 1940-1960.

Os que decidiram migrar não o fizeram por conta de sua natureza “não civilizável”, mas porque as relações estabelecidas pela sociedade colonial foram mediadas pela violência e desumanização do modo de vida indígena. Seguramente não terá sido uma decisão trivial abandonar o território no Tocantins, deixando para trás aldeias, cultivos, entes queridos, cemitérios e lugares sagrados. É preciso reter a dimensão de tal evento e seus impactos na história e na cultura de um povo. A razão pela qual comunidades inteiras – homens, mulheres, adolescentes, crianças e idosos – deixaram suas terras para venturar-se rumo a um território distante, em longa marcha certamente permeada por desafios e penúrias, está diretamente relacionada com o desejo de escapar de um sistema de dominação que atentava contra a vida dessa população e seus sistemas culturais.

A imagem com a qual devemos interpretar os Xavante não é a do elemento hostil à sociedade, expressão que ainda será usada para caracterizá-los nos anos 1940-1960 durante a segunda pacificação. É antes a do refugiado, aquele que, tendo sua vida em risco, decide migrar buscando asilar-se de um poder opressivo infinitamente superior à sua capacidade de resistência. As comunidades que vão povoar o Rio das Mortes são os filhos dessa grande geração de refugiados, sobreviventes de uma guerra contínua que muitas vezes foi conduzida sob os auspícios da lei.

12 Como, por exemplo, os mitos *Dzomori* e *Wadzuri'wa* documentados em GIACCARIA, 1972.

As Fronteiras do Território A'uwe-Xavante

Dispersão geográfica e ocupação do Rio das Mortes

Existem várias narrativas e interpretações sobre como e quando se deu a migração dos Xavante para a região do Rio das Mortes, que, de maneira geral, oferecem versões ligeiramente distintas de uma mesma trajetória. Dessarte, é preciso considerar que se tratou de um processo relativamente longo, que envolveu o deslocamento de comunidades numerosas e o transporte de bens materiais por grandes distâncias, e que ocorreu em vários acampamentos mais ou menos temporários, os quais eventualmente deram origem a aldeias permanentes reunindo diferentes grupos e facções.

O estudo do padre salesiano Bartolomeu Giaccaria localiza o evento migratório entre 1860 e 1870,¹³ mas de acordo com o *Mapa Etno-Histórico* de Curt Nimuendajú, os Xavante viveram na região do Tocantins até meados da década de 1840.¹⁴ O antropólogo David Maybury-Lewis, autor de uma das primeiras etnografias sobre os A'uwe, também situa a travessia dos rios na década de 1840,¹⁵ enquanto Oswaldo Ravagnani defende a hipótese de que a migração se iniciou ainda na década de 1820. De fato, como mostra Ravagnani, o primeiro registro documental da presença xavante na região do Rio das Mortes data de 1800, mas notícias similares se tornam mais frequentes décadas depois.¹⁶ Ao que parece, portanto, o processo migratório não foi monolítico, tendo ocorrido de maneira distribuída tanto no tempo como no espaço, e possivelmente envolveu várias comunidades que se deslocaram em ritmos diferentes, ora unindo-se, ora separando-se. Iniciou-se já nos

13 GIACCARIA, 1972.

14 NIMUENDAJÚ, 1981.

15 MAYBURY-LEWIS, 1984.

16 RAVAGNANI, 1978, p. 117-118.

primeiros anos do século XIX, após a experiência do aldeamento, e por volta de 1840 a maioria das comunidades Xavante já vivia na região do Rio das Mortes, ocupando suas duas margens.

Segundo a história oral xavante documentada por Giaccaria, primeiro assentam-se na margem oriental do Araguaia, em uma aldeia chamada Dunári, e alguns anos depois se deslocam para a região do Rio Cristalino, onde fundam a Aldeia Marãtó'bre. Buscando afastar-se ainda mais da sociedade colonial, um grande grupo liderado pelo cacique Butsé cruza o Rio das Mortes na altura da região de Wedezé, área que viria a ser conhecida como São Domingos, e nos flancos da Serra do Roncador estabelece a Aldeia Wede'u. Anos depois os Xavante abandonam Wede'u e nessa mesma região fundam a grande Aldeia Sõrepré, de onde diferentes facções vão partir para povoar o Rio das Mortes.¹⁷

Pesquisas mais recentes mostram que antes de Sõrepré, um grande grupo Xavante viveu cerca de 40 anos em uma aldeia fundada por volta de 1850 na região de Wedezé, na margem direita do Rio das Mortes.¹⁸ Outros relatos apontam a existência de mais uma aldeia anterior a Sõrepré chamada Etetsiwató e localizada do lado ocidental do rio.¹⁹ Os anciãos de Marãiwatsédé narram essa trajetória de maneira um pouco distinta, identificando uma terceira aldeia anterior a Sõrepré – Tsiba'adzatsi – também situada do lado ocidental do Rio das Mortes.²⁰

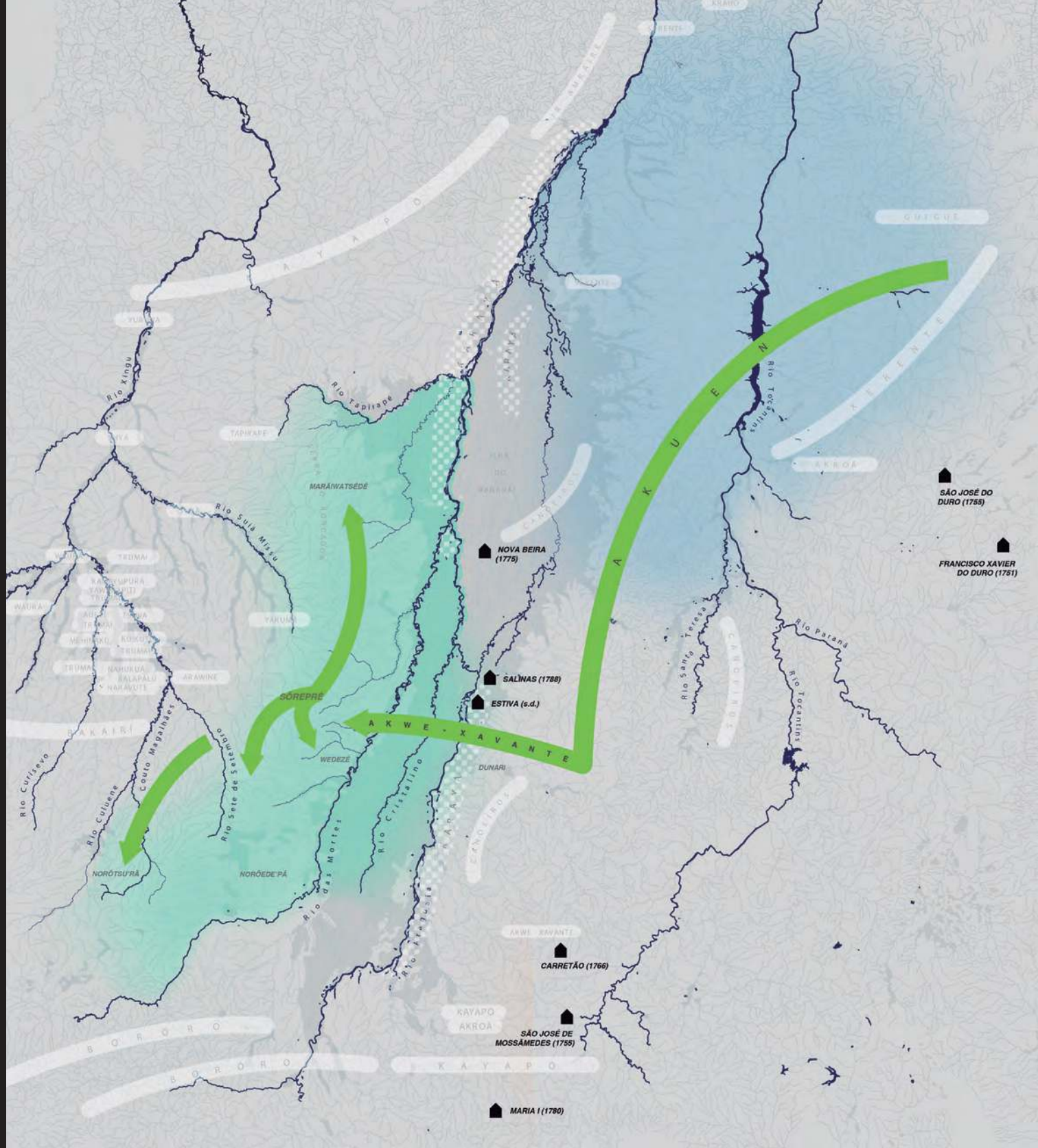
O que se pode afirmar com unanimidade em relação às várias fontes existentes é que, uma vez transposto o Rio das Mortes, os

17 GIACCARIA, 1972.

18 WELCH *et al.*, 2013.

19 LOPES DA SILVA, 1992.

20 Oficina de mapeamento coletivo realizada com anciãos em Marãiwatsédé em dezembro de 2016.



Formação do Território A'uwe-Xavante

Migração, dispersão geográfica e ocupação
do Rio das Mortes (1820-1920)



Aldeamentos Séculos XVIII/XIX



Antigo Território Akuen (Xavante-Xerente)



Trajetoória da migração A'uwe-Xavante



Território Ancestral A'uwe-Xavante

diferentes grupos xavante vão se reunir na grande Aldeia Sõrepré, onde vivem por longo tempo como uma comunidade unificada. Narrativas orais documentadas em todas as atuais T.I. Xavante reconhecem Sõrepré como uma de suas aldeias mais antigas e lhe atribuem enorme importância histórica, associando Sõrepré com um período de prosperidade e paz.²¹ Anciãos e mesmo lideranças mais jovens de várias comunidades são capazes de apontar sua localização, situando a grande aldeia do lado de fora do limite norte da T.I. Pimentel Barbosa.²² Sõrepré, nome que significa “pedra vermelha” em referência à Serra do Roncador,²³ era, na verdade, formada por um conjunto de aldeias-satélite e assentamentos temporários menores, de onde e para onde iam e vinham subgrupos em constante movimentos geográficos. Entre outros possíveis assentamentos, os anciãos identificam Abotonho'u, Mo'õniró e Huühi.²⁴

De acordo com as pesquisas da antropóloga Aracy Lopes da Silva, Sõrepré foi fundada nas últimas décadas do século XIX e existiu até o final dos anos 1920 pelo menos. É considerada a “aldeia-mãe” do território Xavante por ter sido o centro de unidade política e geográfica, bem como o polo difusor, dos vários grupos que posteriormente vão popular as outras regiões do Rio das Mortes. Segundo a autora, sucessivas cisões políticas internas levam à gradual fragmentação de Sõrepré, dando origem a deslocamentos populacionais para distintas regiões e eventualmente causando a total dissolução da grande aldeia. Alguns grupos se deslocam para sudoeste e se estabelecem nas cabeceiras dos afluentes do Rio

21 GRAHAM, 1995; LOPES DA SILVA, 1992; WELCH *et al.*, 2013. Existem diferentes grafias para Sõrepré. Giaccaria escreve “Tsõrepré”; Lopes da Silva, “Isõrepré”; e Welch *et al.*, “Sõrepré”.

22 Conforme indicado pelo ancião Policarpo Waire Tserenhorã durante as expedições de campo e também documentado por Welch *et al.*, 2013.

23 GARFIELD, 2011, p. 96.

24 WELCH *et al.*, 2013, p. 27.

Xingu, primeiro na região do Rio Sete de Setembro, onde fundam a Aldeia Ete'rá'u'rá Wawe, e posteriormente entre os Rios Culuene e Couto Magalhães, centro da atual T.I. Parabubure. Os grupos que formariam Marãiwatsédé migram rumo ao norte e se assentam numa região distante, próximo ao Rio Suiá-Missu, enquanto uma terceira parte da população permanece próxima a Sõrepré, onde fundam a Aldeia Arobonhipo'opá.²⁵

Protegidos das frentes de expansão colonial, o tempo em Sõrepré vai permitir aos Xavante reorganizar-se socialmente, seguramente impulsionando um substantivo crescimento demográfico, e, desse modo, criando condições para o desencadeamento de um processo de dispersão geográfica e conquista territorial. Os grupos que se deslocam para o sul vão confrontar os Bororo, enquanto do lado oriental, na altura da Ilha do Bananal, sabe-se que os Xavante também frequentemente se confrontaram com os Karajá. Em cada uma dessas regiões, os grupos Xavante vão estabelecer novos assentamentos, dividindo-se e multiplicando o número de aldeias, e assim rapidamente ampliando o domínio sobre vastas extensões de terra ao longo do Rio das Mortes. Esse movimento diásporo vai definir a organização geopolítica do território A'uwe, que, a partir de então, será formado por três grandes complexos de aldeias independentes, cada qual contando com sua própria “aldeia-polo” aos moldes de Sõrepré e outras comunidades satélite autônomas. A disposição geográfica das Terras Indígenas Xavante reconhecidas atualmente reflete esse arranjo geopolítico original, que durante os anos 1940-1960 vai ser rapidamente reduzido a um arquipélago de bolsões fragmentados e desconectados (Mapa 1).

25 LOPES DA SILVA, 1992.

Uma vez que os Xavante se encontravam relativamente afastados da sociedade colonial, não existem documentos significativos sobre o período de dispersão geográfica e tomada de posse do imenso território que vieram a ocupar na primeira metade do século XX. Ao que tudo indica esse processo foi beneficiado por um contexto de poucos contatos e conflitos. Os registros existentes mostram que as expedições exploratórias e civilizatórias que penetraram na região do Rio das Mortes durante o século XIX foram sempre retaliadas por ataques indígenas, de modo que até praticamente os anos 1940, quando as investidas pacificadoras e expansionistas se intensificaram, os Xavante conseguiram defender a soberania de seu território com relativo sucesso.

Considerando que o evento migratório se inicia por volta de 1820, como afirma Ravagnani, é plausível argumentar que o processo de expansão territorial xavante aconteceu antes da data sugerida por Aracy Lopes da Silva, que situa a fragmentação de Sõrepré um século depois, no início da década de 1930. Existem notícias de conflitos entre os Xavante e os Bororo, portanto no extremo sul do território que ocupavam, já no final do século XIX.²⁶ Sõrepré provavelmente existiu simultaneamente a outras aldeias de outras regiões, e mesmo depois de totalmente abandonada continuou funcionando como centro histórico de todo o território A'uwe. Pode-se assumir, portanto, que no início do século XX o território Xavante já estava consolidado dentro de fronteiras geográficas e políticas bem definidas, as quais eram reconhecidas não só pelos Xavante, mas também pelas sociedades vizinhas, tanto índias como não índias. Conforme a descrição do antropólogo Maybury-Lewis:

26 MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 41.

A área central era formada pelas terras limitadas a oeste pelos tributários do Xingu e, a leste e ao sul, pelo Araguaia e rio das Mortes. Ao norte, o limite era bastante vago. Já se teve notícias dos Xavante no rio Tapirapé mas, em geral, parece que eles mantiveram ao sul do Rio Xavante (ou vertentes). [...] Até meados da década de 1950, essa região não era inexplorada, mas havia consenso generalizado quanto a considerá-la território Xavante.²⁷

Os **Mapas 2 e 4** mostram a disposição espacial dessas fronteiras e situam os limites políticos do imenso território que os A'uwe ocupavam originalmente. Antes do processo de redução territorial dos anos 1940-1960, o país Xavante compreendia uma vasta geografia de cerrados e matas que se estendia desde a região dos rios Culuene e Couto Magalhães, ao sul, até a divisa com o território dos índios Tapirapé, ao norte. Do lado oeste, a Serra do Roncador demarcava uma fronteira natural com os povos indígenas do Xingu, e do lado leste, o Rio Araguaia constituía uma barreira para as frentes de expansão colonial. Segundo Maybury-Lewis, no passado os Xavante efetivamente consideravam o Araguaia como limite de seu território.²⁸ Em 1958, quando o antropólogo visitou a região pela primeira vez, as comunidades que habitavam o baixo Rio das Mortes ainda mantinham controle sobre suas duas margens, e mesmo povoados distantes situados no Araguaia, como Aruanã, continuavam a ser visitados pelos Xavante.

²⁷ *Idem*, *ibidem*.

²⁸ *Idem*, *ibidem*.

Imagem 9.
Fotografia de uma
antiga Aldeia Xavante
publicada na revista
O Cruzeiro em 1946.



A População A'uwe

Vazios demográficos ou dados vazios?

Uma vez reconhecidas as fronteiras externas, cabe agora perguntar de que modo esse território era ocupado internamente. Como os distintos complexos de aldeias estavam organizados e de que maneira se relacionavam? Que tamanho tinham as aldeias, quantas vieram a existir, e como se distribuía no espaço? De que modo essas comunidades se apropriavam do território e de seus recursos naturais? Qual era a real extensão geográfica da posse xavante, e, ao longo de mais de um século de ocupação no Rio das Mortes, a que tamanho chegou a população?

Uma das chaves para responder a essas perguntas seria a demografia histórica. Ainda que os fatores principais na cisão das aldeias xavante não decorram de determinantes ambientais ou demográficas, mas primordialmente de processos sociopolíticos, pela dimensão do espaço ocupado e pelo longo tempo de ocupação imagina-se que a expansão territorial do domínio xavante tenha sido acompanhada por expressivo crescimento populacional. Entretanto, muito pouco se pode afirmar sobre os números da população que efetivamente habitou esse extenso território antes do contato. Assim como no caso da maioria dos povos indígenas do Brasil, estatísticas históricas a respeito da demografia xavante são escassas, imprecisas e contraditórias, de modo que, mesmo quando existem, é difícil afirmar com segurança se os dados oferecem uma visão aproximada ou distorcida da realidade.

As primeiras estimativas sobre a população Xavante estão associadas ao aldeamento Pedro III no Rio Tocantins. A “Relação da Conquista do Gentio Xavante”, documento datado de 1790 e, portanto, contemporâneo ao processo de aldeamento, menciona

mais de 2 mil índios.²⁹ Em outro relato escrito pouco mais de 30 anos depois, o então governador de armas da província de Goiás, brigadeiro Raymundo José da Cunha Mattos,³⁰ afirma que 3.500 indígenas foram aldeados em Pedro III. Narrativas posteriores vão referir três, cinco e até oito mil Xavante, mas sem apresentar qualquer evidência documental substantiva.³¹

A maioria das interpretações sobre a história xavante adota um marco demográfico próximo ao sugerido nesses primeiros relatos, partindo do indicativo de que a população que chegou ao Rio das Mortes era de dois a três mil indígenas.³² Esse número tende a ser subestimado, uma vez que toma por população total uma estimativa que se refere exclusivamente aos índios que viveram em Pedro III. Considerando que uma porção significativa das comunidades Xavante não esteve aldeada, e que quando esses relatos foram escritos grande parte do território indígena ainda era impenetrável aos colonizadores, o que se pode afirmar com mais certeza é que esses números oferecem apenas uma imagem parcial da potencial população A'uwe nessa época.

Após esses primeiros registros, segue-se um longo intervalo para o qual não se encontra nenhuma informação sobre a demografia xavante, que coincide justamente com o período de expansão territorial-populacional ao longo do Rio das Mortes. Somente na virada da década de 1960, com o trabalho de Maybury-Lewis, teremos ideia mais precisa do tamanho da população A'uwe, contabilizada

29 FREIRE, 1790, p. 18.

30 MATTOS, 1874.

31 Luis Antonio da Silva e Sousa (1849) usa a mesma figura que Cunha Mattos, 3.500 indígenas; José Martins Pereira de Alencastre (1864) escreve que mais de 3 mil índios entraram em Pedro III em 1788, e que depois de alguns anos a população chegou a 5 mil indivíduos; Lincoln de Souza (1953) também fala em 5 mil índios. Já no século XX, Willy Aureli escreve que haveria sete ou oito mil indígenas em Pedro III. Ver também RAVAGNANI, 1978, p. 64-63.

32 Por exemplo WELCH *et al.*, 2013; LOPES DA SILVA, 1992; RIBEIRO, 1986; e GIACCARIA, 1972.

pelo antropólogo em não mais de 950 indivíduos em 1958 e 1.450 indivíduos em 1962.³³ O estudo de Giaccaria estima que por volta de 1969 existiam cerca de 2.160 indígenas Xavante,³⁴ e um relatório escrito em 1970 pelo salesiano Pedro Sbardellotto sugere que no final da década de 1940, quando o SPI fez os primeiros contatos com a comunidade de Arobonhipo'opá, esse número era apenas ligeiramente maior, totalizando 2.200 pessoas.³⁵

Novamente, essas estimativas nos oferecem uma visão parcial e provavelmente bastante distorcida da população A'uwe que viveu e proliferou à margem do Rio das Mortes durante os mais de cem anos que antecederam o processo de pacificação dos anos 1940–1960. Na época em que Maybury–Lewis realizou suas pesquisas, os Xavante já haviam sofrido o impacto demográfico das epidemias e dos conflitos trazidos com o avanço das frentes de expansão nas décadas anteriores. Além disso, outros grupos e aldeias, em particular os de Marãiwatsédé, encontravam-se virtualmente isolados, de modo que era impossível estimar quantas comunidades viviam ou teriam vivido em certas regiões.³⁶ Por sua vez, os dados apresentados por Sbardellotto e Giaccaria foram estabelecidos retrospectivamente e sem lastro censitário, algo que só será realizado de maneira apropriada nos anos 1980.³⁷

Desse modo, se podemos inferir alguma conclusão dessas estimativas, é o fato de que esses números não devem ser interpretados como índices representativos de como o território A'uwe–Xavante

33 MAYBURY–LEWIS, 1984. Cabe lembrar que a primeira edição é de 1967.

34 GIACCARIA, 1972.

35 SBARDELLOTTO, 1970, p. 94.

36 Maybury–Lewis (1984, p. 74) documenta a existência de dez aldeias, mas nota que “é bem possível que esta lista não esgote todas as comunidades xavante[s]. Os próprios Xavante dizem que há ‘mais aldeias’ entre o Rio das Mortes e o Xingu, mas não as conhecem com detalhe e precisão. Além disso, a localização das aldeias varia muito devido [a] sua grande mobilidade”.

37 Para uma revisão dos dados demográficos da população Xavante na história, ver OLIVEIRA, 2014.

foi ocupado no período pré-pacificação, mas sim como evidências de um vertiginoso decrescimento populacional desencadeado pelo processo de despossessão territorial ao qual o grupo foi submetido. Em outras palavras, esses dados não constituem indicadores de que os territórios indígenas eram “vazios demográficos”, como depois afirmaria o regime militar, mas antes atestam limitações em utilizá-los como baliza para se descrever o passado do território A'uwe.

Territorialidade Xavante

A geografia móvel das aldeias A'uwe

Como tradicionalmente os Xavante têm uma concepção matemática completamente distinta dos padrões ocidentais, com uma variedade bem menor de números,³⁸ a história oral xavante também fornece muitas pistas sobre dados demográficos concretos. Se a cultura A'uwe parece não demonstrar muito interesse pelo cálculo, em compensação são exímios geógrafos e botânicos, e possuem um conhecimento do território e do ambiente muito sofisticado. Anciãos de várias comunidades, caçadores e guerreiros que faziam longas jornadas pelo território, sabem localizar com precisão as regiões que habitavam no passado e são extremamente hábeis em identificar vestígios de antigos assentamentos na paisagem. Esse conhecimento abre outra chave para se mapear a geografia histórica dos A'uwe a partir de suas antigas aldeias, que constituem as unidades espaciais estruturantes de seu território.

38 Na matemática xavante, números indicam valores “qualitativos” e não apenas quantidades, de modo que escapam à lógica do cálculo ocidental. Ver COSTA, 2007.



Imagem 10.
Cópia do mapa
original elaborado
pelo padre salesiano
Pedro Sbardellotto
em 1970.

Uma das primeiras tentativas de recomposição da cartografia das antigas aldeias A'uwe encontra-se num mapa elaborado pelo padre salesiano Pedro Sbardellotto, cuja origem e data não são explicitamente anotadas (Imagem 10). Esse documento está provavelmente associado ao relatório sobre a demarcação de reservas xavante escrito por Sbardellotto em 1970 sob encomenda do Ministério do Interior, então chefiado pelo general José da Costa Cavalcanti, num contexto de crescente mobilização indígena e conflitos por terra na região.³⁹ Por essa época Sbardellotto havia acumulado mais de 20 anos de experiência atuando na pacificação

³⁹ O mapa foi encontrado no arquivo do Centro de Trabalho Indigenista (CIT), ONG que participou ativamente no trabalho de identificação da T.I. Marãiwatsédé em 1992.

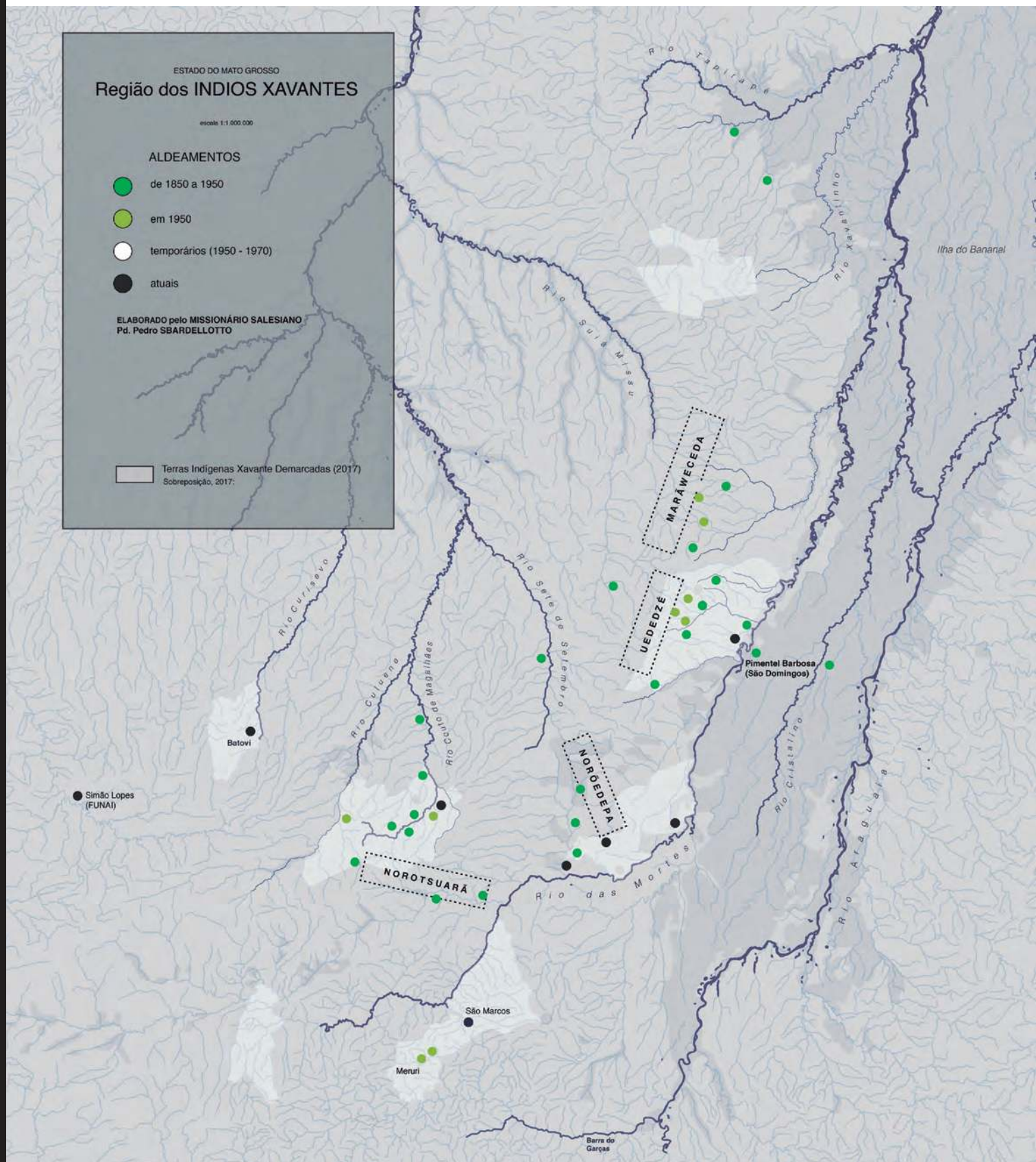
dos Xavante e conhecia profundamente a área.⁴⁰ Com base nessa vivência e nos testemunhos que registrou ao longo do tempo, Sbardellotto localiza várias aldeias desde 1850 até os “acampamentos temporários” das décadas de 1960 e 1970, quando a maioria das comunidades Xavante havia sido deslocada de suas áreas de origem.

De acordo com esse mapa, chegaram a existir 31 aldeias durante os cem anos pré-pacificação (1850-1950), distribuídas em quatro regiões reconhecidas pelos Xavante como Norõtsu'rã, Norõede'pá, Wedezé e Marãiwatsédé (Mapa 3). Observadas em conjunto, essas aglomerações de aldeias descrevem a geografia social de um território ocupado em toda a sua extensão. A presença de antigos assentamentos é registrada desde o extremo norte do território originário A'uwe, próximo ao Rio Tapirapé, até a cabeceira do Rio Couto de Magalhães, indicando assim a posse ancestral xavante de toda a região entre o Rio das Mortes e os afluentes do Xingu.⁴¹

No contexto das primeiras expedições de “desbravamento” da Serra do Roncador conduzidas pela FAB, FBC e SPI em meados dos anos 1940, algumas dessas antigas aldeias foram sucessivamente fotografadas durante missões de reconhecimento aéreo. Com efeito, a “conquista” e a “pacificação” dos Xavante tornou-se um

40 Pedro Sbardellotto chegou na região do Rio das Mortes em 1950 e foi um dos responsáveis por estabelecer os primeiros contatos com os grupos xavante que depois se juntariam às missões salesianas. Em 1953 fundou o aldeamento de Santa Terezinha, próximo a Xavantina, onde mais tarde seria a T.I. Areões, e alguns anos depois colaborou com a criação da missão em São Marcos. Esteve presente no episódio da deportação dos Xavante de Marãiwatsédé em 1966, e durante os anos 1960 percorreu praticamente toda a região prestando serviços pastorais às povoações de colonos. Ver SBARDELLOTTO, 1996 (1970).

41 Nota-se ainda que Sbardellotto localiza o escrito “Marãweceda” próximo de Wedezé, sugerindo que o território dos Xavante de Marãiwatsédé se estendia—desde a região do Rio Tapirapé, onde se observa a presença de duas aldeias antigas e dois acampamentos, até a região do Rio São João Grande, próximo ao limite da atual T.I. Pimentel Barbosa, onde estão marcados mais quatro assentamentos.



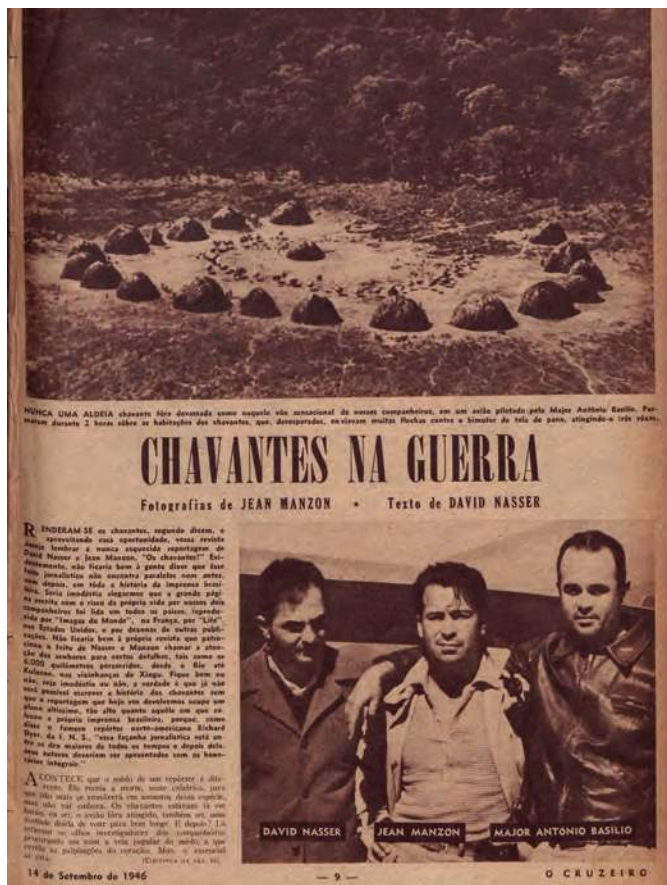
Mapa de Pedro Sbardelotto (fac-símile)

Reconstituição fac-símile do mapa histórico elaborado pelo padre salesiano Pedro Sbardelotto em 1970

fenômeno midiático nacional e mesmo internacional nessa época, que foi exaustivamente explorado em fotorreportagens publicadas em revistas de grande circulação como *O Cruzeiro* e *Life*. Nessas reportagens, os Xavante aparecem como índios selvagens e agressivos, enquanto as expedições são apresentadas como um movimento bandeirante moderno, patriótico e redentor dos índios.⁴² Analisados sob outra perspectiva, esses registros constituem uma fonte documental histórica extremamente valiosa sobre o passado do território A'uwe, uma vez que por meio deles podemos entender um pouco melhor como eram seus antigos assentamentos e até mesmo identificá-los.

Tradicionalmente, as aldeias Xavante eram construídas segundo um arranjo circular, com as casas dispostas na forma de um grande arco ao redor de uma praça central. Situavam-se sempre próximo de um rio ou ribeirão, e estavam implantadas no território de modo que a abertura do arco estivesse orientada para o curso d'água, que é chamado pelos Xavante de *Pañou*. Cobertas com folhas de babaçu, as casas eram projetadas como cúpulas assentadas direto no solo, reproduzindo assim a lógica circular do arranjo urbano na escala da arquitetura. Conforme se pode inferir das fotografias, o tamanho das casas variava em torno da média de 12 metros de diâmetro e 6 metros de altura, cerca de 115 m² de área, mas algumas construções eram bem maiores, chegando a atingir mais de 18 metros de diâmetro. As casas abrigavam famílias estendidas e possuíam apenas uma abertura orientada para a praça central, onde acontecia a maior parte da vida social e ritual xavante.

42 Ver especialmente as reportagens de David Nasser e Jean Manzon, *Enfrentando os Chavantes* (24 jun. 1944) e *Chavantes na Guerra* (14 set. 1946).



tamanho diferente, mas todas provavelmente localizadas na região de Wedezé, atual T.I. Pimentel Barbosa.⁴³ Essas aldeias estão implantadas em meio a áreas de cerrado aberto, e posicionadas estrategicamente apenas alguns metros de distância de um grande braço de mata de galeria. Por meio de metodologias de análise de imagens e modelagem espacial, foi possível extrair as dimensões dessas aldeias e reconstituir sua arquitetura. A maior delas possui 23 casas distribuídas ao redor de um pátio de mais de 190 metros de diâmetro (Imagem 12). Outras duas aldeias são de menor porte, mas também consideravelmente grandes, cada uma possuindo 19 casas distribuídas em semicírculos de 170 e 150 metros de diâmetro respectivamente (Imagens 3 e 13). A quarta aldeia, cujo arco atinge 70 metros de raio, apresenta

Imagem 11.
Fotos de reportagens
publicadas na revista
O Cruzeiro entre
1944-1951.

43 Quatro dessas aldeias foram fotografadas por Jean Manzon entre 1944 e 1950; a quinta aldeia foi fotografada por José Medeiros, provavelmente em 1950, e se encontra no acervo do Instituto Moreira Sales.

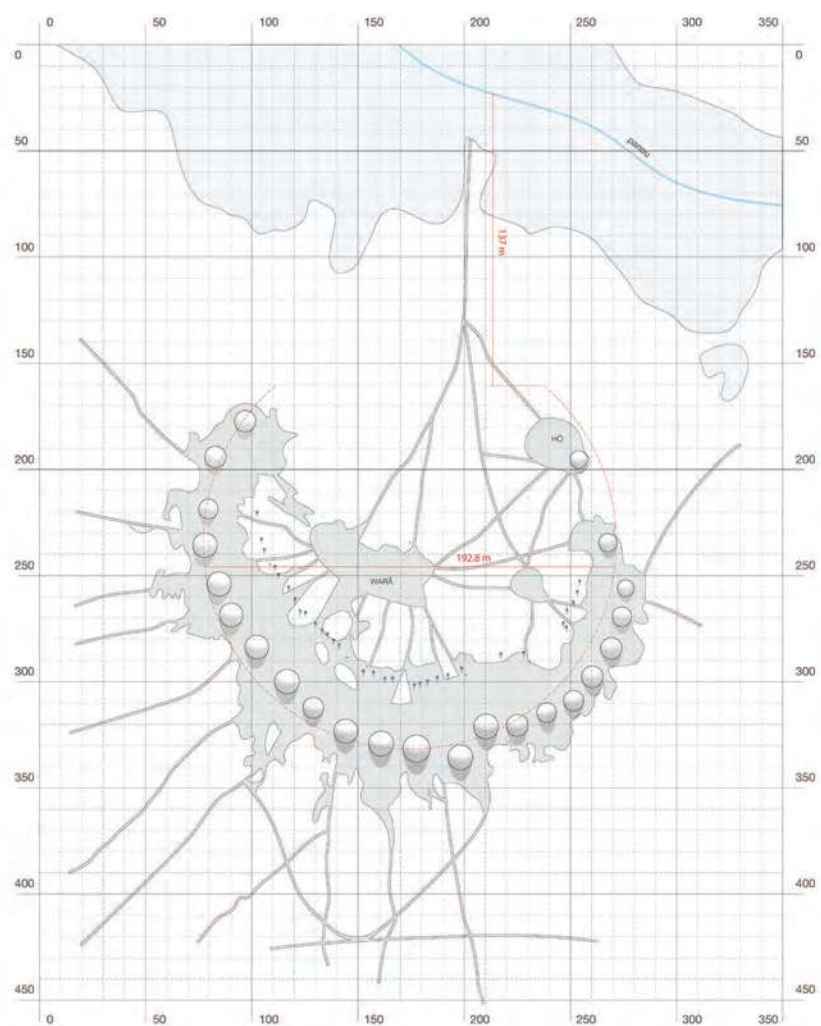
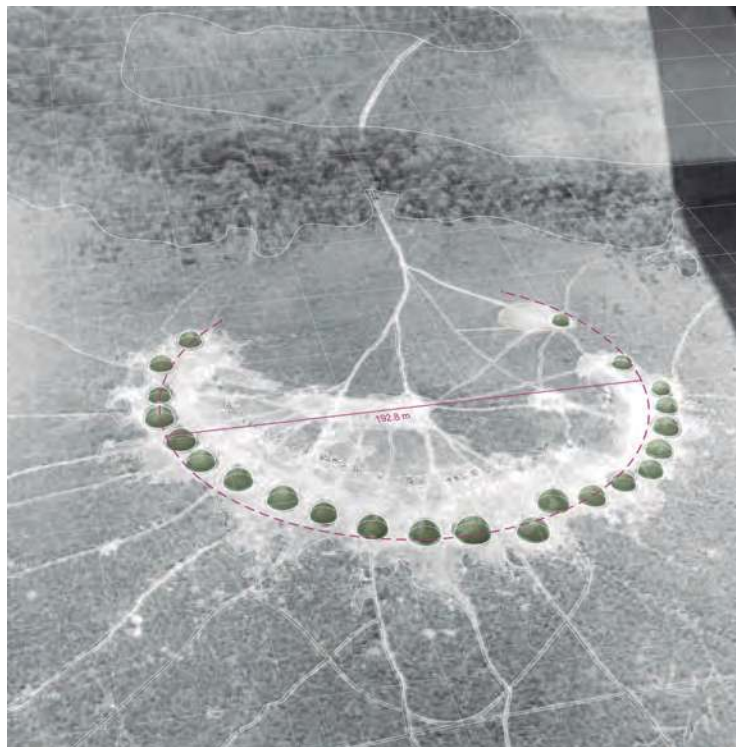


Imagem 12.
Reconstituição
de antiga Aldeia
Xavante baseada
na modelagem
de fotografias
históricas.

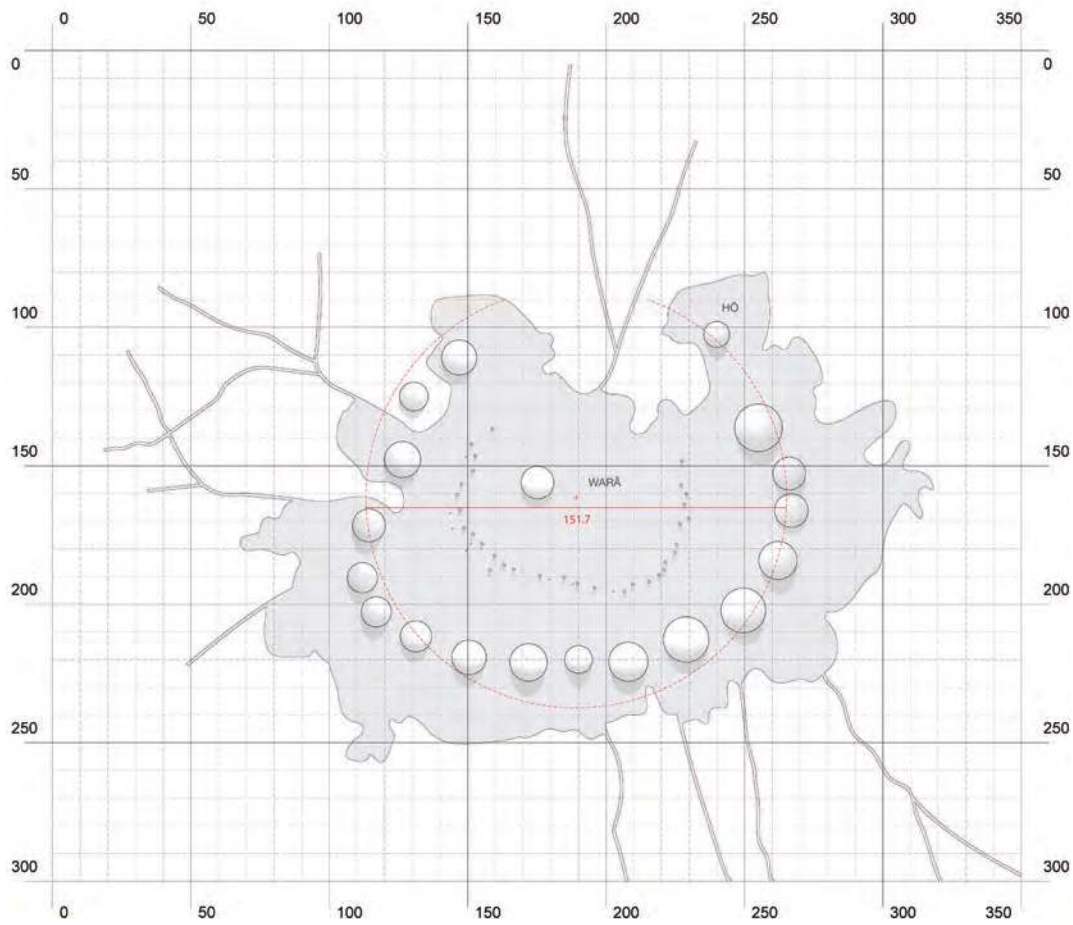


Imagem 13.
Reconstituição
de antiga Aldeia
Xavante baseada
na modelagem de
fotografias históricas.

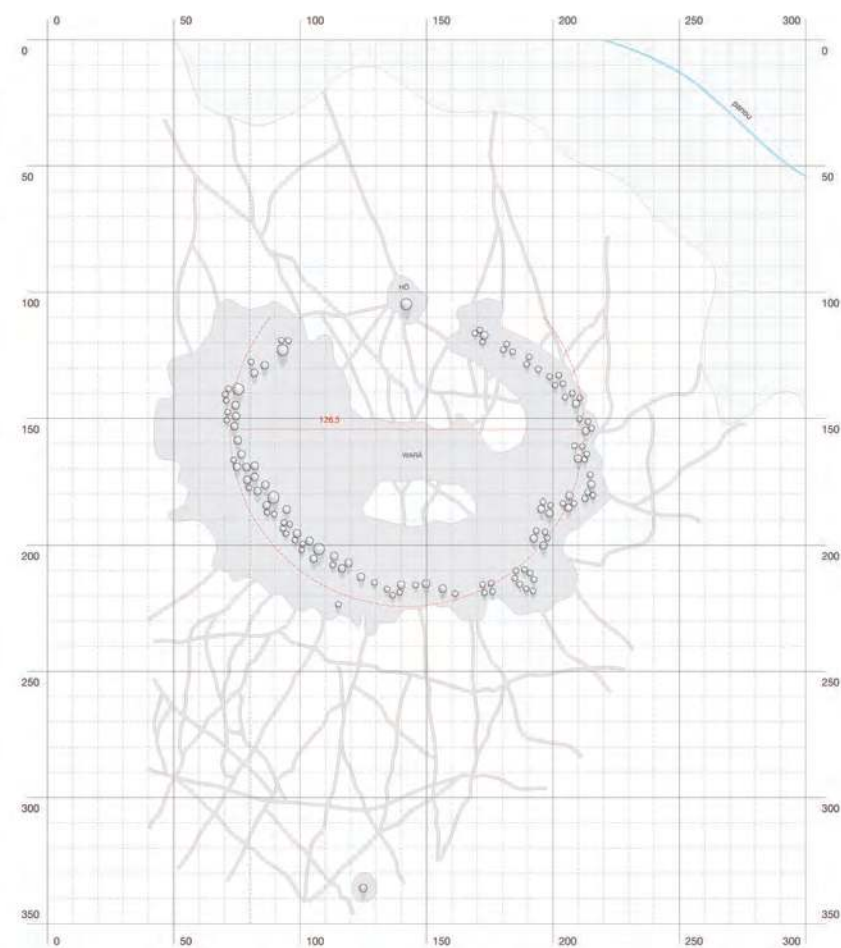
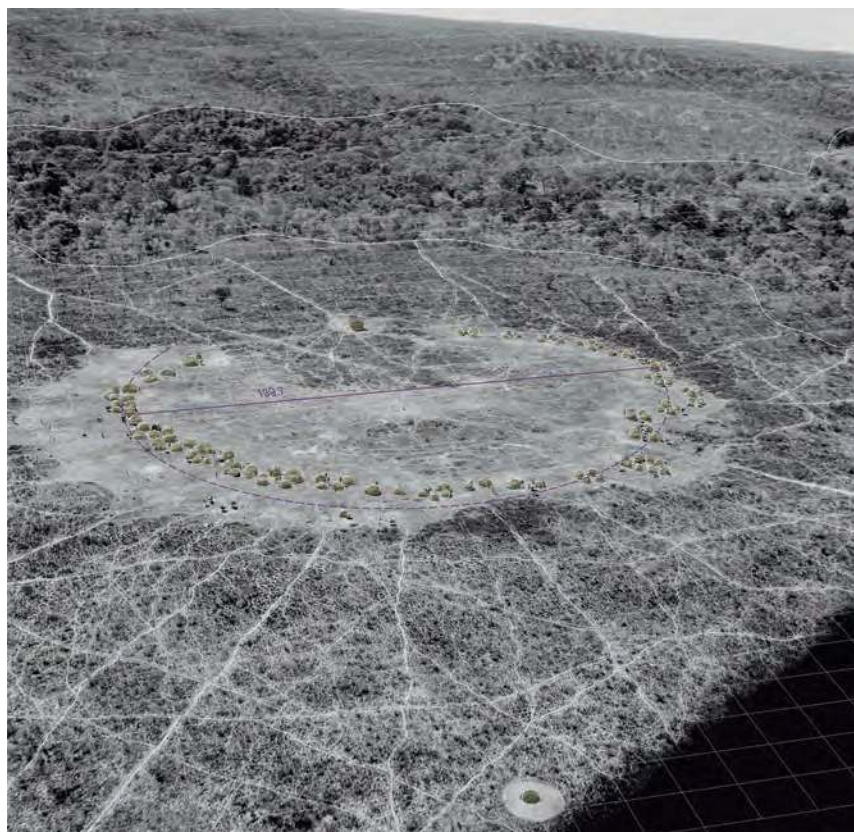
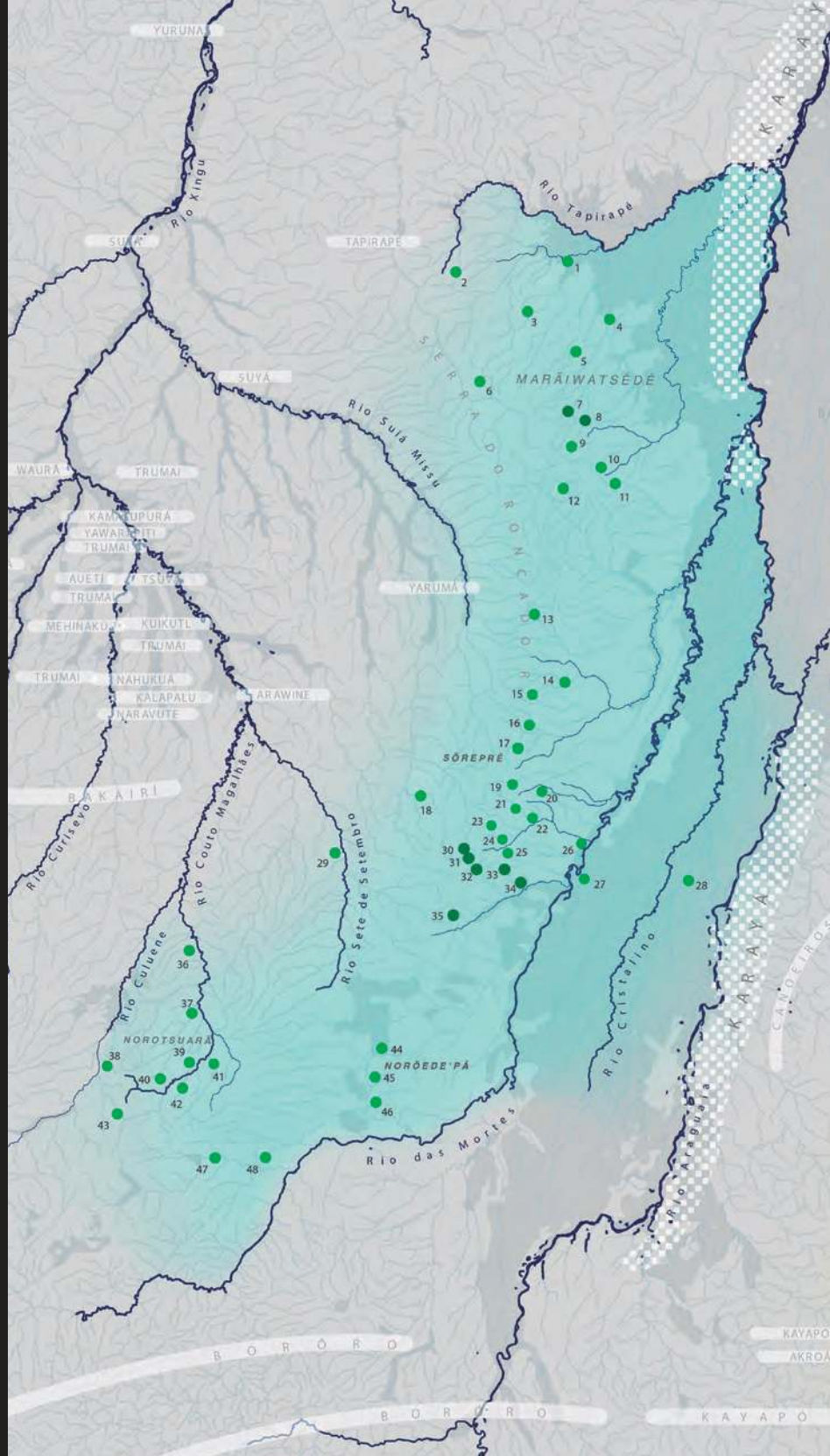


Imagem 14.
Reconstituição
de antiga Aldeia
Xavante baseada
na modelagem
de fotografias
históricas.

características espaciais semelhantes, mas é composta por um número substancialmente maior de casas, que estão arranjadas em pequenas aglomerações circulares como se fossem minialdeias (*Imagem 14*). O tamanho dessas construções é bem menor do que o daquelas localizadas nas outras aldeias, que sugere que essas comunidades estariam acampadas em uma grande reunião, cada aglomeração sendo equivalente a uma casa desmembrada em partes menores. O estado da terra batida no pátio central, bem como a presença de inúmeros caminhos em torno da aldeia, entretanto, mostra que esse lugar é um sítio de ocupação bastante antigo e que uma grande aldeia existiu nessa área.

Ao que tudo indica, os voos de reconhecimento restringiram-se a uma pequena parte do território A'uwe, e nessa época certamente havia mais aldeias do que as que foram fotografadas. Em 1946, ao descrever suas expedições pela Serra do Roncador na *Revista Brasileira de Geografia*, o explorador húngaro Tibor Sekelj afirma que a FAB havia identificado 16 aldeias xavante somente na região do Rio das Mortes, uma delas bastante grande, contendo mais de 70 casas.⁴⁴ Relatos como esse e cartografias etno-históricas recentes mostram que, apesar de constituir um documento histórico importante, o mapa de Pedro Sbardellotto é, na verdade, bastante incompleto em relação ao número de antigas aldeias identificadas. Além disso, esse mapa também mostra uma imagem um tanto distorcida da ocupação A'uwe, visto que as aldeias são representadas como pontos estáticos no território, enquanto no passado elas eram caracterizadas pela grande mobilidade e logo ocupavam uma área bem maior do que a de seu perímetro imediato.

44 SEKELJ, 1946.



ANTIGAS ALDEIAS A'UWE-XAVANTE

ID	Nome	Ocupação	Fonte
1	Sem nome	Aldeia	Sbardelloto
2	Tsé	Aldeia	FUNAI
3	Êt'simarã	Aldeia	FUNAI
4	Sem nome	Aldeia	Sbardelloto
5	Umrururé	Aldeia	FUNAI / Relatório
6	Sem nome	Aldeia	Maybury-Lewis
7	Mónipã	Acampamento	FUNAI
8	Êntlepô	Acampamento	FUNAI
9	Tsuparadzaidi	Aldeia	Relatório
10	Ubdônho'u	Aldeia	Relatório
11	BÔU	Aldeia	Relatório
12	Udzurâiwawé	Aldeia	Relatório
13	Urebdza'u	Aldeia	Relatório
14	Sem nome	Aldeia	Sbardelloto
15	Huûhi	Aldeia	Sbardelloto/Relatório
16	Sem nome	Aldeia	Sbardelloto
17	Sôrepre	Aldeia	Sbardelloto/ Welch et al./Relatório
18	Sem nome	Aldeia	Sbardelloto
19	Arobonhopo'opã	Aldeia	Welch et al. / Relatório
20	Sem nome	Aldeia	Sbardelloto
21	Sem nome	Aldeia	Sbardelloto
22	Etênhintipã	Aldeia	Sbardelloto/ Welch et al./Relatório
23	Asereré	Aldeia	Welch et. al
24	Asereré	Aldeia	Sbardelloto/ Welch et. al/Relatório
25	Sem nome	Aldeia	Sbardelloto
26	Sem nome	Aldeia	Sbardelloto
27	Wezedé	Aldeia	Sbardelloto/ Welch et. al/Relatório
28	Marâtô'bre	Aldeia	Sbardelloto/ Giaccaria
29	Sem nome	Aldeia	Sbardelloto
30	Reata	Acampamento	Welch et. al
31	Asereré	Acampamento	Welch et. al
32	Tanguro	Acampamento	Welch et. al
33	Santa Rosa	Acampamento	Welch et. al
34	Caçula	Acampamento	Welch et. al
35	Belém	Acampamento	Welch et. al
36	Sem nome	Aldeia	Sbardelloto
37	Sem nome	Aldeia	Sbardelloto
38	Sem nome	Aldeia	Sbardelloto
39	Sem nome	Aldeia	Sbardelloto
40	Sem nome	Aldeia	Sbardelloto
41	Sem nome	Aldeia	Sbardelloto
42	Sem nome	Aldeia	Sbardelloto
43	Sem nome	Aldeia	Sbardelloto
44	Sem nome	Aldeia	Sbardelloto
45	Sem nome	Aldeia	Sbardelloto
46	Sem nome	Aldeia	Sbardelloto
47	Sem nome	Aldeia	Sbardelloto
48	Sem nome	Aldeia	Sbardelloto

FONTES:

- FUNAI (Patrícia de Mendonça Rodrigues e Iara Ferraz), *Relatório de Identificação da Área Indígena Maraiwatsédé*, FUNAI, Portaria 09 de 20 de Janeiro de 1992.
- Pedro Sbardelloto, *Mapa Região dos Índios Xavante*, s.d. (Arquivo CTI)
- Bartolomeu Giaccaria, *Xavante: Auw'e Uptabi: Povo Autêntico*, Editorial Dom Bosco: São Paulo, 1972.
- James R. Welch et. al, *Na primeira margem do rio: território e ecologia do povo Xavante de Wezedé*. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2013.
- David Maybury-Lewis, *A Sociedade Xavante*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.
- Relatório *Memória da Terra*, 2016 (Paulo Tavares)

Território Ancestral A'uwe-Xavante

Distribuição geográfica das antigas aldeias Xavante

- Território Ancestral A'uwe-Xavante
- Aldeias
- Acampamentos

Um dos aspectos centrais do modo de habitação tradicional xavante consistia na prática de realizar longas expedições de caça e coleta pelo território. Essas expedições duravam várias semanas ou mesmo alguns meses, e muitas vezes envolviam praticamente toda a comunidade, incluindo mulheres, crianças e anciãos. Na língua xavante são conhecidas como *zömori*, e, no caso das expedições envolvendo exclusivamente homens, são chamadas *hõmono*.⁴⁵ Devido aos impactos da redução territorial e das políticas de sedentarização implementadas nos anos 1950-1970, as práticas do *zömori* e *hõmono* tal como se manifestavam no passado foram suprimidas. No final dos anos 1950, no entanto, quando Maybury-Lewis fez suas primeiras pesquisas de campo, alguns grupos Xavante ainda tinham relativa liberdade territorial para realizar essas grandes expedições, e algumas delas foram documentadas em detalhes pelo antropólogo. Na realidade, as comunidades que Maybury-Lewis visitou passavam a maior parte do tempo em movimento, embora mantivessem uma aldeia principal para a qual sempre voltavam:



Imagem 15. Mapa documentando a trajetória das expedições territoriais realizadas pelo antropólogo David Maybury-Lewis com os Xavante em 1958.

45 Sobre a territorialidade dos *zömori* e *hõmono*, ver GOMIDE, 2008.

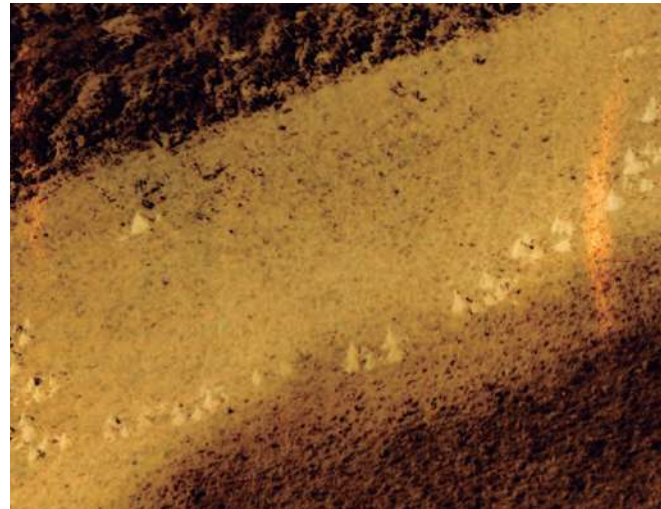
Imagens 16 e 17.
Fotografias de
acampamentos
xavante (zömori
/ hõmono)
encontradas
nos arquivos
da Fundação
Brasil Central,
provavelmente
datadas de 1944.

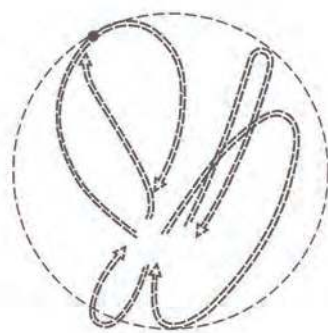


não abandonavam suas aldeias a menos que tivessem uma boa razão e faziam-no, aliás, com a menor frequência possível, resguardando-se da tarefa árdua de construir novas casas. Passavam, no entanto, pouco tempo nessas aldeias-base. Durante a maior parte do ano ficavam fora, participando de expedições de caça e coleta. Uma expedição como essa tem na aldeia-base o seu ponto de partida e chega a durar de seis semanas a três ou quatro meses. [...] Não raro a comunidade divide-se em grupos que tomam inicialmente direções diferentes, mas que voltam a se reunir depois de um pequeno intervalo.⁴⁶

A pesquisa de Maybury-Lewis apresenta um mapa do trajeto das várias expedições que o antropólogo acompanhou em 1958. As mais prolongadas, que duraram de dois a três meses, percorreram

⁴⁶ MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 98.





Padrões de deslocamentos geográficos
zōmori / hōmono documentados pelo
antropólogo David Maybury-Lewis em
1958-1962



Mapa original de David Maybury-Lewis

Projeção das trajetórias das expedições *zōmori* e *hōmono*
(baseada na documentação de David Maybury-Lewis (1958-1962))

Projeção das trajetórias das expedições *zōmori* e *hōmono*

(baseada na documentação de David Maybury-Lewis (1958-1962))

um território muito extenso, chegando a distâncias de mais de 100 km da “aldeia-base” (Imagem 15). Segundo seu relato, esses trajetos eram percorridos através de acampamentos que duravam até duas semanas, e que eram implantados no território seguindo o mesmo princípio espacial em forma de arco encontrado nas aldeias. Como cada expedição se dirigia a uma área ainda não explorada no mesmo ano, durante 12 meses os grupos Xavante se deslocavam por um território consideravelmente maior do que representado nesse mapa.

Antes do processo de pacificação, provavelmente todas as comunidades indígenas espalhadas pelo território A'uwe praticavam esses deslocamentos durante longos períodos de tempo, sem, contudo, perder sua unidade de aldeia. A presença de “vários” acampamentos abandonados é frequentemente mencionada nos relatos e reportagens sobre as frentes de contato nos anos 1940 e 1950,⁴⁷ como nesta passagem do diário de campo de Maybury-Lewis:

Quando fui encontrar com um grupo de Xavante que estava fazendo uma dessas excursões, *meu guia e eu passamos por cerca de quatro acampamentos durante cada dia de jornada.*⁴⁸

Como se pode concluir desse relato, seguramente o número de acampamentos encontrados pelo território Xavante era exponencialmente maior do que o número de aldeias. Nos arquivos da FBC existem algumas fotografias aéreas desses assentamentos provisórios, em que podemos observar que eles chegavam a atingir

47 Por exemplo, ver o relato de Tibor Sekelj (1946) e também as mencionadas reportagens de David Nasser e Jean Manzon na revista *O Cruzeiro*.

48 MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 103.

porte comparável ao das grandes aldeias e seguiam obstinadamente o mesmo plano em semicírculo (*Imagens 16 e 17*). Efetivamente utilizados por mais tempo do que as aldeias em si, os acampamentos constituíam uma forma de habitação permanente do território, ainda que em trânsito. Dito de outro modo, as expedições não representavam um período de abandono da aldeia, mas eram uma extensão da própria aldeia no espaço. Essa territorialidade móvel possibilitava aos A'uwe cultivar um conhecimento muito sofisticado do ambiente, bem como lhes dava grande vantagem no monitoramento e na defesa de seus domínios. Pode-se dizer que em larga medida foi o que lhes garantiu a soberania de tão vasto território até meados do século XX.

O *Mapa 4* apresenta uma compilação de todos os registros de aldeias antigas encontrados nos diversos documentos analisados por esta investigação, incluindo cartografias, estudos etnográficos e relatos orais xavante. No total, entre 1850 e 1950 foram localizadas 48 aldeias espalhadas pelo território A'uwe, mas esse número deve ser maior.⁴⁹ Esse mapa demonstra que toda a região da Serra do Roncador era densamente ocupada por constelações de aldeias e acampamentos. O *Mapa 5* apresenta a projeção do campo de influência dessas aldeias com base nas trajetórias das expedições documentadas por Maybury-Lewis, mostrando a dimensão global da posse territorial xavante exercida pelo conjunto aldeia-acampamento. Trata-se de uma representação diagramática, uma vez que cada grupo percorria caminhos distintos dependendo dos aspectos físicos do ambiente e de circunstâncias históricas e sociais. Ainda assim, esse mapa oferece uma

49 O objetivo desse mapa não é estabelecer uma imagem definitiva da cartografia das antigas aldeias A'uwe, mas apenas oferecer uma síntese atualizada dos documentos analisados. Nota-se que as informações acerca da região da T.I. Parabubure são bem mais incompletas do que as de outras regiões.

representação mais próxima da dinâmica de ocupação territorial das comunidades xavante do que a imagem de uma série de pequenos pontos distantes, estáticos e isolados no espaço.

Muito além de seu perímetro, cada aldeia A'uwe constituía-se como uma zona de ocupação territorial, que, por sua vez, estava em contato com outras zonas de ocupação de outras aldeias. Essas zonas de ocupação tinham como centralidade uma aldeia-base permanente da qual vários grupos partiam, nela chegavam e dela migravam, desdobrando-se em uma multiplicidade de acampamentos e aldeias provisórios construídos e reconstruídos em diferentes pontos do território. Eventualmente, um grupo cindia-se em uma nova aldeia, formando outra comunidade com sua própria mobilidade e autonomia política. Mesmo abandonados, antigos assentamentos continuavam a ser visitados e utilizados, configurando outros tantos pontos dentro de uma rede de aldeias e acampamentos.

É sobretudo essa dimensão de grande circulação e mobilidade, que está intrinsicamente associada à permanência e posse ancestral, que devemos reter para compreender a relação entre a cultura A'uwe e o território. Ao longo de mais de cem anos de expansão geográfica e povoamento pelo Rio das Mortes, essas comunidades construíram um complexo de aldeias e acampamentos por meio do qual exerciam uso e controle de toda a região da Serra do Roncador, desde as cabeceiras do Rio Couto Magalhães até o Rio Tapirapé. Quando observados em conjunto e no espaço, os documentos, relatos e mapas analisados comprovam a presença xavante nessa área. A seguir mostramos como esses registros históricos são corroborados por evidências identificadas no próprio território.

Vestígios da Ocupação A'uwe

Identificação de evidências das antigas aldeias Xavante

A partir de meados dos anos 1960, num contexto global cada vez mais tecnológico e militarizado em virtude da escalada da Guerra Fria, vastas regiões do território brasileiro serão extensivamente rastreadas e fotografadas por missões de mapeamento aéreo e satélites de vigilância, sobretudo o Planalto Central e a Planície Amazônica, que desempenhavam papel estratégico na política de “ocupação e integração nacional” implementada pelo regime militar. Operacionalizadas com o objetivo de monitorar o território, prover inteligência espacial ou identificar reservas de recursos naturais para ser exploradas economicamente, essas tecnologias deixaram um legado de imagens históricas do território A'uwe por meio das quais podemos identificar vestígios da ocupação indígena pré-pacificação. Esta seção apresenta um mapeamento desses vestígios a partir de uma análise forense das imagens produzidas pelo projeto Hexagon lançado pelo Estados Unidos no início dos anos 1970.

Comumente conhecido como Big Bird, o projeto Hexagon foi parte de uma sequência de programas secretos de reconhecimento fotográfico por satélite iniciados pelos Estados Unidos no começo dos anos 1960. Alguns desses satélites estavam equipados com câmeras muito sofisticadas, capazes de registrar imagens em níveis de resolução considerados altos até mesmo para os padrões atuais. Durante sete anos de operação, de 1973 até 1980, o Big Bird gerou cerca de 30 mil imagens em branco e preto de praticamente toda a superfície da Terra a uma resolução variável de seis a nove metros. Em 2002 o sigilo de grande parte dessas fotografias foi liberado, de maneira que hoje é possível acessá-las e investigar certos aspectos da história da ocupação humana no planeta por

meio das informações contidas nesses registros. Nesse arquivo encontramos as primeiras imagens de satélite feitas da região do Rio das Mortes.

Conforme mostrado no [Mapa 6](#), oito imagens foram selecionadas para análise de forma a compor um mosaico de todo o território A'uwe com a menor cobertura de nuvens possível. Apesar de o critério de seleção ter privilegiado os registros mais antigos, a qualidade da visibilidade das fotografias restringiu a investigação ao período entre 1976 e 1979. Essas imagens oferecem uma visão panorâmica de uma época em que o território Xavante já havia sido dramaticamente transformado pela expansão de atividades agropecuárias na região. Apesar disso, algumas das antigas aldeias A'uwe parecem ter sido tão longevas e robustas que, mesmo muitas décadas depois de seu abandono, nessas imagens ainda é possível encontrar vestígios de sua presença no território.

Após uma análise detalhada desse material, foram identificadas várias marcas no solo cuja forma, tamanho, localização e orientação claramente indicam antigos assentamentos Xavante. Essas “pegadas” invariavelmente exibem desenhos semicirculares de precisão geométrica, que apresentam notável semelhança com a estrutura espacial das aldeias fotografadas nos anos 1940. Inscritos na superfície da terra como se fossem geoglifos, os arcos aparecem em campos de cerrado próximos a rios e ribeirões, e têm a abertura sempre orientada para o curso d'água. Isso mostra que são vestígios de intervenções humanas planejadas de acordo com um padrão cultural constante, e que esse padrão é consistente com as fotografias e descrições etnográficas das aldeias Xavante tradicionais.

Nas imagens analisadas, a maior parte desses vestígios encontra-se espalhada nas cabeceiras dos afluentes do Rio das Mortes, entre os meridianos 52°00'W e 51°00'W. Estão distribuídos em duas grandes aglomerações, uma na região da atual T.I. Pimentel Barbosa, e outra na região da atual T.I. Marãiwatsédé (Mapa 6). Uma vez que a posição exata dessas marcas pode ser determinada pelas coordenadas geográficas das imagens de satélite, verificou-se que correspondem precisamente a lugares que são identificados pelos anciãos como sítios arqueológicos de antigas aldeias e cemitérios, sendo possível nomeá-los.

Dentro do perímetro da T.I. Pimentel Barbosa foram localizados seis fortes indícios de assentamentos antigos. Na cabeceira do Rio Pimentel Barbosa existem evidências da presença de quatro aldeias situadas em ambos os lados do rio, duas delas bem grandes, com diâmetro de cerca de 180 metros. Alguns quilômetros ao norte, nas margens do Rio Corixão, na fronteira da T.I., nota-se claramente o desenho em arco de mais duas grandes aldeias, cada uma delas com mais de 200 metros de diâmetro. De acordo com os anciãos dessa região, nesses sítios estavam Asereré e Arobo-nhipo'opá, respectivamente, aldeias que nasceram da fragmentação de Sõrepré e onde numerosos grupos Xavante viveram até meados dos anos 1940.⁵⁰

Do lado de fora da T.I. Pimentel Barbosa, cerca de 15 km de seu limite norte, encontram-se os vestígios de outra grande aldeia nas margens do Rio São João. A marca em arco dessa aldeia no território é significativamente maior do que todas as outras, estendendo-se por cerca de 300 metros de diâmetro. Situada num ponto elevado entre três braços de rio, pelo porte singular e por

50 WELCH *et al.*, 2013.

sua localização estratégica, pode-se afirmar com alto grau de certeza que são vestígios da Aldeia Sõrepré, centro histórico mais antigo do território A'uwe. Estudos mais aprofundados seriam necessários para confirmar essa hipótese, mas como podemos verificar em um mapeamento recentemente realizado com comunidades da T.I. Pimentel Barbosa,⁵¹ bem como pelos relatos orais dos anciãos que colaboraram com nossa investigação, é precisamente nessa região que os Xavante localizam a grande “aldeia-mãe”. Ao norte do meridiano de Sõrepré, desde o Rio São João Grande até o Rio Tapirapé, existem evidências de mais cinco aldeias antigas. Duas delas aparecem na margem de um afluente do Rio São João Grande, bem próximas a Sõrepré, região em que os anciãos de Marãiwatsédé localizam a Aldeia Huühi. Assim como Arobonhipo'opá, Huühi também nasceu da fragmentação de Sõrepré e fazia parte de uma constelação de assentamentos-satélite da grande aldeia-base. Os outros vestígios aparecem bem mais ao norte, na região do Rio Xavantinho, próximo do limite da atual T.I. Marãiwatsédé. Conforme descrito em detalhes na terceira parte deste relatório, os Xavante de Marãiwatsédé reconhecem esses lugares como os sítios arqueológicos das antigas aldeias Bö'u, Ubdönho'u e Tsinõ.

A identificação de vários indícios de antigas aldeias sugere que os grupos que viveram nessas áreas foram responsáveis pela construção de grandes assentamentos permanentes, os quais foram habitados durante períodos muito longos por uma população substantiva, deixando, assim, marcas profundas e duradouras na paisagem. Estudos arqueológicos de assentamentos indígenas no Brasil Central demonstram que no passado mais remoto, antes dos impactos causados pela colonização, as aldeias dos povos que

51 WELCH *et al.*, 2013.

viviam nesta região teriam sido bem maiores.⁵² A disposição dos vestígios em dois grandes agrupamentos também é consistente com a trajetória de dispersão geográfica e povoamento do Rio das Mortes narrada pelos Xavante e documentada pela etnografia.

Na região do Rio Couto Magalhães, onde se encontra o terceiro polo da migração xavante, não foi identificada nenhuma evidência de força similar, apenas indícios fracos. Como existem relatos históricos que demonstram a presença indígena nessa área desde o final do século XIX, a suposta inexistência desses vestígios não deve ser explicada pela ausência de aldeias ou pela baixa densidade demográfica. Uma interpretação mais plausível seria a de que, tendo sido os grupos que migraram para essa região desde muito cedo acossados pelas frentes de contato e colonização, não teriam tido condições de estabelecer assentamentos tão duradouros como em outras áreas. O mais provável, porém, é que muitas evidências de antigos assentamentos tenham sido literalmente apagadas pelo rápido processo de desmatamento que atingiu toda essa região nas décadas de 1950-1970.

É preciso enfatizar que as imagens do projeto Hexagon analisadas são registros muito tardios do território A'uwe, capturados num momento em que a paisagem dessa região já havia sido radicalmente modificada pela expansão das frentes agropecuárias. Esse mapeamento é, portanto, incompleto e não deve ser tomado como definitivo, mas apenas como base para futuras investigações. Em que pese a tais limitações, essa “arqueologia visual” identifica evidências materiais concretas que corroboram os relatos orais e documentos históricos sobre a ocupação ancestral Xavante na região do Rio das Mortes.

52 GROSS, 1979.

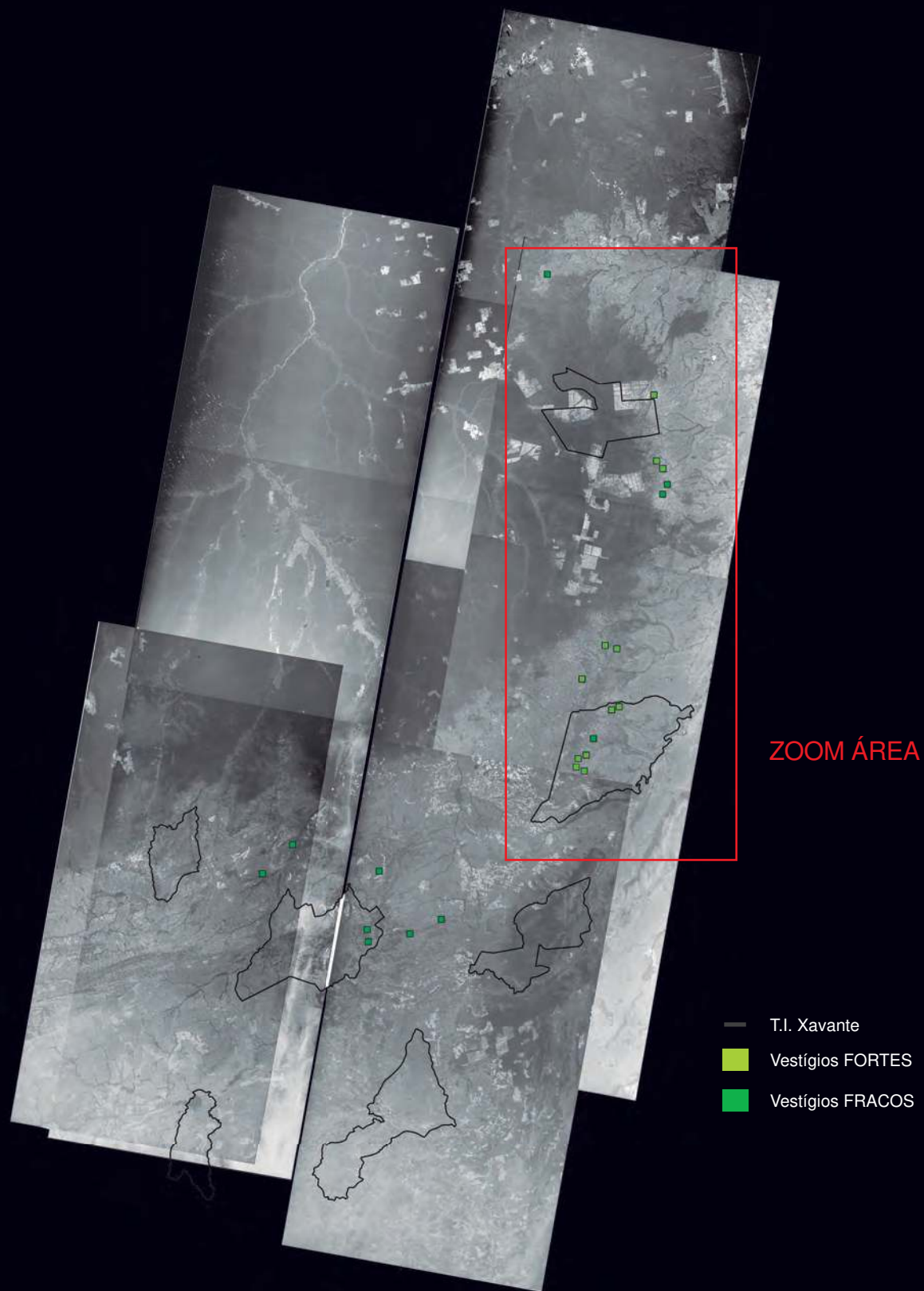
Uma das provas mais irrefutáveis da presença A'uwe nesse território é a paisagem, o território mesmo. Observando a localização geográfica dos vestígios de Sõrepré numa imagem de satélite contemporânea, nota-se uma massa de árvores isoladas em meio a uma plantação de soja, cujo arranjo espacial ainda preserva o desenho em arco da antiga aldeia ([Mapa 7](#)). Nascidas de um solo fertilizado durante mais de um século por consecutivas gerações Xavante, essas árvores devem ser tão antigas, robustas e produtivas que mesmo o fazendeiro resolveu perder espaço no plantio de soja para preservá-las. Apesar da destruição quase absoluta desse sítio arqueológico, as árvores permanecem como testemunhas vivas da ocupação ancestral dos Xavante.

An aerial photograph of an archaeological site, likely a prehistoric settlement. The site is characterized by a semi-circular arrangement of numerous small, circular mounds or pits, possibly dwellings or storage pits, situated along a curved boundary marked by a dashed line. The surrounding landscape is flat and appears to be a dry, open area. The text "ARQUEOLOGIA" and "A'UWE XAVANTE" is overlaid on the image in a bold, white, serif font. A small number "139.7" is visible near the center of the semi-circular arrangement.

ARQUEOLOGIA
A'UWE XAVANTE

139.7

**Identificação de vestígios de antigas aldeias
Xavante por meio da análise de imagens do
Projeto KH-9 / Hexagon, USA (1971-1987)**



Arqueologia A'uwe-Xavante

Composição das imagens de satélite HK-9/Hexagon analisadas



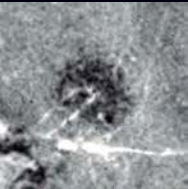
INDÍCIOS FORTES



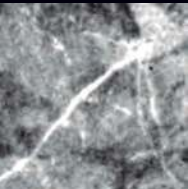
1- SÕREPRÉ



2, 3 - HUÛHI



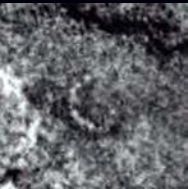
4 - BO'U



5 - UBDÖNHÕU; 6 - TSINÕ



11, 12 - AROBONHIPO'OPÁ

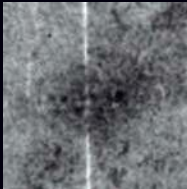
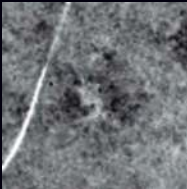


13, 14, 15, 16 - ASIRÉRÉ

Complexo Marãiwatsédé

Complexo Wedezé

INDÍCIOS FRACOS



7, 8, 9, 10 - COMPLEXO MARÃIWATSÉDÉ



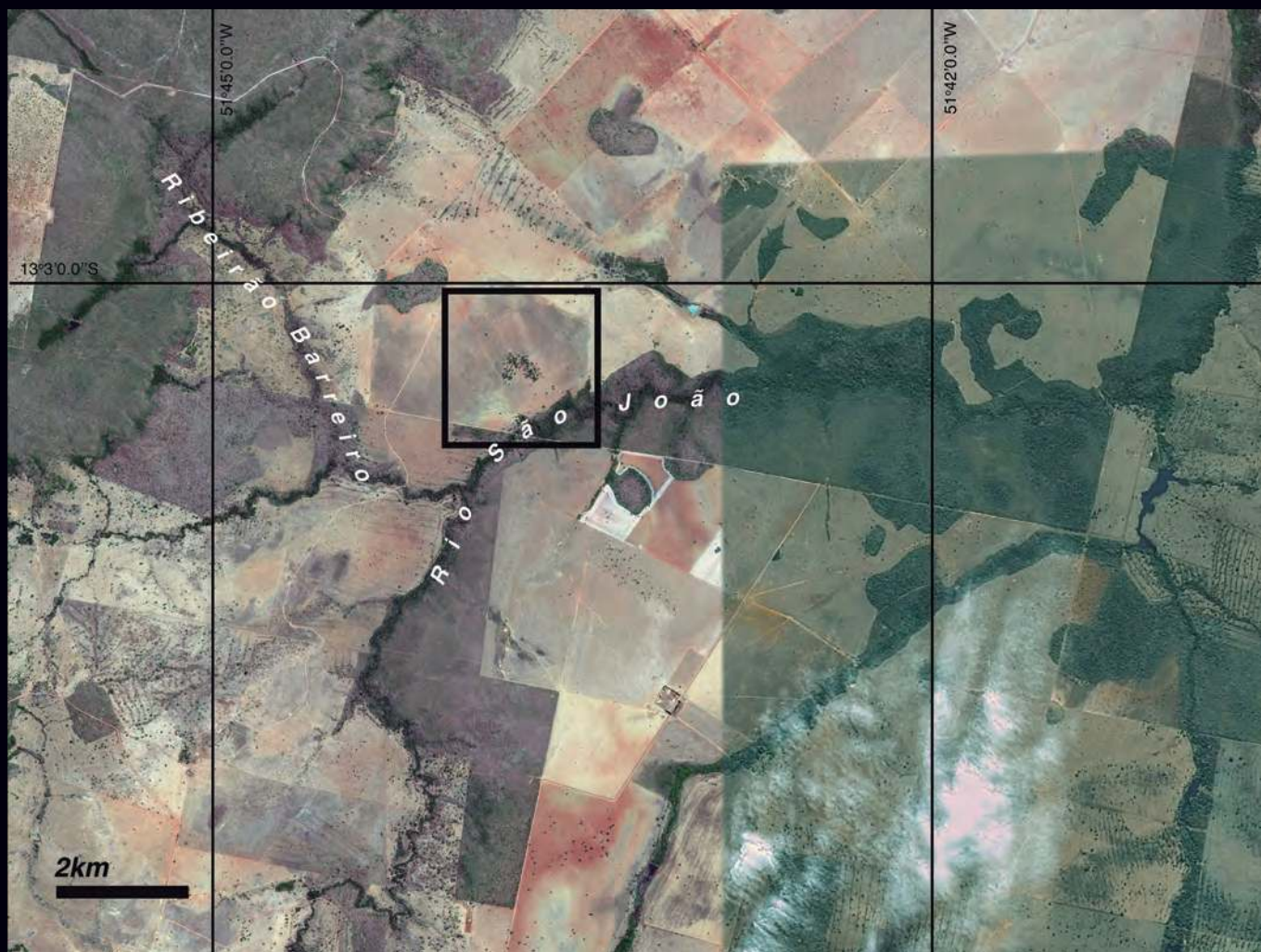
17, 18 - COMPLEXO WEDEZÉ

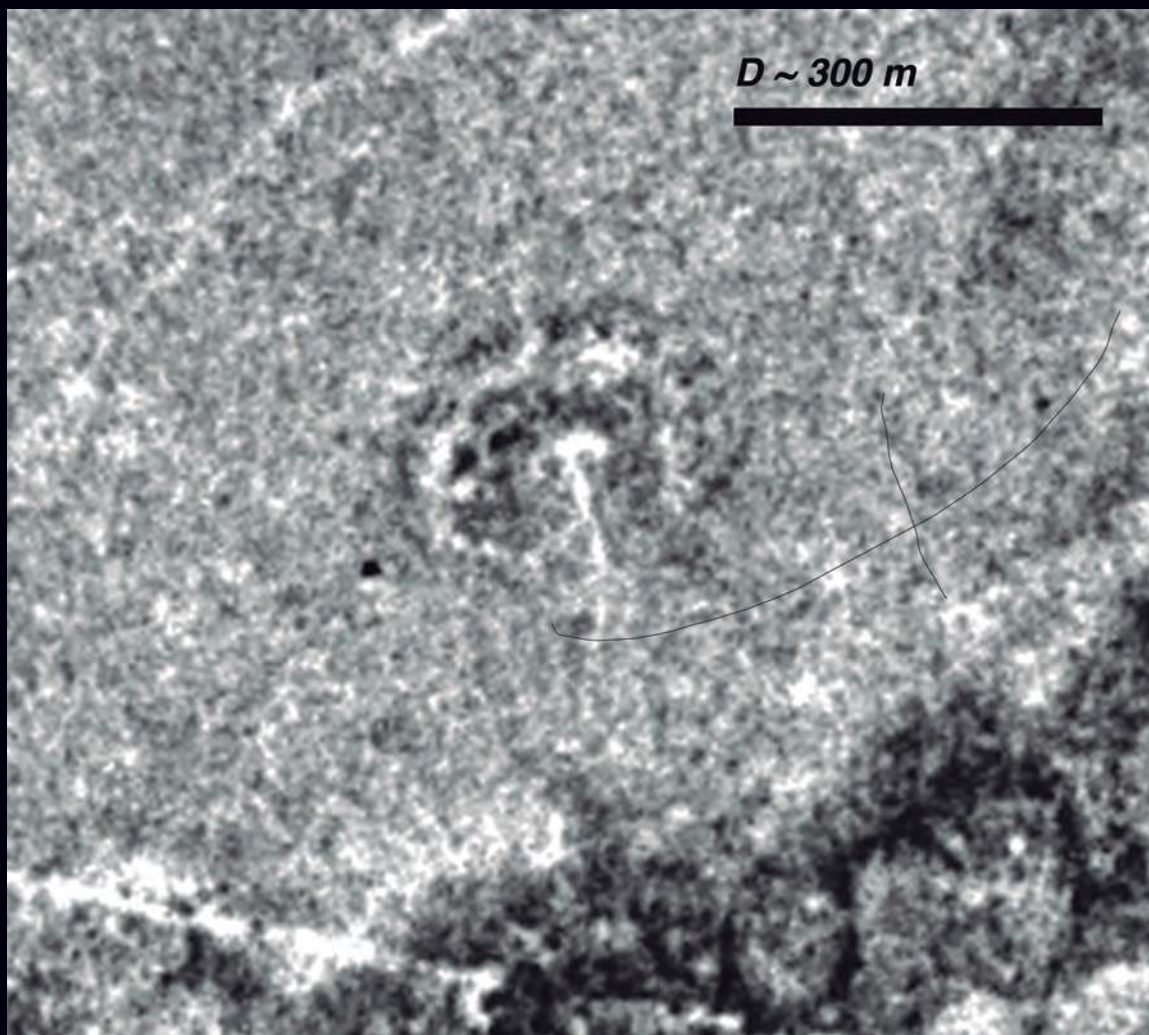


Aldeia Sõrepré

Antigo centro geopolítico e cultural do território A'uwe-Xavante

13° 3'19.77"S 51° 43'44.83"W

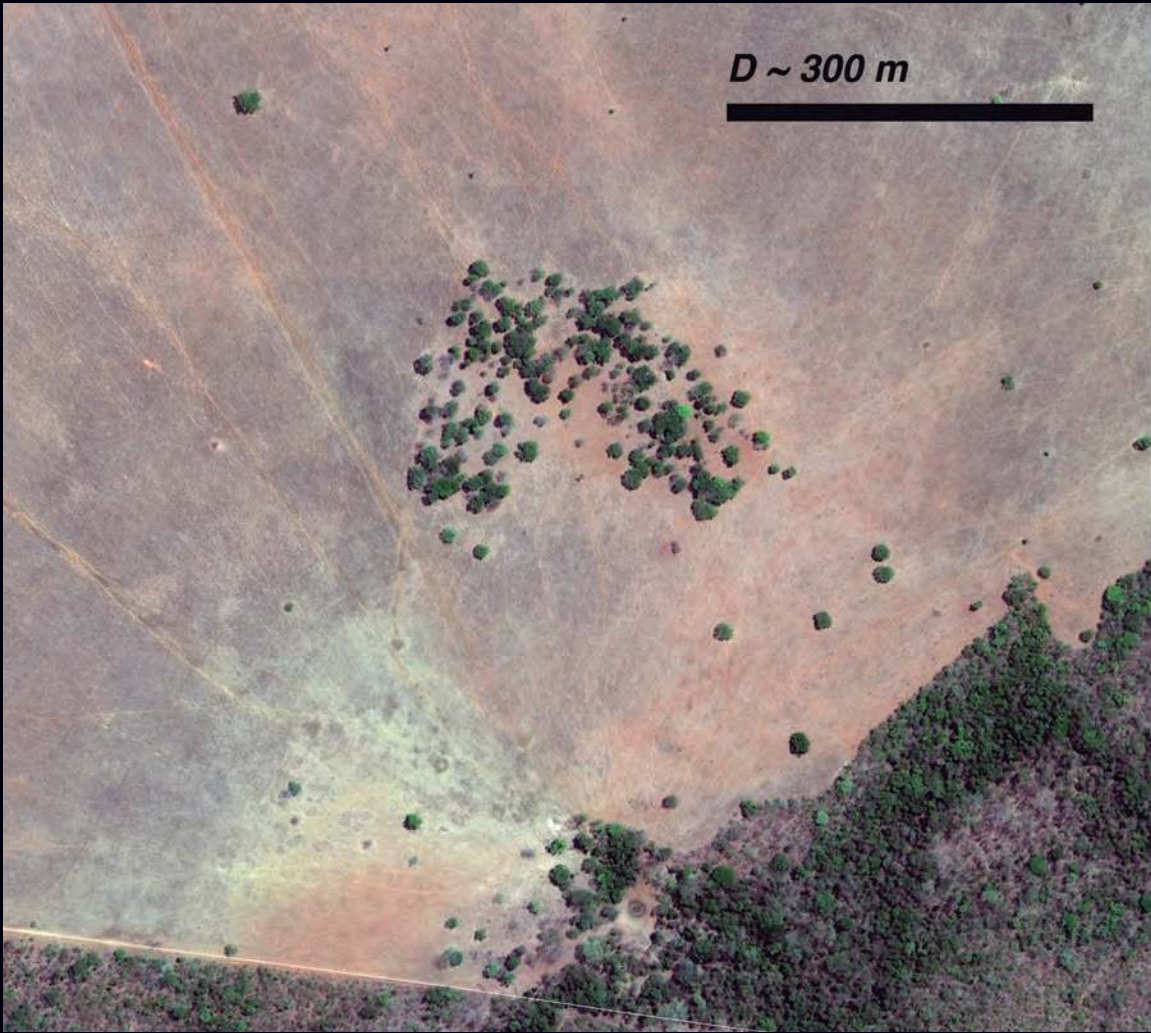


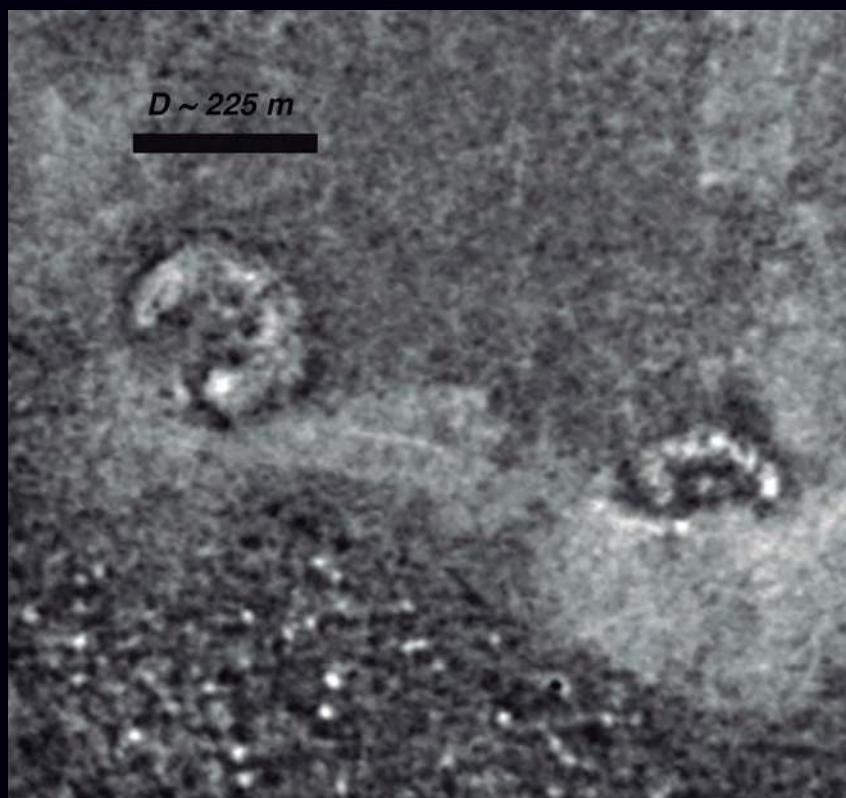


Aldeia Sõrepré (zoom)

A imagem contemporânea mostra a formação de árvores que cresceu seguindo a forma em arco da antiga aldeia

13° 3'19.77"S 51° 43'44.83"W





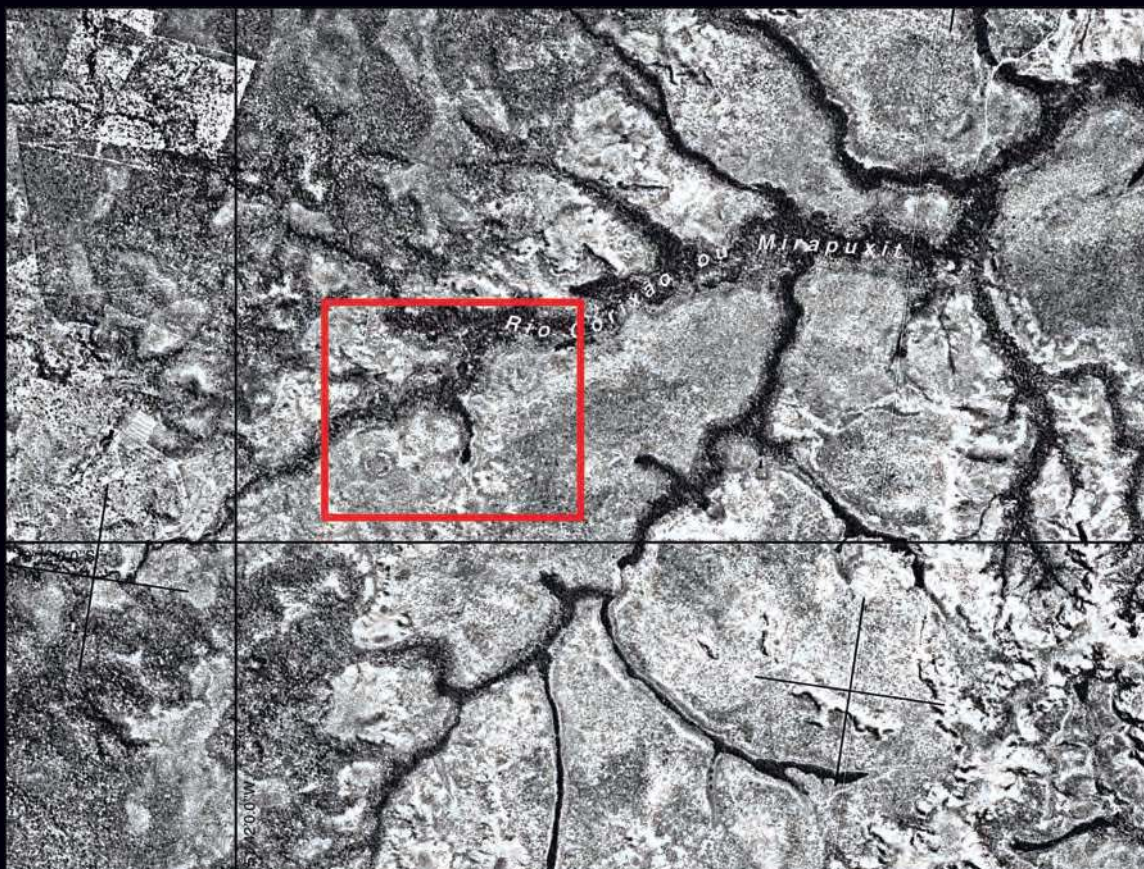
Aldeia Huühi

Aldeia satélite de Sõrepre

A imagem contemporânea mostra que esse sítio arqueológico foi destruído

12° 53'7.13"S 51° 37'39.16"W



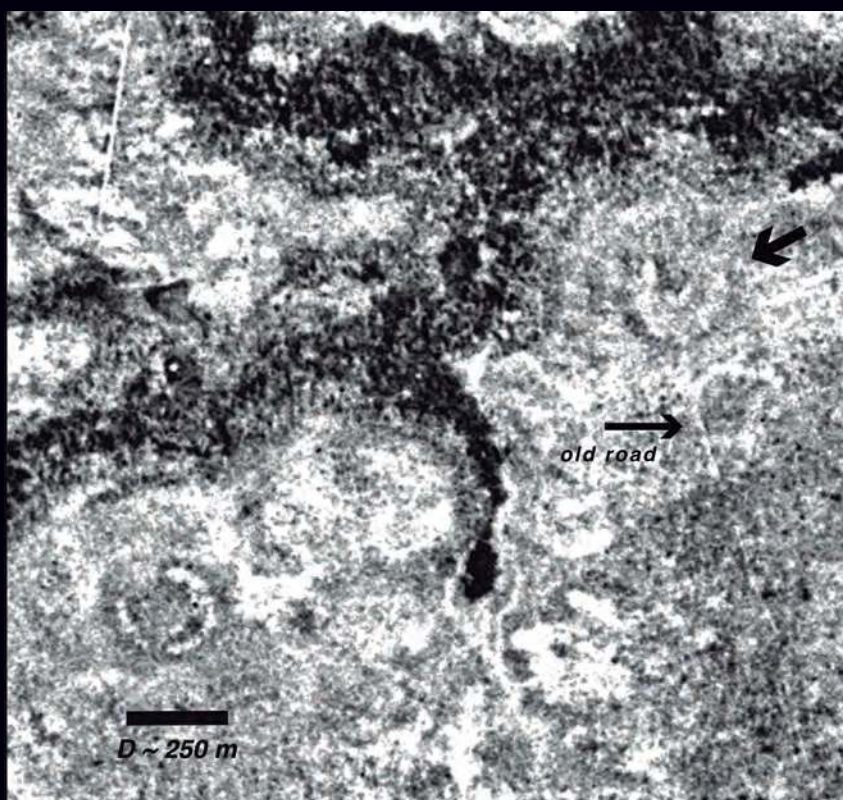


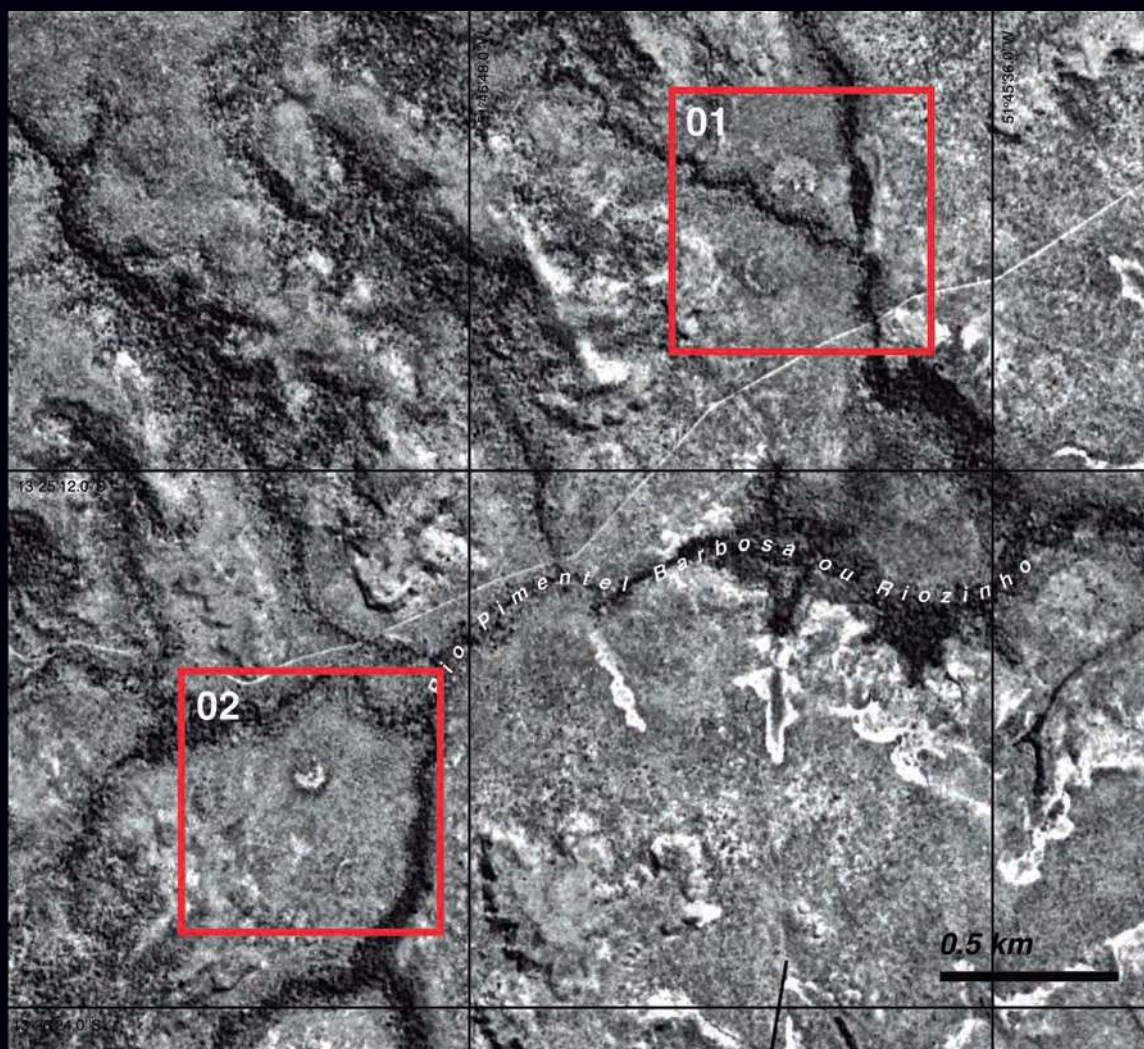
Aldeia Arobonhipo'opá

Antiga aldeia de Wedezé situada dentro da T.I. Pimentel Barbosa

A imagem contemporânea mostra que esses sítios estão bem preservados

13° 11'40.35"S 51° 41'8.09"W

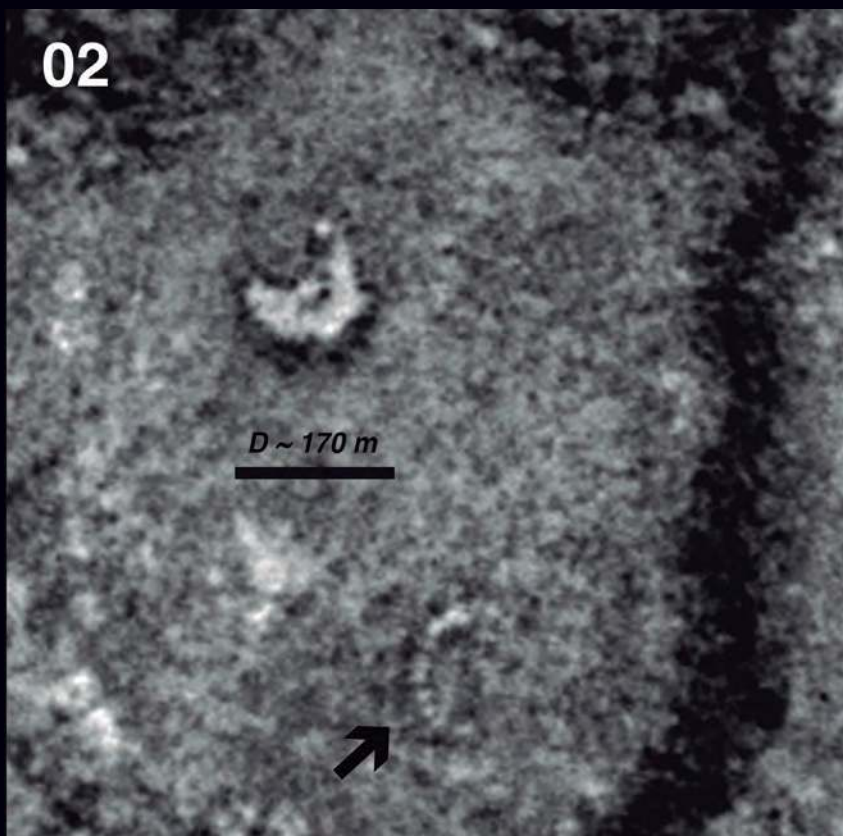
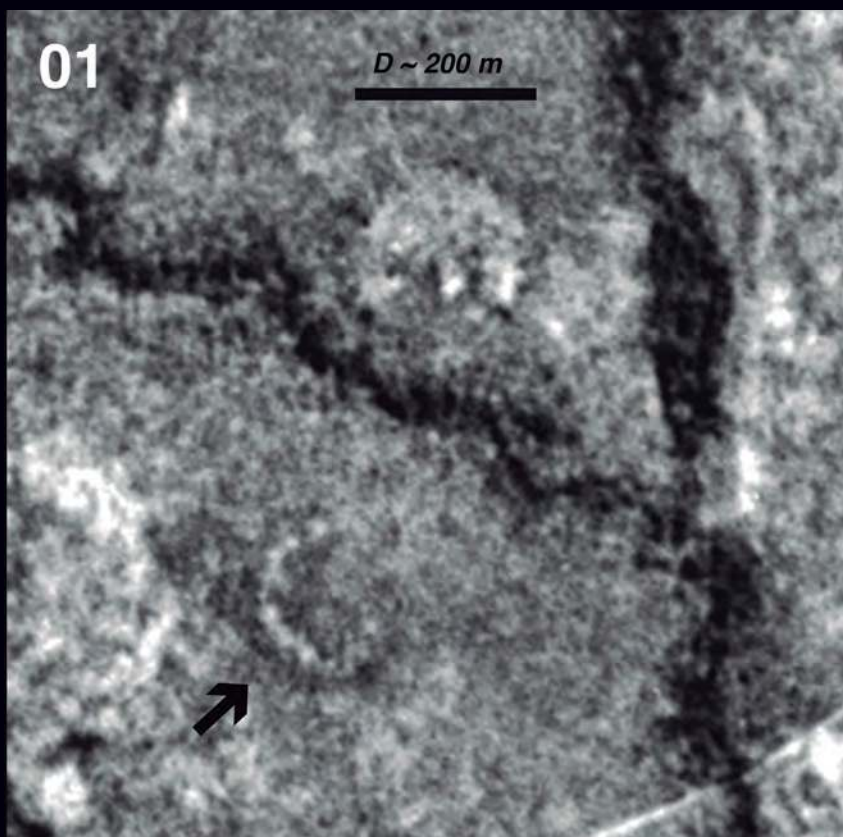




Aldeia Asereré

Antiga aglomeração de aldeias na região de Wedezé

13° 25'53.63"S 51° 47'4.13"W





PARTE II

A PACIFICAÇÃO

Despossessão, redução e confinamento
territorial do povo A'uwe (1930-1966)

O Cerco ao Território A'uwe

As políticas de colonização e as “frentes de atração” dos Xavante

Até a década de 1930, os grupos Xavante lograram manter a soberania de seu vasto território, de maneira que, por essa época, a região do Rio das Mortes ainda configurava uma fronteira para a expansão da colonização. A partir de então a situação vai se alterar rapidamente, precipitando um violento processo de deslocamento das comunidades indígenas e expropriação de suas terras. Desde o início do século XX, frentes agropastoris e garimpeiras vão avançar cada vez mais sobre a margem esquerda do Rio Araguaia, penetrando o território A'uwe e abrindo novos arraiais, fazendas e povoamentos. Os interesses em se apropriar das terras indígenas representados por esses “pioneiros” foram acompanhados por uma série de políticas de Estado que visavam estimular o “desbravamento” e a ocupação da região, especialmente no contexto do projeto expansionista lançado pelo governo de Getúlio Vargas com o programa Marcha para o Oeste e, num segundo momento, alinhando-se com as doutrinas de desenvolvimento e segurança nacional do regime militar. O território e o povo A'uwe tornam-se, então, alvo de uma das mais duradouras campanhas de “pacificação” de populações indígenas já executados pelo Estado brasileiro, que se estenderá por mais de três décadas. Propagado sob o discurso da modernidade civilizatória, esse processo causou dramática redução territorial e populacional da nação Xavante, e foi extremamente nocivo para sua cultura e seu modo de vida. Em alguns casos, especialmente com os Xavante de Marãiwatsédé, essas políticas levaram à completa despossessão do *habitat* indígena e ao limite do extermínio de todo o grupo.

As primeiras iniciativas de pacificação dos Xavante foram comandadas pelas missões salesianas, que desde o final do século XIX

já haviam se instalado nas regiões de Sangradouro e Merure, a sudoeste do território A'uwe, com o objetivo de aldear e catequizar os índios Bororo. Em 1930, os missionários estabelecem uma base no baixo Rio das Mortes, desde onde realizam várias expedições para tentar contatar os Xavante. Após quatro anos de tentativas frustradas, um grupo de guerreiros indígenas, provavelmente de Marãiwatsédé, revida com um ataque violento e mata dois membros de uma dessas incursões na região do Rio Suiá-Missu. Apesar do claro sinal de recusa por parte dos Xavante, no ano seguinte os salesianos abrem outra base à montante do Rio das Mortes, na região de Wedezé, que batizam de São Domingos.⁵³

Documentos da época mostram que as iniciativas missionárias contavam com direto suporte do Governo Federal, de modo que efetivamente funcionavam como um braço da política indigenista oficial, seguindo diretrizes similares às executadas pelo SPI para “atrair” e “fixar” os índios em colônias agrícolas.⁵⁴ Como se pode verificar em um relatório submetido ao gabinete do presidente Getúlio Vargas pelo padre Hipólito Chovelon, em 1938, essas “avançadas pacificadoras e conquistadoras”, como ele as descreve, tinham como um de seus principais objetivos “aldear” os índios para “abrir” suas terras à colonização e exploração econômica:

Realmente o Rio das Mortes percorre uma zona riquíssima de campinas e matas, próprias para lavoura e criação de gado. O povoamento depende tão só da pacificação dos índios Xavante que até agora fazem o terror dos moradores das vizinhanças pelas suas correrias e ataques traiçoeiros. Daí percorre a necessidade urgente de amparar a Missão Salesiana que

53 RAVAGNANI, 1978.

54 Ver, por exemplo, o documento: SPI, 1932.

já tem obtido um encontro amistoso, a fim de favorecer-lhes os meios de uma penetração mais eficaz, tendendo ao aldeamento e educação da tribo Xavante, abrindo assim esta imensa zona entre os rios Xingu e Araguaia aos progressos de nossa civilização.⁵⁵

Só em 1941, com o adensamento das frentes pioneiras e crescentes conflitos entre colonos e índios, o SPI vai designar uma “frente de atração” no território Xavante. Sob o comando do sertanista Genésio Pimentel Barbosa, essa expedição estabelece um acampamento na região de Wedezé, próximo ao lugar onde os salesianos haviam instalado a base de São Domingos, e, meses depois, a maioria de seus membros também é morta em outro ataque indígena.

Durante as décadas de 1930 e 1940, têm-se notícias de retaliações similares dos Xavante por toda a região do Rio das Mortes. De acordo com uma reportagem publicada em junho de 1944 na revista *O Cruzeiro*, entre 1931 e 1944 houve mais de 30 incidentes resultando em mortes de colonos, expedicionários, sertanistas ou indígenas de outras etnias que prestavam auxílio às expedições de contato.⁵⁶ Esses eventos, a exemplo do discurso de Chovelon, eram descritos como evidências da natureza “arredia” e “hostil” dos Xavante, de forma que tais narrativas serviam para legitimar tanto as investidas pacificadoras como as reações violentas por parte da população local. Na verdade, porém, tratava-se de reflexos defensivos a um contexto histórico em que as comunidades A’uwe se viam cada vez mais acossadas por invasões de toda a ordem em seu território.

55 HOVELON, 1996.

56 NASSER, David; MANZON, Jean. Enfrentando os Chavantes. *O Cruzeiro*, 24 jun. 1944.

Em paralelo às investidas dos salesianos nos anos 1930, seguindo um processo de renovação do imaginário bandeirante que ocorre nessa época, membros da elite paulista vão organizar uma série de “bandeiras” exploratórias para a região do Rio das Mortes. Conforme descrevem alguns registros históricos, essas expedições amadoras estavam completamente despreparadas para lidar com os índios e chegaram a invadir aldeias sem qualquer aproximação anterior.⁵⁷ Além disso, as comunidades Xavante vão se defrontar com frentes pioneiras que, com o intuito de tomar posse de suas terras ou revidar agressões, frequentemente se organizam em grupos armados para atacá-los. Ao contrário dos ataques indígenas, que eram sempre foco de reportagens sensacionalistas, não temos praticamente nenhuma notícia das agressões, expedições punitivas, massacres e assassinatos perpetrados contra os A'uwe nessa época. Um dos únicos registros existentes encontra-se no livro *Caçadores de diamantes*, de Luís Felipe Sabóia Ribeiro, médico que trabalhou nos povoados garimpeiros da região nos anos 1930 e 1940, e diz respeito a um massacre ocorrido em 1935 em revide à morte de um adolescente, quando cerca de 25 homens destroem completamente uma grande aldeia:

Contaram uma por uma as cento e vinte palhoças e calcularam em mil o número de habitantes. Os atacantes distribuíram-se em volta e [...] aguardaram a alvorada para que a desforra fosse integral [...] centenas de tiros partiram do círculo agressor que não se cansava de descarregar as automáticas. Tiros de misericórdia fizeram cessar gemidos moribundos, tendo o incêndio completado o vandalismo.⁵⁸

57 SOUZA, 1953.

58 *Apud* SOUZA, 1953, p. 25-27.

Apesar da linguagem expressionista utilizada pelo autor, o que se pode concluir desse relato histórico é que os Xavante foram vítimas de ataques indiscriminados e perpetrados com violência desproporcional. O antropólogo Maybury-Lewis também registra o caso de um massacre em outra aldeia, provavelmente ocorrido em 1936, quando assassinaram cerca de 30 indígenas, incluindo anciãos, mulheres e crianças.⁵⁹

Até meados da década de 1940, as iniciativas de pacificação dos Xavante permanecem relativamente tímidas, enquanto os conflitos se tornam cada vez mais agudos. Com a criação da Expedição Roncador-Xingu e da Fundação Brasil Central (FBC) em 1943, a região da Serra do Roncador passa a desempenhar papel estratégico nas políticas de Estado, levando, assim, a uma mudança dramática desse quadro em pouco tempo. A FBC, entidade que vai contar com robustos recursos financeiros e logísticos, tinha como meta “desbravar” e “colonizar” a região entre os rios Araguaia e Xingu por meio do estabelecimento de infraestruturas e núcleos populacionais.⁶⁰ A pacificação e o aldeamento dos Xavante tornam-se então objetivos urgentes, uma vez que se fazia necessário “abrir” os territórios indígenas para as frentes de penetração mobilizadas pelas novas políticas de colonização. Conforme descrito em documento do SPI de 1944 instruindo o sertanista Francisco Meireles a assumir o comando dos “trabalhos de pacificação dos índios Chavante”:

Desde quando a expedição Roncador-Xingu, mais tarde incorporada a Fundação Brasil Central, iniciou os seus

59 MAYBURY-LEWIS, 1978, p. 41-42.

60 De acordo com os decretos que estabeleceram a FBC, a fundação tinha “por objeto o desbravamento e a colonização do Brasil Central e Ocidental, notadamente os altos rios Araguaia e Xingu”. Ver Decretos nº 5.878, de 4 out. 1943, e Decreto nº 17.274, de 30 nov. 1944.



O Pagé Chavante com o Inspetor Meireles.



Aldeia de Caça dos Chavantes.



Os Chavantes aprendem a atirar com arma de fogo.



O intérprete Eduardo Gomes procura conversar com um menino Chavante.



Os Chavantes acampados com a turma de atração do S.P.I.



Os Chavantes acampados com a turma de atração do S.P.I.

BR RJM SPI-1200-888-072-00-f37

Imagem 18.
Páginas do relatório
do sertanista
Francisco Meireles
(SPI) sobre os
primeiros contatos
estabelecidos com os
Xavante em 1946.

trabalhos [...] era patente que uma das fases dessa travessia seria, forçosamente, a passagem pelo vasto território habitado e percorrido pelos índios Chavante [...]

Chegou agora o tempo em que dita expedição, pelo seu acampamento e campo de pouso de aviões na margem direita do Rio das Mortes, estabeleceu a sua base de operações naquele novo setor, e projeta a sua avançada ... em pleno território senão propriamente habitado pelo índio Chavante, pelo menos por ele percorrido em suas excursões de caça e pesca, e que o mesmo considera como vedado a entrada de estranhos, como o atesta a repulsa decidida e violenta com que invariavelmente vem repelindo toda a tentativa de invasão por parte dos civilizados.

E como essa expedição, para alcançar o seu objetivo pré-estabelecido nesse setor, forçosamente, terá que penetrar na vertente ocidental do Rio das Mortes, e assim, necessariamente atravessar o citado território do Chavante, *não estando, ademais, a Fundação Brasil Central, promotora dessa expedição, disposta a esperar que o Serviço de Proteção aos Índios consiga estabelecer e consolidar a pacificação desses índios ainda arredios e hostis, trabalho este, como é sobejamente sabido, de resultado demorado [...] procurou este Serviço intensificar os seus trabalhos de atração daqueles índios [...]* ⁶¹

Estabelecida pela Coordenação de Mobilização Econômica, órgão responsável por administrar a economia brasileira em tempo de guerra, a Expedição Roncador-Xingu, que seria o embrião da FBC, foi originalmente concebida sob interesse militar e sua execução

61 SPI. Instruções ao Inspetor Especializado Francisco F. Soares de Meireles, para os trabalhos de pacificação dos índios Chavante, 6 out. 1944.

vinculada à segurança nacional.⁶² Em um ofício confidencial de 1944, o coronel Vicente de Paulo Vasconcelos, então diretor-geral do SPI, concede que a expedição penetre terras indígenas que em princípio deveriam ser resguardadas pelo SPI por causa do “esforço de guerra” em localizar novas áreas para a exploração de recursos naturais, concluindo também ser necessário estabelecer vários núcleos de colonização por toda a região.⁶³ É sob essa perspectiva militarizada que as intervenções em território A'uwe serão conduzidas nos próximos anos.

Nesse contexto, a resistência indígena à invasão de suas terras – reconhecida enquanto tal pelo SPI: “vem repelindo toda a tentativa de invasão por parte dos civilizados” – passa a ser caracterizada como uma barreira que deveria ser rapidamente eliminada para que as políticas de ocupação e colonização fossem executadas. Verifica-se, então, uma aceleração das investidas pacificadoras com o objetivo primordial de atender à urgência dessas políticas e aos interesses econômicos que representavam, e não à proteção efetiva dos índios, uma vez que, para ser realizado adequadamente, conforme previsto no documento do SPI transcrito anteriormente, o processo de contato e atração demandaria um trabalho mais laborioso, cuidadoso e demorado.

O avanço da Expedição Roncador-Xingu além do Rio das Mortes vai precipitar a criação de duas novas “frentes de atração” do SPI no território A'uwe. Chefiada pelo experiente sertanista Francisco Meireles, a primeira frente é instalada em 1944, novamente na

62 Ver Portaria nº 77 da Coordenação de Mobilização Econômica, de 3 jun. 1943, que estabelece a Expedição Roncador-Xingu; e o Decreto-Lei nº 5.801, de 8 set. 1943, que atribui interesse militar à expedição. Cópias desses documentos encontram-se numa compilação dos estatutos e medidas legislativas da FBC depositada no Arquivo Nacional, sede Distrito Federal.

63 ARQUIVO NACIONAL BRASÍLIA. Fundação Brasil Central. Caixa 7. **Proteção aos índios**: termos de acordo, convênios, correspondências diversas. Ver também MAIA, 2012, p. 77.

região de São Domingos, no Posto Indígena de Atração (PIA) batizado de Pimentel Barbosa, e vai atuar na zona do Rio das Mortes. A segunda frente terá como base o Posto de Simões Lopes na região do Rio Batovi, onde o SPI já mantinha presença consolidada entre os índios Bakairi, e vai concentrar suas ações no sudoeste do território A'uwe. Essa frente estabelece dois postos de atração na região dos afluentes do Xingu, um nas margens do Rio Curisevo (PIA Curisevo) e outro nas margens do Rio Culuene (PIA Alípio Bandeira). Além dos postos do SPI e dos aldeamentos salesianos em Sangradouro e Merure, a FBC estabelece sua própria base na margem do Rio das Mortes, onde funda o povoamento de Xavantina, e nos anos seguintes abre outras bases e acampamentos pela região. Durante toda a década de 1950, tanto o SPI como missionários salesianos e evangélicos vão abrir novos aldeamentos também na região da atual T.I. Areões.

Tomada em seu conjunto geográfico, essa rede de postos e “bases avançadas” passa a formar um grande cerco ao território A'uwe ([Mapa 11](#)). A partir dessa infraestrutura, serão realizadas consecutivas missões de reconhecimento aéreo e territorial para identificar a localização de aldeias com o intuito de forçar o contato com as comunidades indígenas. Sitiados, sem a possibilidade de migrar para outras regiões como fizeram em resposta à política de aldeamento do século XVIII, e cada vez mais debilitados pelos ataques e epidemias que se disseminavam com o avanço das frentes de colonização, os vários grupos xavante vão gradualmente aceitar o contato e se render ao processo de aldeamento. Mas não sem antes oferecer resistência, como se pode observar pelos sucessivos ataques indígenas às frentes de atração registrados nas décadas de 1940 e 1950.

Os Mapas do Estado

O reconhecimento e a não demarcação do território Xavante

Uma vez que o território A'uwe assume uma dimensão estratégica para o Estado, era necessário produzir conhecimento sobre esse território e sua população para implementar as políticas de colonização na região. A presença indígena será documentada por diferentes tipos de registros, como relatórios, correspondências, mapas e fotografias, que foram produzidos ao longo desse processo, de modo que, além de revelar a dinâmica e os objetivos da “pacificação”, esse legado documental contém evidências sobre a ocupação histórica dessas terras pelos Xavante. Mais do que isso, esses documentos mostram que o Estado brasileiro, por intermédio de seus órgãos competentes, detinha informações consistentes sobre a real dimensão da posse territorial indígena e inclusive reconhecia seus limites geográficos conforme se apresentavam nos anos 1940, quando os Xavante dominavam toda a região entre o Rio das Mortes e o Rio Xingu.

Uma das maneiras pelas quais a posse territorial xavante foi documentada refere-se aos episódios de ataques indígenas. Os relatos produzidos pelos servidores do SPI apresentam vários registros de contatos conflituosos com grupos indígenas que permitem identificar a presença xavante em distintas regiões de seu território originário. Por exemplo: em 1931, ao relatar uma expedição às aldeias dos índios Tapirapé e Karajá, o sertanista Alencarliense Fernandes da Costa faz um apelo à “pacificação” dos Xavante devido aos ataques que vinham deflagrando contra esses grupos indígenas na região do baixo Rio das Mortes.⁶⁴ Desde então, o SPI tinha

64 SPI. 6ª Inspetoria Regional. **Relatório**: 6 jan. 1931. (Assinado por: Alencarliense Fernandes da Costa, encarregado do SPI em Goiás).

conhecimento de que havia assentamentos xavante próximo ao Rio Tapirapé, território de Marãiwatsédé, e vários ataques documentados na região de São Félix do Araguaia nos anos 1950 também vão confirmar a presença xavante nessa área.⁶⁵

No outro extremo do território A'uwe, na região de Norõtsu'rã, ataques indígenas são consecutivamente documentados pelo SPI desde a instalação dos postos de atração nos rios Curisevo e Culuene em meados dos anos 1940.⁶⁶ Segundo Maybury-Lewis, os salesianos relatam ataques na região de Merure já no início do século XX.⁶⁷ Em um relatório de 1946, o sertanista Francisco Meireles descreve “constantes” incursões dos Xavante “às fazendas e povoações ribeirinhas dos rios Mortes e Araguaia”, demonstrando, assim, que até essa época os A'uwe ainda mantinham presença em ambas as margens do Rio das Mortes.⁶⁸

Outros documentos da pacificação são ainda mais explícitos ao descrever a extensão do território A'uwe. Em 1932, ao requisitar recursos ao Governo Federal para continuar as expedições de contato, os salesianos descrevem o domínio xavante como “sendo delimitado pelos rios Araguaia, das Mortes, Xingu e Tapirapé”.⁶⁹ No documento do SPI instruindo Francisco Meireles ao comando dos trabalhos de pacificação citado anteriormente, o limite do território A'uwe também é localizado do lado oriental do

65 Ver, por exemplo, os seguintes documentos: SPI: 6ª Inspeção Regional, **Circular sobre invasão indígena**, Rio de Janeiro, 8 ago. 1950; SPI: 6ª Inspeção Regional, **Radiotelegrama sobre crime cometido por índios**, Rio de Janeiro, 30 nov. 1951; SPI. Posto Indígena de Atração Pimentel Barbosa, **Ofício de 1951**; SPI. Posto Indígena de Atração Pimentel Barbosa, **Ofício**. 21 out. 1950 (Assinado por: Ismael da Silva Leitão, capataz do Sertão).

66 Ver documentos do SPI descritos na nota 84.

67 MAYBURY-LEWIS, 1978, p. 41.

68 SPI. **Relatório dos Trabalhos e Atividades das turmas de atração dos índios Chavantes**, 1945. (Assinado por: Francisco F. Soares de Meireles).

69 SPI. 6ª Inspeção Regional. **Relatório sobre pedido de verba pelos salesianos para a pacificação Xavante**, 30 ago. 1932.

Rio das Mortes, mais precisamente no Rio Cristalino, afluente do Araguaia.⁷⁰

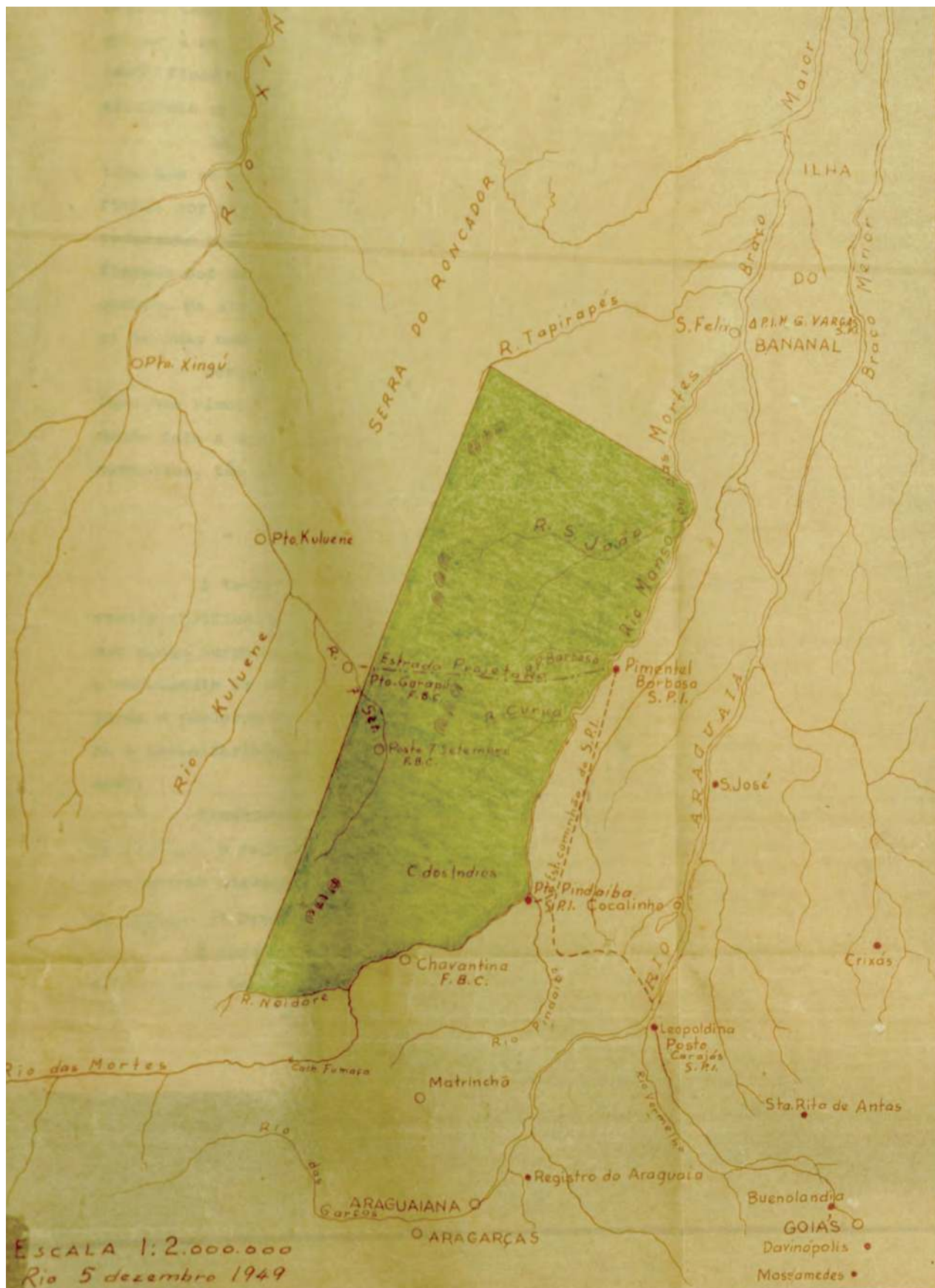
Dentro desse conjunto documental, a evidência mais consistente do reconhecimento do território A'uwe é um mapa elaborado por Meireles em 1949, três anos após o sertanista estabelecer os primeiros contatos com um grupo xavante, que aparece junto a um relatório do SPI reivindicando a demarcação de terras para os indígenas (Imagem 19).⁷¹ “A travessia pacífica do extenso território dos índios Chavantes por nossa turma de atração são agora fatos consumados”, escreve Meireles nesse relatório, concluindo que o processo de pacificação havia entrado em uma “nova fase” na qual a demarcação de uma área protegida era urgente:

Entrou a pacificação dos Chavantes em uma nova fase. Poderá agora ser feita em seu próprio território. Resultará disso que essa tribo de milhares de indivíduos ocupe o seu lugar na Comunidade Brasileira. [...] *Justo porém que se tome providências imediatas, evitando a invasão de todas essas terras, para que não venha a suceder aos Chavantes o que se passou com os Kaingang no noroeste paulista, pois logo terminados os serviços de atração e pacificação daqueles índios pelo SPI, suas terras já estavam totalmente vendidas pelo Estado aos magnatas do café! E, ainda agora, simultaneamente aos nossos trabalhos de atração e pacificação dos Chavantes, cresce e se avolumam a operação de desalmados invasores de suas terras [...]*⁷²

70 SPI. *Instruções ao Inspetor Especializado Francisco F. Soares de Meireles, para os trabalhos de pacificação dos índios Chavante*, 6 out. 1944.

71 SPI. *Relatório de Atração Chavante*. 1949. (Assinado por: Francisco Meireles, chefe do Serviço Especializado de Atração Chavante).

72 *Idem*, p. 386.



Ao mencionar a situação do povo Kaingang, que, por volta dos anos 1930, havia perdido praticamente todo o seu território para grandes fazendeiros, Meireles chamava atenção para os efeitos antevistos do processo de “atração e pacificação” dos Xavante, cujas terras de agora em diante seriam cada vez mais acossadas por invasões e expropriações. As comunidades indígenas encontravam-se em uma situação extremamente vulnerável, argumenta o sertanista, enfatizando a urgência na demarcação “no sentido de serem preservados os índios Chavantes de um possível aniquilamento após o contato com os civilizados”.⁷³

Com o objetivo de evitar esse “possível aniquilamento”, o mapa de Meireles sugere a criação de uma vasta reserva cobrindo toda a margem esquerda do Rio das Mortes até a Serra do Roncador. Do lado oriental o limite seria definido pelo próprio Rio das Mortes, e do lado ocidental por uma linha seca ligando a cabeceira do Rio Tapirapé ao norte, até a cabeceira do Rio Noidore ao sul. Sabe-se que uma versão do mapa de Meireles foi publicada pela imprensa em 1950⁷⁴ e que em 1952 esse mapa foi incluído em um relatório do Conselho Nacional de Proteção ao Índio, órgão então responsável pelas diretrizes da política indigenista nacional.⁷⁵ Nos arquivos do SPI existe o registro de um segundo mapa, provavelmente da mesma época, mas cuja origem não pôde ser identificada devido ao mau estado de conservação, que descreve o território A'uwe numa área ainda maior, incorporando toda a região do baixo Rio das Mortes até o Rio Tapirapé (Imagem 20).⁷⁶

73 *Idem.*

74 *Revista Noite Ilustrada*, 3 jan. 1950.

75 Ver mapa elaborado pela Fundação Brasil Central, *Das Terras Indígenas Situadas entre o Rio das Mortes e o Rio Kuluene*, 3 jan. 1950, presente no dossiê que subsidia a portaria declaratória da T.I. Marãiwatsédé, Funai, 7 jul. 1992.

76 Esse outro mapa, sem data ou indicação de autoria, também faz parte do dossiê que subsidia a portaria declaratória da T.I. Marãiwatsédé, Funai, 7 jul. 1992.

Em março de 1950, o governo do estado de Mato Grosso emite um decreto concedendo um grande território aos Xavante de acordo com os limites propostos no mapa de Meireles. O segundo artigo desse decreto determinava que as terras indígenas deveriam ser demarcadas dentro do prazo de dois anos.⁷⁷ As iniciativas para a criação de uma reserva de tal vulto aconteceram em paralelo aos debates sobre a demarcação do Parque Indígena do Xingu, cujo projeto inicial de 1952 também incluía o território Xavante, prevendo uma área que se estendia até a margem ocidental do Rio das Mortes.⁷⁸ Nenhuma dessas propostas será de fato executada, deixando assim as terras dos A'uwe completamente desprotegidas, “duplamente expropriadas” pela negação de direitos territoriais já reconhecidos nos projetos originais das duas reservas.

À medida que as políticas de colonização avançam, os interesses em se apropriar das terras indígenas tornam-se prioritários e a área que havia sido designada para a reserva volta ao poder do estado de Mato Grosso. Ao mesmo tempo, o desenho final do Parque Indígena do Xingu, aprovado somente em 1961, será reduzido de forma a excluir completamente o território Xavante. Como previa o relatório do sertanista Francisco Meireles em 1949, a inexistência de uma área protegida desencadeou um rápido processo de expropriação das terras indígenas com aval de governos nos âmbitos local, regional e federal. Durante os anos 1950 e 1960, em paralelo à intensificação das operações de pacificação, o território A'uwe será progressivamente retalhado por concessões e vendas de terras, principalmente para grandes latifundiários e empresários das regiões Sul e Sudeste do Brasil.

77 MATO GROSSO. Governo do Estado. **Decreto nº 903**, de 28 mar. 1950.

78 MENEZES, 1999.

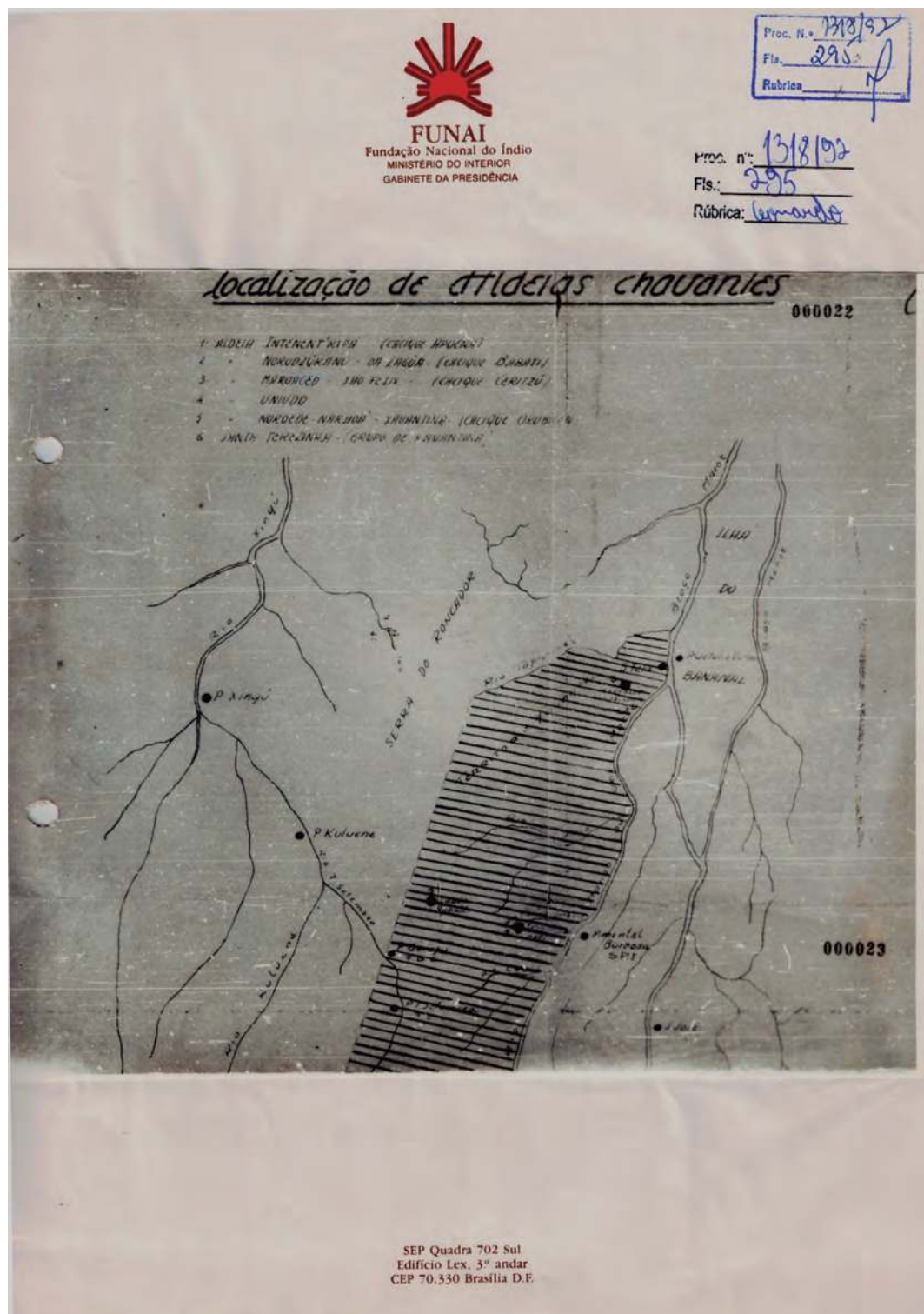


Imagem 20.
Mapa encontrado
nos arquivos do SPI
com a "localização das
aldeias Chavantes"
(S./d., provavelmente
em 1949).
Obs.: Note a extensão
da área hachurada
demarcando a
reserva xavante.

Os documentos da pacificação xavante, em especial, o mapa-decreto de 1949-1950, demonstram de forma concreta e conclusiva que o Estado brasileiro reconhecia a posse territorial originária dos A'uwe em praticamente toda a sua extensão. Sendo assim, a não demarcação das terras indígenas deve ser interpretada como uma violação de direitos deliberada e consciente, resultado de uma política que tinha como objetivo “reduzir” os territórios indígenas e “abri-los” à colonização, estando, portanto, a serviço de interesses alheios à proteção dos direitos dos índios. Ainda que servidores do SPI tenham alertado que a própria existência dos Xavante enquanto grupo dependia da demarcação de suas terras, o Estado brasileiro, a despeito de sua responsabilidade constitucional em resguardar as terras indígenas,⁷⁹ postergou a delimitação do território Xavante por mais de 20 anos. No final apenas uma área bastante reduzida e fragmentada em relação à área originalmente concebida foi demarcada. As violações dos direitos das comunidades A'uwe envolvidas nesse processo de desposse são histórico tornam-se, então, mais graves porque conhecidas e antecipadas, sendo frutos de ações planejadas com a intenção de se apropriar de terras indígenas que já haviam sido mapeadas e reconhecidas pelo Estado.

79 A Constituição de 1934 reconhece o direito dos índios a suas terras originárias no art. 129: “Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las”. Ver MARÉS, 2000.

Deslocamentos e Aldeamentos

Remoções compulsórias, cerceamento da mobilidade e confinamento territorial da população Xavante

Conforme escreve a antropóloga Aracy Lopes da Silva, na história oficial do indigenismo de Estado, a “pacificação” dos Xavante é resumida ao contato estabelecido pela frente de Francisco Meireles com o grupo do chefe Apoena em 1946, evento que se tornou um fenômeno de *mass-media* na época.⁸⁰ Apesar de decisivo, na realidade esse episódio foi um entre vários outros episódios de contato que vinham ocorrendo com diferentes comunidades Xavante em distintas regiões, as quais, por sua vez, responderam de diversas maneiras a essas investidas. Com efeito, o processo de atração, pacificação e aldeamento dos Xavante vai-se estender por mais duas décadas após o contato com a frente de Meireles, e será marcado por conflitos.

Somente em 1951 o grupo de Apoena começa a visitar o PIA Pimentel Barbosa regularmente, estabelecendo, assim, o primeiro contato contínuo amigável entre os A'uwe e os brancos desde o final do século XVIII. Seriam necessários ainda mais dois anos – sete anos no total, contando a partir do primeiro encontro com Meireles – para que esse grupo decidisse se mudar para uma aldeia próxima ao posto do SPI.⁸¹ Na região sudoeste do território A'uwe, o processo de atração dos grupos de Norõtsu'rá foi bem mais turbulento. Relatórios e ofícios do SPI indicam que o PIA Alípio Bandeira foi abandonado ao menos duas vezes por causa de

80 LOPES DA SILVA, 1992.

81 MAYBURY-LEWIS, 1984.

ataques indígenas, em 1948 e 1951.⁸² Em uma dessas ocasiões, os guerreiros xavante queimaram todos os barracos do posto.⁸³ Aparentemente os primeiros encontros pacíficos com esses grupos só aconteceram em 1952, quando uma comunidade decidiu estabelecer contato com a frente do PIA Curisevo.⁸⁴ No norte do território A'uwe, na região de Marãiwatsédé, o contexto era semelhante e sob muitos aspectos ainda mais conflituoso. Ataques indígenas aos arraiais de São Félix do Araguaia são registrados até o final dos anos 1950, pelo menos, e apenas no início da década de 1960 os Xavante dessa região vão efetivamente sucumbir ao contato.

À medida que os projetos de colonização adentravam pelos sertões do Brasil Central, os A'uwe viam suas terras cada vez mais devassadas, cercadas e divididas por fazendas e estradas. A rápida perda do *habitat*, combinada com as epidemias e o consequente decréscimo populacional, engendra um processo de desagregação social e fragmentação política entre as comunidades indígenas. Os anos 1950 serão marcados por fissões, conflitos internos, separações e

82 SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS – SPI. Posto Indígena Simões Lopes (Camilo Correa e Otaviano Calmon). **Ofícios tratando sobre contato com índios hostis**. Paranatinga – MT, 20 jul. 1948. Posto Indígena Simões Lopes (Camilo Correa e Otaviano Calmon). **Ofícios tratando sobre contato com índios hostis**, Paranatinga – MT, 20 jul. 1948. SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS – SPI. (Camilo Correa e Otaviano Calmon). **Ofício tratando sobre ataque de índios a uma construção do posto**, Paranatinga – MT, 30 out. 1951.

83 De acordo com os documentos do SPI levantados na investigação, ataques indígenas aos PIA Alípio Bandeira e Curisevo são registrados de 1946 até 1951. Ver os documentos: SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS – SPI. (João Climaco de Araujo, Camilo Correa e Otaviano Calmon) **Ofícios tratando sobre ataque de índios a trabalhadores do posto**. Paranatinga – MT, 21 dez. 1946; SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS – SPI. Posto Indígena Simões Lopes (Camilo Correa e Otaviano Calmon). **Ofícios tratando sobre contato com índios hostis**. Paranatinga – MT, 20 jul. 1948; SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS – SPI (Otaviano Calmon). **Ofício sobre ataque de xavantes**. Paranatinga – MT, 6 mar. 1950; SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS – SPI. Posto Indígena Simões Lopes (Otaviano Calmon). **Ofício tratando sobre ataque de índios a uma construção do posto**. Paranatinga – MT, 30 out. 1951; SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS – SPI. Posto Indígena Simões Lopes (Arlindo Dias da Costa). **Ofício tratando sobre ataque de índios a animais do posto**. Paranatinga – MT, 30 jun. 1951.

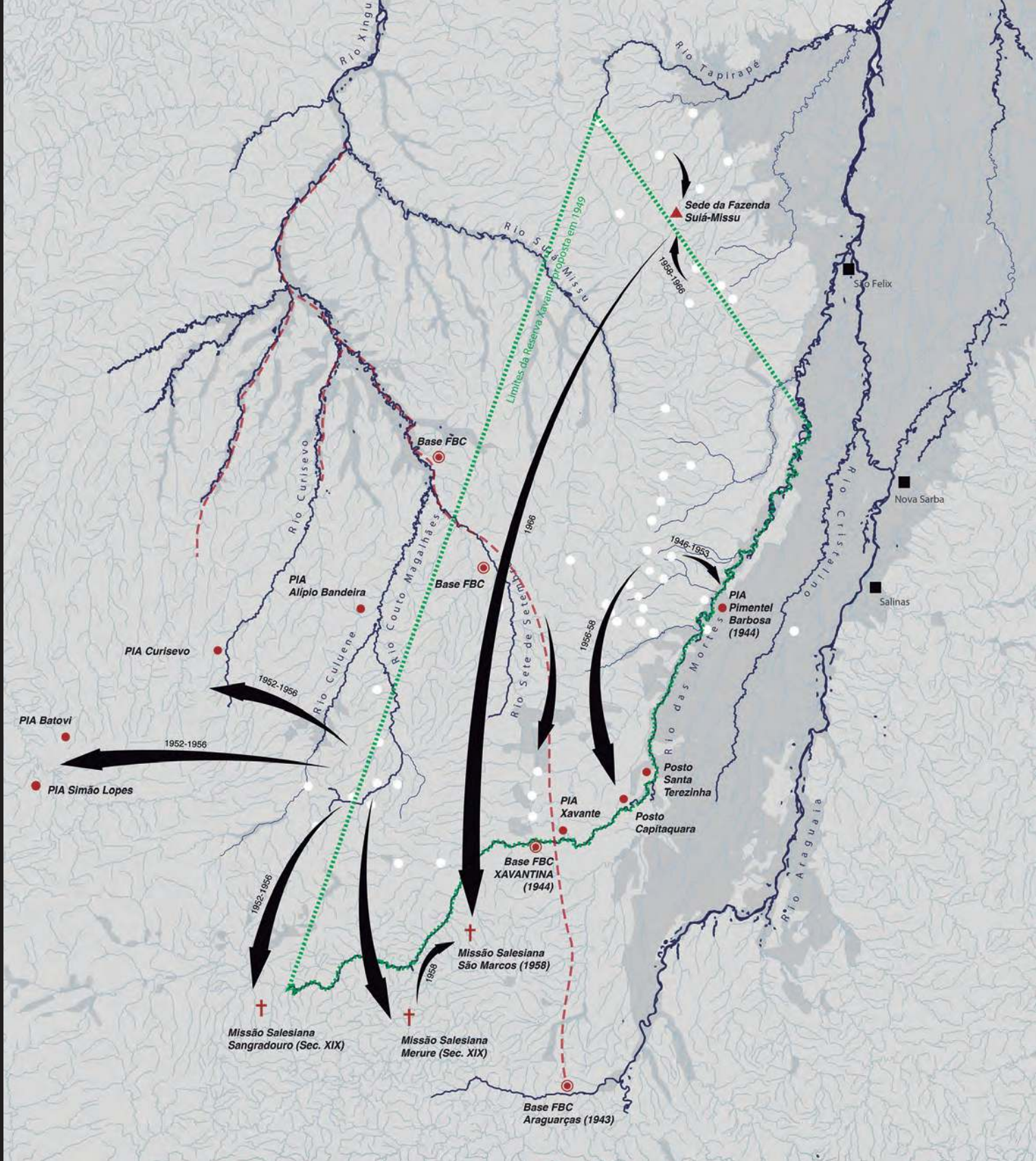
84 SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS – SPI. **Telegrama enviado por Benjamin Duarte Monteiro, chefe da Inspetoria Regional 6 do SPI, ao General Rondon, presidente do Conselho de Proteção aos Índios**. Rio de Janeiro, 9 dez. 1952.

deslocamentos dos vários grupos Xavante, que gradualmente buscam refúgio nos postos do SPI e nas missões religiosas.

O **Mapa 11** mostra as principais trajetórias dos deslocamentos populacionais para as regiões em que os diferentes grupos vieram a se aldear. Os Xavante de Wedezé fixam-se definitivamente nas proximidades do PIA Pimentel Barbosa, enquanto os grupos que viviam na região do Rio Couto Magalhães subdividem-se, parte indo para os postos Simões Lopes e Batovi, a oeste, parte descendo em direção às missões salesianas Sangradouro e Merure, ao sul. Esses movimentos ocorrem por volta de 1955–1956, e somente em 1958 os salesianos fundam a Missão São Marcos, para onde transferem essas comunidades. Outro grande grupo se assenta próximo a Xavantina, e durante toda a década de 1950 serão feitos esforços para deslocar essa população para aldeamentos na região de Areões, o que eventualmente ocorre entre 1956 e 1958.⁸⁵

O processo de atração e aldeamento dos Xavante de Marãiwatsédé, que é descrito em mais detalhes na terceira parte deste documento, é singular nesse contexto. Diferentemente das outras áreas, nem o SPI, nem os missionários chegaram a estabelecer postos na região, de modo que a aproximação dessas comunidades só vai ocorrer em 1962, quando são forçadas a se aldear junto à sede da Fazenda Suiá-Missu. Seguindo a agressiva política de colonização implementada na Amazônia após o golpe militar de 1964, em 1966 uma operação conjunta entre a FAB e o SPI transfere toda a comunidade para a Missão São Marcos, a mais de 400 km de distância. Esse evento – a remoção forçada dos Xavante de Marãiwatsédé de seu território originário – marca o desfecho, brutal e conclusivo, do

85 MAYBURY-LEWIS, 1984; LOPES DA SILVA, 1992.



A “Pacificação”

Deslocamentos compulsórios e remoções forçadas da população A'uwe-Xavante (1943-1966)

- Posto Indígena do SPI
- Base da Fundação Brasil Central (FBC)
- + Missão Salesiana
- Expedição Roncador-Xingu
- ➔ Deslocamentos e Remoções
- ⋯ Reserva Xavante (1949 - proposta)

processo de desposseção dos A'uwe levado a cabo por mais de 30 anos de “pacificação”.

No fundamento da moderna política indigenista implementada pelo Estado brasileiro estava a concepção de que as populações indígenas deveriam ser fixadas em colônias agrícolas. Reduzidas a esses espaços, as terras indígenas estariam liberadas para ser ocupadas e exploradas economicamente, enquanto nos assentamentos oficiais os índios seriam gradualmente transformados em trabalhadores rurais. Operacionalizada por meio do regime de aldeamento, que em sua versão moderna será chamado de posto indígena, a transformação dos “silvícolas” em camponeses era vista como um mecanismo de transição do estágio “selvagem” em que se encontravam para o processo civilizatório. Como mostra o nome original do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI), o trabalho de atração e pacificação que a instituição desempenhava estava vinculado tanto ao objetivo de ocupar o território quanto ao objetivo de integrar os índios à sociedade nacional mediante sua transformação em força de trabalho no campo.⁸⁶ Logo, o caráter nômade, não sedentário e não agrário do modo de habitação de muitas das sociedades ameríndias era visto como um dos principais empecilhos para a colonização e o desenvolvimento do interior do Brasil, bem como para o próprio processo de civilização desses povos, sendo considerado um dos aspectos manifestos de sua condição primitiva.

No contexto dos projetos expansionistas implementados durante a ditadura de Getúlio Vargas, a relação entre a pacificação e a sedentarização dos índios por meio do trabalho rural torna-se ainda mais estreita do ponto de vista da estratégia de colonização

86 LIMA, 1992.

do território. Conforme descrito no Decreto-Lei de 1939, que subordinava o SPI ao Ministério da Agricultura:

o problema da proteção aos índios se acha intimamente ligado à questão de colonização, pois se trata, no ponto de vista material, de orientar e interessar os indígenas no cultivo do solo, para que se tornem úteis ao país e possam colaborar com as populações civilizadas que se dedicam às atividades agrícolas.⁸⁷

Para um povo como os Xavante, cuja cultura e modo de vida não era predominantemente agrário, mas primordialmente baseado na mobilidade das aldeias por longos deslocamentos territoriais de caça e coleta, os impactos dessa política de “fixação” e “ruralização” foram extremamente negativos. Os aldeamentos/postos vão desempenhar um efeito profundamente desestabilizador no modo de habitação tradicional dos A’uwe, fato que pode ser observado no próprio arranjo espacial desses assentamentos conforme documentado por Maybury-Lewis em 1958-1962 (**Imagem 21**). Na maioria dos casos não seguiam o desenho em arco da aldeia tradicional xavante, mas uma geometria ortogonal ou linear, de maneira que a própria arquitetura funcionava como instrumento do regime disciplinar ao qual os indígenas eram submetidos para se adaptar à lógica do trabalho na lavoura.

Mais do que isso, o aldeamento/posto também funcionava como um mecanismo de confinamento territorial, dado que servia para coibir as expedições realizadas pelos Xavante. Uma vez que as comunidades indígenas estavam assentadas nos postos e missões,

87 Apud LIMA, 1992, p. 168.

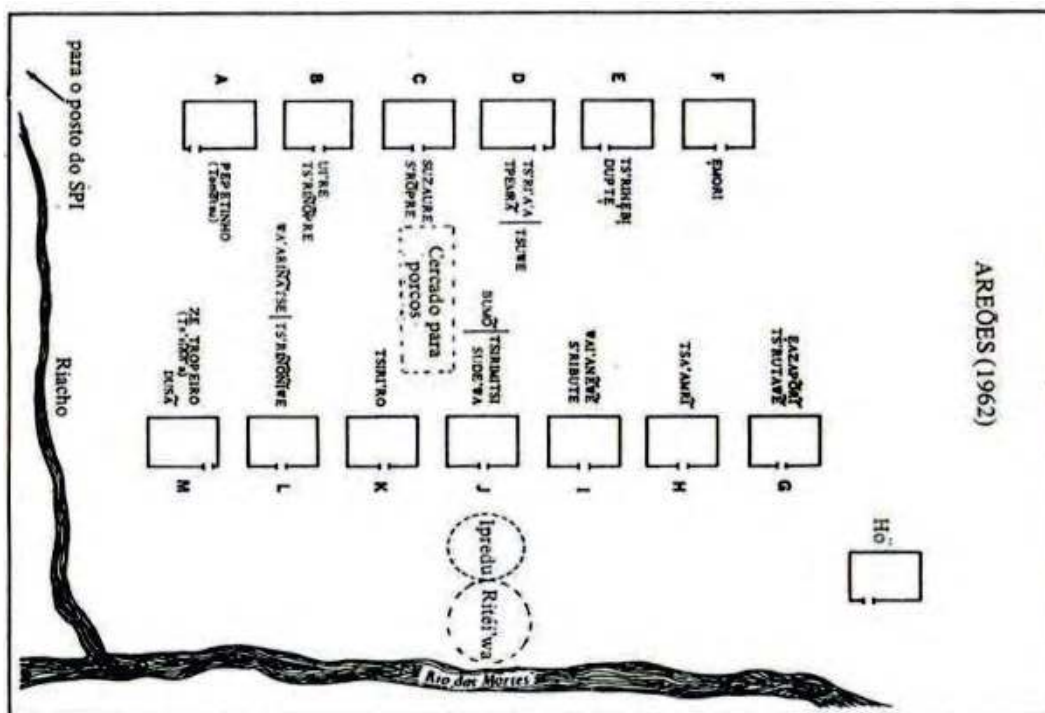


Imagem 21. Aldeamento Xavante na missão salesiana São Marcos documentado pelo antropólogo Maybury-Lewis em 1958.

as práticas do *zōmori* e *hōmono*, elementos estruturantes da cultura A'uwe, foram gradualmente suprimidas por ações orientadas especificamente com esse propósito. Assim, quando Maybury-Lewis visitou o posto de Simões Lopes em 1962, os Xavante que aí viviam já não realizavam mais essas expedições:

A comunidade abandonou completamente as viagens que caracterizavam um seminomadismo. Vez ou outra, porém, um grupo de homens sai para uma caçada, principalmente nas épocas que antecedem aos rituais.⁸⁸

Mesmo o movimento dos guerreiros para realizar caçadas em preparação aos rituais era cerceado pelos servidores do SPI, que, dentro do regime sociopolítico introduzido com o posto,

88 MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 54.

passavam a exercer uma relação de poder sobre os indígenas por meio do controle de bens materiais:

Para sair nestas excursões, eles precisam da permissão do encarregado do Posto. Como dependem agora da sua boa vontade para obter provisões e bens manufaturados junto ao Posto, os Xavante se preocupam em, pelo menos, dar mostras de obediência a suas instruções, trabalhando quando recebem ordem neste sentido e partindo nestas excursões apenas quando o encarregado permite que o façam.⁸⁹

Segundo os informantes de Maybury-Lewis, na Missão Sangradouro a transformação do modo de vida xavante havia sido ainda mais incisiva, de forma que também já não faziam aldeias da maneira tradicional e “assemelhavam-se a uma comunidade de camponeses ligados a missão”.⁹⁰ Em São Marcos, a aldeia ainda mantinha a distribuição em arco, mas a casa dos jovens solteiros havia sido realocada para próximo da sede da missão: “Em consequência deste regime os meninos não tinham liberdade para ir caçar com os adultos e é claro que não podiam sair em expedições de caça e coleta”.⁹¹ Por volta do início dos anos 1960, os padres já haviam conseguido “desestimular a comunidade de prosseguir com sua vida seminômade”, e a maioria dos Xavante que viviam em São Marcos trabalhava nas roças do aldeamento em troca de alimentos e bens manufaturados controlados pela missão. Nos outros postos e missões que visitou, particularmente na região de Areões, Maybury-Lewis também identificou tentativas similares de coibir os Xavante de realizar as práticas do *zōmori* e *hōmono*:

89 *Idem, ibidem*, p. 55-56.

90 *Idem, ibidem*, p. 57.

91 *Idem, ibidem*, p. 58.

Durante anos de sua precária existência, a missão tentou, com todas as forças, remodelar a vida destes Xavante. Eles receberam instrumentos para a construção de casas de alvenaria, dispostas em ruas, ao invés das casas feitas com folhas de palmeira e dispostas em semicírculo. Eram persuadidos a abandonar as expedições de caça e coleta e a se devotarem entusiasticamente à agricultura.⁹²

No posto Capitariquara, estabelecido pelo SPI na região de Areões em 1956, os Xavante também foram submetidos a práticas de governo que visavam cercear seus movimentos e fixá-los no território como trabalhadores rurais:

[O encarregado do SPI] esperava poder aplicar técnicas semelhantes [de fixação de imigrantes] para conseguir que os Xavante renunciassem ao seu nomadismo e se acomodassem lavrando o solo. [...] Algum tempo depois receberam do encarregado instruções de não perder seu tempo caçando. Eles deviam trabalhar em suas roças e, se necessário, o encarregado mandaria alguns homens para caçar e provê-los de carne ou, então, ele abateria uma rês para os trabalhadores.⁹³

Um dos impactos mais nocivos do processo de pacificação e aldeamento sobre a cultura A'uwe foi impossibilitar, a ponto da completa erradicação, a prática das grandes expedições territoriais. A despossessão das terras e a consequente erosão do *habitat*, combinadas com as estratégias para suprimir a territorialidade

92 *Idem, ibidem*, p. 67.

93 *Idem, ibidem*.

móvel xavante e sedentarizá-los, são o resultado de uma política de colonização que estava estruturada sobre formas de *confinamento* e *cerceamento da mobilidade* da população indígena. Dentro do regime do aldeamento, os Xavante tiveram o acesso a suas terras, seus sítios culturais e recursos naturais severamente restringidos. A repressão e a subsequente eliminação das expedições *zömori* e *hömono*, que no passado ocupavam a maior parte do tempo dos A'uwe, não apenas subtraiu dos indígenas a possibilidade de reprodução de sua cultura, mas também das próprias condições ecológicas que sustentavam seu modo de vida, tornando-os cada vez mais dependentes dos produtos e suplementos oferecidos pelos postos e missões. Além disso, o confinamento territorial das comunidades Xavante esteve associado a outras formas de supressão da cultura indígena, como a introdução de regimes disciplinares de trabalho e educação, a imposição da catequese cristã, e a proibição de certos rituais que não eram compatíveis com o sistema moral das missões.

Uma vez que visavam eliminar uma dimensão essencial e definidora do modo de vida A'uwe, a qual era percebida e caracterizada pelo Estado como “barreira” ao projeto de desenvolvimento nacional, as práticas e políticas de governo que buscavam suprimir a mobilidade das aldeias Xavante carregavam dimensões intrinsecamente etnocidas, cuja realização só não foi absoluta devido à resistência mobilizada pelos indígenas nas décadas seguintes.

Arquipélago Xavante

Demarcação das terras e degradação ambiental do território A'uwe

Com exceção do grupo de Marãiwatsédé, que será forçosamente transferido de suas terras em 1966, no início dos anos 1960 todos os outros grupos Xavante das distintas regiões já haviam sido deslocados e estavam vivendo nas missões ou em aldeias junto aos postos do SPI. Para os indígenas, como escreve a antropóloga Aracy Lopes da Silva, o final da década de 1950 e toda a década de 1960 foi “um momento de absorção do impacto do contato”, quando passam a conviver cotidianamente com missionários e servidores do SPI, bem como mais diretamente com a sociedade regional.⁹⁴ É também um período marcado por graves surtos epidêmicos que causam inúmeras mortes entre os índios. Na década de 1960, a população Xavante atinge seu mais baixo índice histórico, chegando a menos de 1.500 habitantes no total.⁹⁵

Após o golpe de 1964, a ocupação e colonização do interior do Brasil, em especial da Região Amazônica, torna-se um dos objetivos centrais da política de desenvolvimento e segurança nacional do Estado brasileiro. Incentivos fiscais para a ocupação de terras devolutas e projetos fundiários, bem como uma série de projetos de infraestrutura e colonização dirigida, vão abrir novas frentes de expansão agropecuária na região do Rio das Mortes. Nos anos 1970, com a crescente mecanização da agricultura e a expansão das plantações de arroz, milho e soja, esse processo se intensifica exponencialmente, causando dramáticas transformações ambientais.

94 LOPES DA SILVA, 1992.

95 OLIVEIRA, 2014.



Desmatamento na região da T.I. Pimentel Barbosa

 Sítios arqueológicos identificados

Confrontados com essa situação, que cada vez mais ameaçava a integridade de suas terras remanescentes, os Xavante vão reagir com uma série de ações pelo reconhecimento de seu território. As táticas ativistas indígenas incluíam desde embates diretos com fazendeiros que ocuparam áreas de antigas aldeias e cemitérios, até uma decisiva atuação na frente política em Brasília. Das sete T.I. Xavante reconhecidas atualmente, cinco – Marechal Rondon, Pimentel Barbosa, Areões, Sangradouro/Volta Grande e São Marcos – foram demarcadas na primeira metade dos anos 1970 como resultado dessas mobilizações. A T.I. Parabubure, decretada um pouco mais tarde, em 1979, foi reconhecida a partir do movimento pelo retorno de alguns grupos Xavante que haviam sido expulsos dessa região nos anos 1950.⁹⁶ O caso de Marãiwatsédé é novamente a exceção dentro do contexto. Só em 1992, após 26 anos de exílio das comunidades originárias dessa região, a reserva indígena foi, de fato, reconhecida.

De um território vasto e contínuo, que até meados do século XX englobava toda a região entre os rios das Mortes e Xingu, as terras dos A'uwe foram reduzidas a alguns fragmentos desconectados. Ao longo do tempo, com a expansão de atividades agropastoris de larga escala por toda a região, esses bolsões foram progressivamente cercados por imensas glebas desmatadas. A geografia do território Xavante contemporâneo é formada por um arquipélago de reservas protegidas em meio a um oceano de pastagens e plantações (**Mapa 1**). Nos espaços entre essas “ilhas”, dentro das quais a vegetação é notavelmente mais preservada, os impactos do desmatamento foram tão extensos e severos que

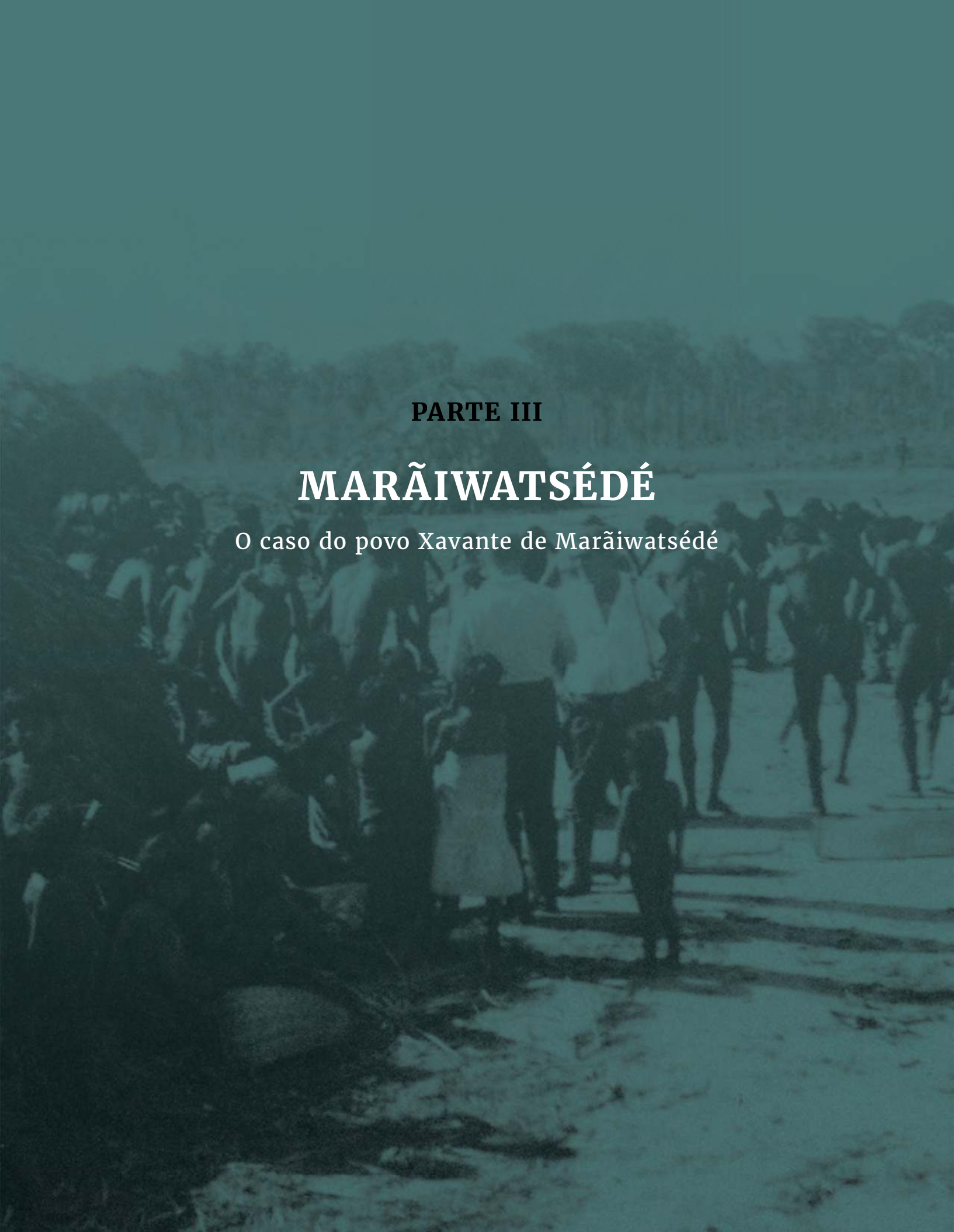
96 T.I. Marechal Rondon: reconhecida em 1965 e demarcada em 1972; T.I. Pimentel Barbosa: reconhecida nos anos 1970 e homologada em 1986; T.I. Areões: reconhecida em 1969 e demarcada em 1972; .I. Sangradouro/Volta Grande: demarcada em 1973; T.I. São Marcos, demarcada em 1975; T.I. Parabubure: reconhecida em 1979 e demarcada em 1985.

causaram uma modificação substantiva no ambiente de toda a região, gerando, assim, graves impactos para as comunidades indígenas “ilhadas” dentro das reservas.

O **Mapa 12** apresenta uma análise da extensão e do padrão geográfico do desmatamento na região ao norte da T.I. Pimentel Barbosa, onde se encontram vários vestígios de antigas aldeias xavante, conforme documentado na primeira parte desta investigação. Nota-se a dramática transformação do território devido à perda massiva da cobertura vegetal nativa. Ao mesmo tempo, nota-se que a área dentro dos limites demarcados se mantém preservada, configurando uma verdadeira reserva ecológica em meio a uma região completamente degradada do ponto vista ambiental.

Onde antes havia vastos campos de cerrados e matas, hoje encontramos um horizonte homogêneo de monocultivos e pastagens, interrompido apenas pela presença intermitente das terras indígenas. A rápida transformação dessa região em uma zona em que predominam grandes extensões contínuas de áreas desmatadas levou à redução significativa da diversidade ambiental, em especial no que se refere à presença de animais de caça e certas plantas, raízes e tubérculos consumidos pelos Xavante. Isso afetou diretamente a dieta das comunidades indígenas, que passaram a ser cada vez mais dependentes de grãos e produtos industrializados. Mais recentemente, com a chegada das megaplantações de soja, o alto uso de insumos químicos necessários para esse tipo de produção agroindustrial também tem causado impactos socioambientais severos para essas populações, particularmente em relação à qualidade da água, mas também em relação ao consumo de proteína, uma vez que o desmatamento faz com que certos animais passem a se alimentar dos cultivos de soja.

Mesmo com as terras demarcadas, os Xavante ainda sofrem impacto direto desse novo contexto ecológico menos diverso e climaticamente menos resiliente. Essa transformação ambiental, uma forma de violência, é um dos legados da pacificação, sendo resultado direto do processo de deslocamento e desposseção ao qual os Xavante foram submetidos. Os efeitos dessas violações, portanto, estendem-se no tempo e ainda hoje ameaçam essas comunidades e suas futuras gerações.



PARTE III

MARÃIWATSÉDÉ

O caso do povo Xavante de Marãiwatsédé

Refúgio e Resistência

O território de Marãiwatsédé

Conforme descrito na primeira parte deste relatório, um dos momentos históricos fundantes da sociedade A'uwe e de sua identidade está relacionado ao conflito sobre a aceitação ou rejeição do contato com os colonizadores após a experiência do aldeamento no final do século XVIII. O movimento migratório até o Rio das Mortes e a formação do território xavante têm origem num processo de cisão política capitaneado por facções que, ao recusar o confinamento territorial do aldeamento, decidem refugiar-se em região distante dos brancos. Em certo sentido, os Xavante de Marãiwatsédé, os últimos A'uwe a ser “pacificados”, podem ser considerados o grupo que carregou essa tradição de resistência e refúgio até o limite de suas forças, opção que, na verdade, foi mais imposta aos índios do que voluntária, uma vez que as comunidades dessa região foram vítimas dos efeitos mais violentos da política de pacificação.

Assim como os agrupamentos A'uwe das outras regiões, Marãiwatsédé formou-se a partir do desmembramento da grande Aldeia Sõrepré. De acordo com a reconstituição histórico-geográfica realizada com anciãos de Marãiwatsédé (**Imagem 23**), os grupos que migram de Sõrepré assentam-se primeiro em Huühi, uma aldeia-satélite localizada ao norte do Rio São João Grande.⁹⁷ O posicionamento dessa aldeia apontado pelos anciãos é notavelmente compatível com vestígios identificados nas fotografias de satélite analisadas no primeiro capítulo. Cerca de uma década depois,

97 Entre outubro e dezembro de 2016, foram realizadas três oficinas de mapeamento participativo em Marãiwatsédé com a colaboração de Policarpo Waire Tserenhorã, Dario Tserewhorã, Marcelo Abaré e Domingos Tsereõmorâté Hõ'awari.



Huühi é abandonada, e toda a comunidade se desloca para outra aldeia situada mais ao norte, Urebedza'u, onde permanecem por pouco tempo. Daí partem para um longo movimento migratório até a região do Rio Xavantinho, zona isolada e distante cerca de 120 km de Sõrepré, onde decidem se assentar permanentemente e fundam a grande Aldeia Bö'u.

Imagem 22.
Oficina de
mapeamento em
Marãiwatsédé (2016).

Assim como Sõrepré, Bö'u foi a “aldeia-mãe” do território de Marãiwatsédé, constituindo seu maior e mais antigo centro geopolítico, a partir do qual diferentes grupos vão migrar para ocupar outras áreas nas décadas seguintes. Possivelmente foi fundada ainda no final do século XIX e existiu até a pacificação na década de 1950. Segundo os anciãos, a região de Bö'u é conhecida como Bö'umoahö, “lugar de muita produção”, em referência à abundância de recursos naturais encontrados nessa área e ao tempo de prosperidade que aí viveram.

Uma vez consolidada a grande aldeia, alguns grupos se desmembram para fundar uma aldeia menor e também muito antiga

a TERRA ANTIGO de TERRÍO ESTÁ ORIGEM MARÃIWATSÉ.
de A.UWÉ-UPTAI Te Tiraipodô Durei Hã. MATSINATIAI.

XINGU MÉ, WARADZU-ORÉ Hã, ãn Hã Tiraipodô Hã.
a REGIÃO DO ARAQUAIA MT. XINGU e MARÃIWATSÉ

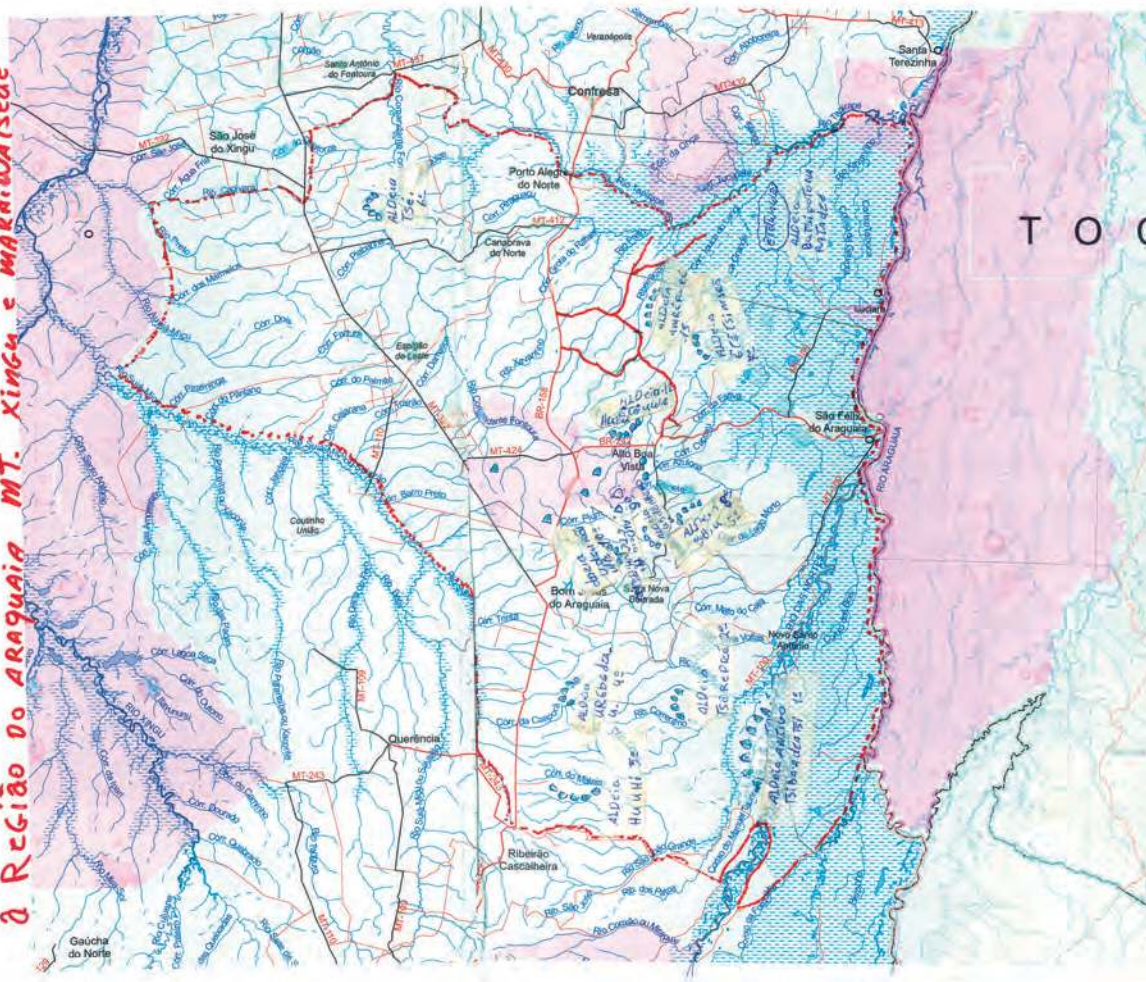


Imagem 23.
Mapa da
reconstituição
histórica do
território de
Marãiwatsédé
elaborado com
os anciãos da
comunidade.

chamada Ubdönho'u em área próxima a Bö'u. Posteriormente mais duas aldeias-satélite são criadas na região do Rio Xavanti-nho, Udzurãiwawé e Tsuparadzaidi. Concomitantemente a esses movimentos, outros grupos se deslocam para uma área distante na região do Rio Tapirapé, onde fundam a Aldeia Tsé. A peregrinação por esse longo trajeto, percorrido em meio a inúmeros acampamentos e aldeias temporários, foi narrada como uma espécie de grande expedição de reconhecimento e ocupação do território por meio da qual os Xavante de Marãiwatsédé buscaram demarcar a posse de seus domínios em relação aos povos vizinhos. Tsé é descrita pelos anciãos como um segundo centro de

dispersão, similar a Bö'u, mas de menor porte, que por sua vez dará origem a outras duas aldeias-satélite, Ététsimã'rã e Ire'pa.⁹⁸

Além das aldeias, os Xavante de Marãiwatsédé identificam vários locais de acampamentos antigos entre os rios Tapirapé e Xavantino, como Mönipá, Wede'ömo're, É'ntépô, Tsib'tömo'tsé e No'rote'pehöi'rã, bem como outros possivelmente ainda não mapeados. O **Mapa 13** mostra a distribuição geográfica desses sítios com base nas oficinas de cartografia realizadas em Marãiwatsédé e no levantamento realizado pela antropóloga Iara Ferraz para o parecer técnico de identificação da terra indígena realizado pela Funai em 1992.⁹⁹ O complexo de aldeias de Marãiwatsédé distribuía-se ao longo da franja de cerrado que separa as planícies inundáveis dos rios das Mortes e Araguaia da Serra do Roncador, onde a vegetação se torna cada vez mais fechada à medida que se penetra o interior do Bioma Amazônico. As aldeias estavam estrategicamente posicionadas em pontos elevados junto às cabeceiras dos rios, área protegida de alagamentos, onde existe grande concentração de recursos naturais por ser zona de transição entre o cerrado e a floresta. O centro gravitacional e mais adensado do território de Marãiwatsédé situava-se em torno de Bö'u, polo aglutinador e dispersor de onde diferentes facções partiam e para onde retornavam em distintos momentos e intervalos de tempo. Seus limites políticos, entretanto, estendiam-se bem além dessa área, compreendendo toda a região do Rio Tapirapé até as proximidades do Rio São João Grande, onde estava a antiga Aldeia Huühi.

98 RODRIGUES; FERRAZ, 1992.

99 *Idem*, 1992.

Assim como nas outras áreas de ocupação A'uwe, a grande mobilidade que caracterizava a territorialidade xavante possibilitava que os grupos de Marãiwatsédé exercessem controle efetivo sobre essa vasta região em toda a sua extensão. Os relatos dos anciãos mostram que percorriam todo esse território, deslocando-se pela rede de aldeias e acampamentos em longos movimentos geográficos, mas sempre mantendo como referência central a Aldeia Bö'u.¹⁰⁰ A trajetória de vida de Dario Tserewhorã, um dos participantes das oficinas de mapeamento, ilustra esse aspecto de maneira exemplar. Dario nasceu em Bö'u, mas viveu em Tsé até o ritual *danhono*, quando as orelhas dos jovens são furadas para marcar a passagem para a vida adulta. Sua comunidade então retorna para Bö'u, e nos anos seguintes Dario circula por diferentes aldeias: primeiro Ététsimã'rã e novamente Bö'u; depois Ubdönho'u, Ire'pa e novamente Ubdönho'u. De Ubdönho'u move-se para Udzurãiwawé e depois para Tsuparadzaidi, onde vive até 1962-1963, quando todas as comunidades de Marãiwatsédé serão compelidas a aldear-se junto à sede da Fazenda Suiá-Missu.¹⁰¹

Apesar de as aldeias “fixas” estarem concentradas na faixa de cerrado, as zonas periféricas do território de Marãiwatsédé, tanto as planícies inundáveis a leste como as áreas de mata mais fechada a oeste, eram conhecidas e habitadas pelos indígenas. Em um dos depoimentos colhidos pela antropóloga Iara Ferraz, essa dinâmica de ocupação territorial é descrita da seguinte maneira:

[Os anciãos] penetravam para o lado do Xingu. Nessa floresta aí, eles penetravam à procura de cará, mas como não dava

100 Os deslocamentos geográficos e a centralidade de Bö'u foram descritos em várias ocasiões pelos anciãos de Marãiwatsédé durante as oficinas de mapeamento e as expedições de campo. Ver também o mapeamento realizado por Iara Ferraz (RODRIGUES; FERRAZ, 1992)

101 Oficinas de mapeamento participativo realizadas em Marãiwatsédé por esta investigação.

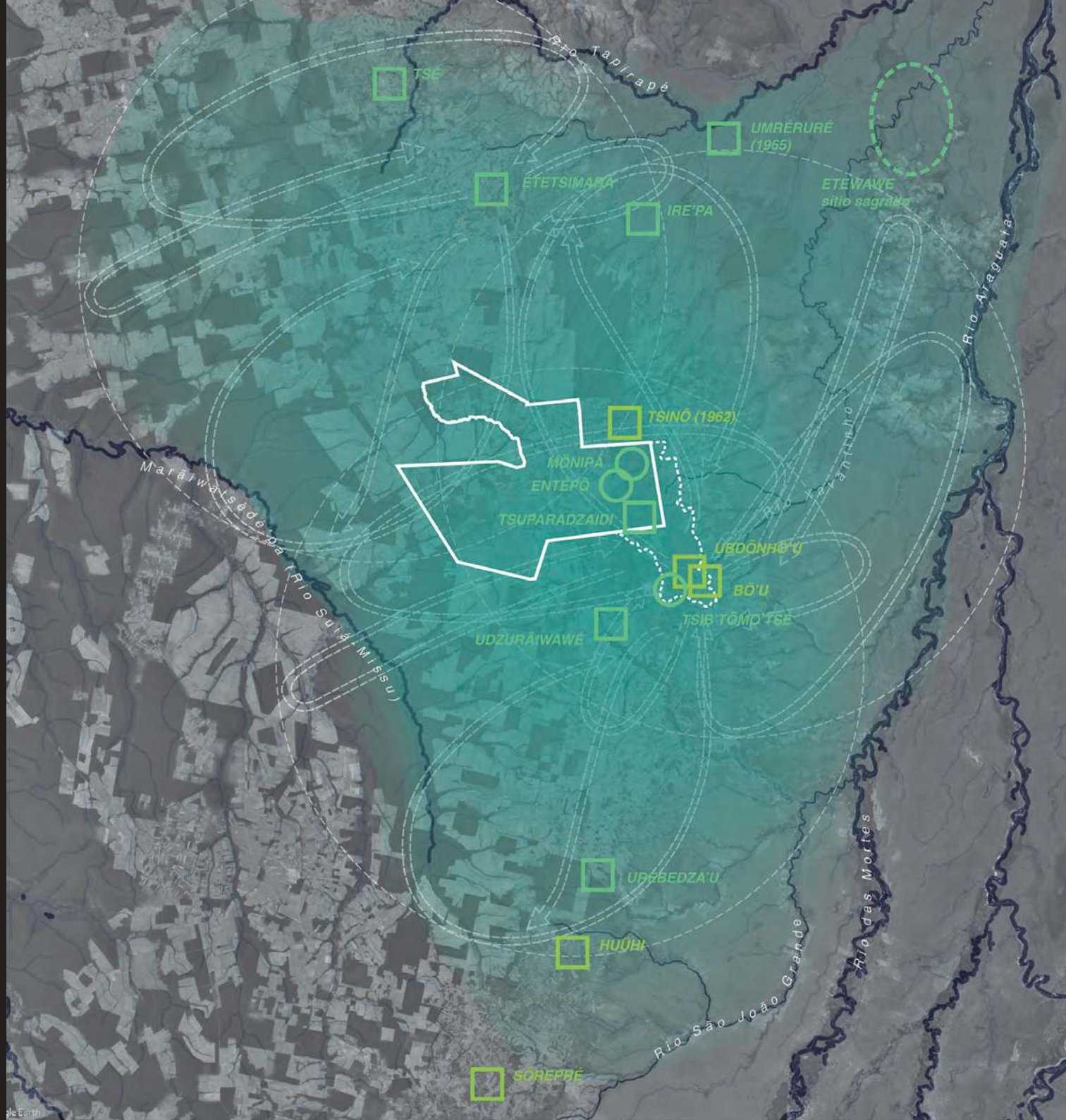
para fazer deslocamento, fazer aldeia dentro era muito difícil porque não tinha palha para fazer casa, então eles acampavam com uma planta chamada *wesupó*, igual a bananeira [...] Não dava para fazer casa nessa mata, então por isso que os nossos bisavós, os nossos pais mesmo saíam para o cerrado. [Na mata] só procuravam a pesca, a caça, a fruta que é útil na alimentação. Não ficavam. Às vezes acampavam um ano, três anos, depois saíam [...] andávamos nessa mata todinha, até o Rio Xingu, até lá no Rio Tapirapé [...] até no Culuene. Eles pegavam o território inteiro, andavam tudinho. Depois saía e recolhia para a aldeia chamada Bö'u. ¹⁰²

O próprio termo tradicionalmente utilizado pelos Xavante para designar a região, a palavra Marãiwatsédé, que em língua nativa significa “mato geral,” “mata” ou “mato bonito”, ¹⁰³ demonstra a íntima relação dessas comunidades com as áreas de floresta que predominavam na parte ocidental de seu território. Evidentemente atribuíam forte conotação simbólica a essa paisagem, apropriando-se da mata como signo de identificação de seu território em relação aos outros agrupamentos A'uwe, cujas áreas de ocupação não eram tão próximas da fronteira com o Bioma Amazônico como Marãiwatsédé.

De acordo com a reconstituição cartográfica realizada com os anciãos, o limite ocidental do território de Marãiwatsédé era demarcado pelo Rio Suiá-Missu, afluente do Rio Xingu, que os Xavante tradicionalmente chamam de Marãiwatsédé'pa, “rio de Marãiwatsédé”. O limite oriental era definido pelos rios Araguaia e das Mortes, e o limite norte pelo Rio Tapirapé. A história oral

102 RODRIGUES; FERRAZ, 1992, p. 44.

103 Xavante de Marãiwatsédé e Opan, *Plano de Gestão da T.I. Marãiwatsédé*, 2016.



Marãiwatsédé

Território Ancestral A'uwe-Xavante de
Marãiwatsédé: Localização das principais
aldeias antigas

-  Território Marãiwatsédé
-  Antigas Aldeias Xavante (reconhecidas / mapeadas)
-  Lugares de Acampamentos (reconhecidos)
-  T.I. Marãiwatsédé (área regularizada)
-  T.I. Marãiwatsédé (área não demarcada)
-  Trajetórias (zomöri / homöno)

dos Xavante de Marãiwatsédé registra vários encontros com povos indígenas vizinhos que confirmam essa cartografia, como com os Kalapalo na região do Xingu, com os Tapirapé ao norte, e com os Karajá na fronteira oriental com a Ilha do Bananal.¹⁰⁴ No sul os limites eram bem mais porosos, uma vez que fazia fronteira com o território dos A'uwe de Wedezé. Ao que tudo indica, o domínio de Marãiwatsédé estendia-se até a região da antiga Aldeia Huühi, ao norte de Sõrepré, que, por sua vez, demarcava o limite entre os dois territórios. Ainda que aparentemente não tivessem existido assentamentos fixos nessa área depois da dissolução dessas aldeias, há notícias de que grupos de Marãiwatsédé deambulavam pela região até o final dos anos 1950.¹⁰⁵ Nota-se que no mapa elaborado por Pedro Sbardellotto em 1970 essa região é descrita como parte do território de Marãiwatsédé (**Mapa 3**).

O acervo documental da pacificação também apresenta vários registros que confirmam a ocupação Xavante em Marãiwatsédé. As primeiras menções do SPI sobre ataques xavantes contra os Karajá na região da Ilha do Bananal datam do início da década de 1930.¹⁰⁶ Nos anos 1950, após a consolidação do PIA Pimentel Barbosa na região de Wedezé, essas notícias se tornam mais frequentes, sugerindo que Marãiwatsédé contava com expressiva população. Um documento exemplar desse período é um telegrama do SPI de agosto de 1950 relatando que o prefeito de São Félix do Araguaia, povoado fundado alguns anos antes, havia comunicado ao governo regional que toda a população estava preparada para abandonar a área devido às recorrentes incursões de grupos Xavante.¹⁰⁷ Outros documentos similares também com-

104 Ver LOPES DA SILVA, 1992; entre outros.

105 MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 102.

106 SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS – SPI. **Relatório da 6ª Inspeção Regional**, jan. 1931. (Assinado por: Alencarliense Fernandes da Costa, encarregado do SPI em Goiás).

107 SPI. 6ª Inspeção Regional. **Circular sobre invasão indígena**. Rio de Janeiro, 8 ago. 1950.

provam a presença Xavante nessa região, mas, em geral, restringem-se a episódios de hostilidades indígenas, de modo que oferecem poucas informações concretas sobre a ocupação geográfica das aldeias de Marãiwatsédé.¹⁰⁸

É importante notar que a documentação do SPI referente aos Xavante de Marãiwatsédé é bem mais reduzida e incompleta em comparação com a de outras áreas de ocupação A'uwe. Essa falta de evidências não se explica pela baixa presença indígena na região, mas pelo fato de que, por um lado, uma vez que essas comunidades resistiam ao contato com a sociedade colonial, a região de Marãiwatsédé permaneceu praticamente inacessível até o início dos anos 1960. Por outro lado, conforme veremos com mais detalhes na seção seguinte, essa escassez de informações oficiais se explica pelo fato de que a presença do Estado e de seus órgãos competentes era praticamente inexistente na região, de forma que o processo de “atração e pacificação” desses grupos não foi conduzido nem documentado da mesma maneira que em outras áreas.

De qualquer modo, os documentos disponíveis são suficientes para demonstrar tanto a presença Xavante em Marãiwatsédé como o fato de que o SPI tinha conhecimento da existência desses grupos desde os anos 1930. Todos os mapas do território A'uwe produzidos no contexto da pacificação, como os mapas de Francisco Meireles (1949) e Pedro Sbardellotto (1970) analisados anteriormente, localizam aldeias na região dos rios Suiá-Missu, Xavantinho e Tapirapé. No mapa de Meireles, o limite ocidental da reserva indígena é traçado a partir da cabeceira do Rio Tapirapé de modo a

108 Alguns destes documentos são: SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS – SPI. 6ª Inspeção Regional do SPI. **Circular sobre invasão indígena**. Rio de Janeiro, 8 ago. 1950; SPI. 6ª Inspeção Regional do SPI. **Circular sobre ataque indígena**. 1951; SPI. Posto de Atração Indígena Pimentel Barbosa. **Plano de Trabalho**. Rio das Mortes, Mato Grosso, 21 out. 1950; SPI. 6ª Inspeção Regional do SPI. **Radiotelegrama sobre crime cometido por índios**. Rio de Janeiro, 30 nov. 1951.

incluir Marãiwatsédé (**Imagem 19**). O segundo mapa do Território A'uwe encontrado nos arquivos do SPI também demonstra claramente a existência de aldeias Xavante nessa região (**Imagem 20**). Nesse segundo mapa, uma das aldeias é localizada no baixo Tapirapé próximo à confluência com o Araguaia, na mesma área em que os anciãos de Marãiwatsédé identificam um sítio sagrado muito antigo chamado Etêwawê.

A Política da Omissão

Os Xavante de Marãiwatsédé entre o extermínio e o abandono

Situadas no extremo norte do Território A'uwe, portanto em zona mais distante e protegida das frentes de colonização que adentravam pela calha do Araguaia, a posição geográfica das aldeias de Marãiwatsédé contribuiu para que a região mantivesse sua condição de refúgio até o final da década de 1950. A partir da criação da FBC e da introdução das novas políticas de colonização nos anos 1940, a migração para a região de São Félix do Araguaia, povoado até então praticamente inexistente, vai crescer de maneira exponencial. Num primeiro momento, a ocupação dessa zona se dá de maneira espontânea por garimpeiros e posseiros; num segundo momento, em função das políticas de integração nacional que buscavam incorporar os “vazios demográficos” ao espaço produtivo brasileiro, esse movimento se intensifica mediante a apropriação de vastas parcelas de terra indígena para a implementação de grandes propriedades agropecuárias. Assim como nas outras áreas do Território A'uwe, a violência trazida com as frentes de expansão colonial – na forma de epidemias letais, expulsões, assassinatos ou massacres punitivos – engendra um rápido processo de desarticulação da rede de aldeias de Marãiwatsédé. Entre o final da década de 1950 e meados dos anos 1960, as

comunidades dessa região serão compelidas ou forçadas a sucessivos deslocamentos e transferências, o que levará a um processo de fragmentação social e decrescimento demográfico devastador. Quando os sobreviventes são deportados pela FAB para a Missão Salesiana São Marcos em 1966, a população de Marãiwatsédé contava com apenas 263 indivíduos.¹⁰⁹

O processo de deslocamento, redução e aldeamento das comunidades de Marãiwatsédé deve ser analisado dentro do contexto maior das políticas que foram dirigidas aos outros grupos Xavante – ou melhor, aos *Xavante enquanto grupo* – com os quais compartilham uma história comum de despossessão, remoções e violência física. Em vários aspectos, contudo, Marãiwatsédé constituiu caso singular e notoriamente mais brutal. Diferentemente do que ocorreu nas outras regiões, nenhum dos órgãos que executavam as políticas indigenistas nessa época – SPI, FBC, missionários salesianos e evangélicos – chegou a instalar base em Marãiwatsédé. Essas comunidades ficaram então expostas aos mesmos padrões de violência e violação de direitos verificados nos outros casos, mas sem contar com qualquer tipo de assistência. Com efeito, conforme analisado a seguir, a omissão do Estado frente às consequências humanitárias catastróficas de suas próprias políticas foi ainda mais letal aos indígenas do que sua ação pacificadora.

Se por um lado os arquivos do SPI oferecem poucas informações substanciais sobre Marãiwatsédé, justamente porque o órgão não mantinha presença na região, em compensação documentam em detalhes o caráter deliberado e sistemático da omissão do Estado em relação à proteção desses grupos.¹¹⁰ Durante toda a década de 1950,

109 CNV. **Relatório**: Textos Temáticos. Brasília: CNV, dez. 2014. v. 2.

110 Esse processo foi documentado por Iara Ferraz (RODRIGUES; FERRAZ, 1992), estudo que buscamos complementar com mais informações e documentos de arquivo.

por consecutivas vezes os funcionários do SPI que trabalhavam em postos indígenas no território Xavante, em especial o sertanista Ismael da Silva Leitão, então encarregado chefe do PIA Pimentel Barbosa, farão apelos a seus superiores para que um posto de atração dedicado exclusivamente aos grupos “hostis” de Marãiwatsédé fosse instalado próximo a São Félix do Araguaia. A documentação do SPI também mostra que invariavelmente esses apelos eram completamente ignorados. Segundo um ofício enviado por Leitão à diretoria do SPI em agosto de 1951, desde essa época existiam planos para a criação de uma base em Marãiwatsédé:

Conforme já voz expus verbalmente a grande necessidade de ser instalado um posto nas proximidades de São Félix para atender o grupo de índios Xavante, chefiado por Siritiçuna, mereci a honra de ser escolhido por V.S. para executar este trabalho.¹¹¹

O ofício prossegue com breve descrição do “plano de ação” para a instalação do posto, relacionando o financiamento necessário para a construção de um rancho, compra de “brindes” que seriam utilizados nos trabalhos de atração, como facões e enxadas, e aquisição de medicamentos essenciais para evitar que epidemias se disseminassem em meio às comunidades indígenas isoladas. A proposta de criação dessa frente vinha em resposta a um contexto em que conflitos entre índios e colonos se tornavam cada vez mais frequentes na região de Marãiwatsédé. De acordo com documentos do PIA Pimentel Barbosa, entre 1950 e 1951 houve ao menos quatro incidentes de ataques xavante nas proximidades de São Félix do Araguaia.¹¹² Até esse momento, o SPI não havia feito contato

111 SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS – SPI. Ofício destinado ao Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios. Ministério da Agricultura, 14 jun. 1951.

112 Ver nota 109.

com nenhum grupo de Marãiwatsédé, de modo que muito pouco se sabia sobre as aldeias da região. Na realidade, ao que tudo indica, o primeiro registro do nome Marãiwatsédé na documentação do SPI só aparece em 1954, no relatório do “Inquérito Médico-Sanitário entre os Xavantes”.¹¹³ Nessa época, o território de Marãiwatsédé permanecia virtualmente impenetrável, e seguramente a missão sanitária não chegou a visitar a região. Referindo-se provavelmente a Bö’u, esse documento descreve “Maroaced” como uma “aldeia de 25 malocas em perspectiva de atração”.¹¹⁴

Assim como a proposta da Reserva Indígena Xavante elaborada por Francisco Meireles em 1949, nos anos seguintes o plano para a instalação de uma base no Território de Marãiwatsédé não progride. Em paralelo, a situação dos índios se deteriora progressivamente. A abertura da Rodovia Belém-Brasília na segunda metade da década de 1950 vai potencializar a migração para a região de São Félix do Araguaia, intensificando, assim, a pressão sobre as terras indígenas. Documentos do SPI dessa época registram recorrentes casos de invasões das terras indígenas conduzidas por grupos organizados que buscavam estabelecer fazendas na região.¹¹⁵ Um desses episódios, descrito por Ismael da Silva Leitão em ofício de novembro de 1957, permite entender melhor como se deu esse processo:

113 SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS – SPI. **Inquérito Médico Sanitário entre os Xavante**. Rio de Janeiro, 4 out. 1954 (Assinado pelo: Dr. Amaury Sadock de Freitas Filho).

114 *Idem, Ibidem*. Âmbito e conteúdo: **Inquérito médico sanitário entre os Xavantes**, pelo Dr. Amaury Sadock de Freitas Filho. Relatório das atividades desenvolvidas em junho e julho de 1954, quando foram coletados os dados necessários ao inquérito.

115 Algumas dessas invasões estão registradas nos seguintes documentos: SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS – SPI. PIA Pimentel Barbosa. **Ofício destinado ao Sr. Chefe da 8ª I.R. do SPI**. 19 dez. 1960. (Doc 09 – ISL); SPI. PIA Pimentel Barbosa. **Ofício ao Sr. Cel. José Luiz Guedes**. 14 set. 1958; SPI. PIA Pimentel Barbosa. **Ofício ao Sr. Cel. José Luiz Guedes, DD. Diretor do SPI**. 18 nov. 1957; SPI. PIA Pimentel Barbosa. **Ofício ao Sr. Josino de Assis, DD. Diretor do SPI**. Goiânia, 8 set. 1956; SPI. PIA Pimentel Barbosa. **Ofício ao Sr. Josino de Assis, DD. Diretor do SPI**. Rio das Mortes, 13 ago. 1956.

Em ofício no 9 de 11 de outubro de 1956 dirigido a essa diretoria, cientifiquei que o Sr. Arpad, de nacionalidade húngara, estava organizando turma em Goiânia a fim de proceder o levantamento e consequentemente a demarcação de glebas de terras anteriormente escolhidas, encravadas dentro do território Xavante. [...] Não sendo tomadas as medidas consignadas no ofício nº 9, já referido, o Sr. Arpad acaba de concretizar as suas aspirações demarcando as glebas de terras para ele interessantes. Seguindo o exemplo dos estrangeiros mais duas famílias, procedentes do Araguaia, deslocaram-se para Barreira da Bacaba, nas proximidades da aldeia Marú-Acéde, onde estão instaladas no afã de construírem fazendas.¹¹⁶

Os impactos catastróficos das políticas de colonização sobre os indígenas, em especial a rápida erosão de seu *habitat* devido às invasões de terras, combinados com a ausência de uma ação protecionista concreta na região, fizeram com que o processo de “pacificação” dos Xavante de Marãiwatsédé acontecesse em contexto muito mais violento do que em outras áreas. Essa diferença não deixa de ser notada pelo antropólogo Maybury-Lewis na ocasião de sua pesquisa de campo em 1958, quando sem sucesso tentou visitar as aldeias de Marãiwatsédé:

Na época da pesquisa havia apenas dois povoados nos limites do território Xavante. Um deles, Xavantina, foi criado pela Fundação Brasil Central e ainda mantinha o caráter de uma base avançada de penetração no interior. O outro, São Felix, cresceu como tantas vilas ao longo do Araguaia, a maior artéria de comunicação nesta parte do país. Houve conflitos com

116 SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS – SPI. PIA Pimentel Barbosa. **Ofício ao Sr. Cel. José Luiz Guedes, DD. Diretor do SPI.** 18 nov. 1957.

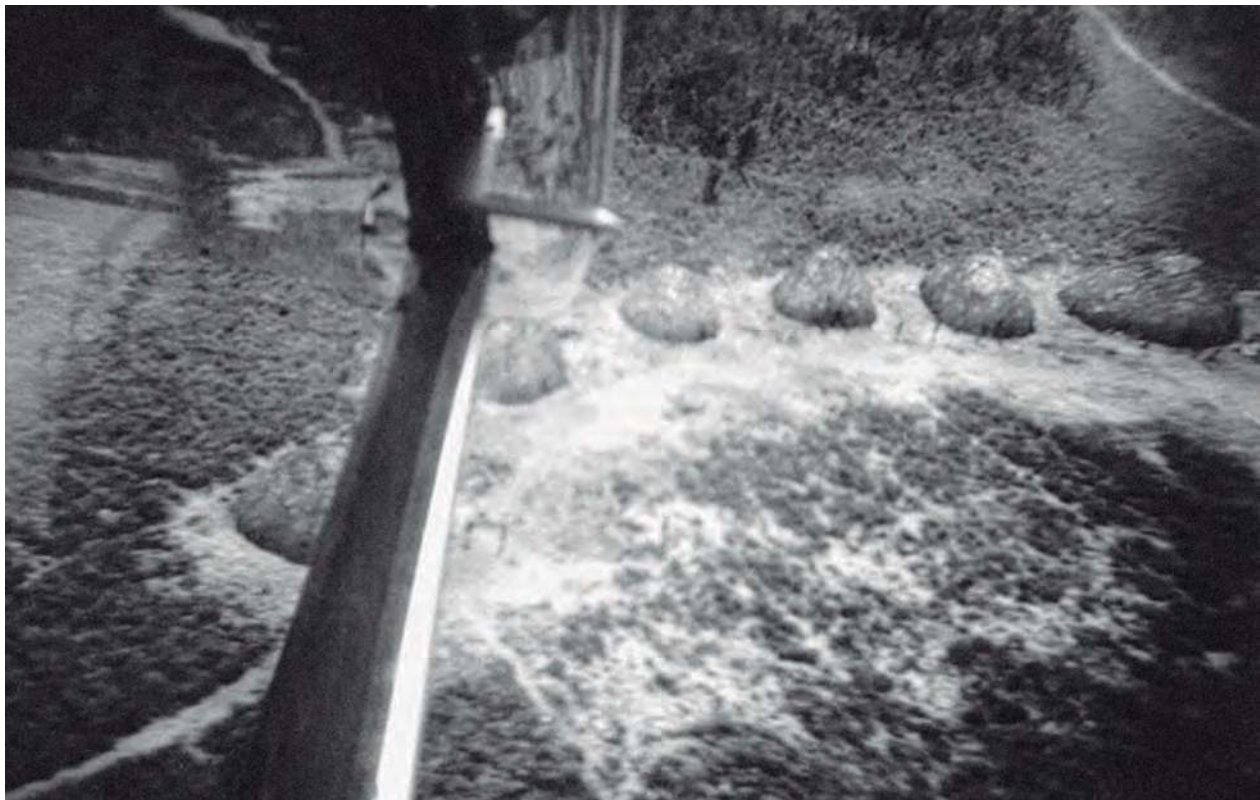


Imagem 24.
Uma das únicas
imagens das
aldeias Xavante
em Marãiwatsédé,
realizada pelos
proprietários
da Fazenda
Suiá-Missu
provavelmente
em 1960.

os Xavante nos dois lugares. Os fundadores de Xavantina, porém, eram funcionários do governo federal com ordens para estabelecer relações amistosas com os Xavante [...] Em São Felix a situação era bem outra. Seus habitantes eram colonos e sertanejos que nutriam um profundo horror aos índios, sem o desejo nem o recurso para cotejá-los. O resultado foi que choques com os Xavante ocorreram nesta área até, pelo menos, 1962. Claro está, portanto, que não foi por coincidência que estes Xavante permaneceram hostis muito tempo depois das outras comunidades firmarem sua paz com os brancos.¹¹⁷

Devido à situação de isolamento da região, sabe-se ainda menos sobre os episódios de violência perpetrados contra as comunidades de Marãiwatsédé do que no restante do território A'uwe, sobre o

117 MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 48.

qual as informações existentes já são escassas. Os testemunhos dos sobreviventes mostram que os ataques que sofreram foram algumas vezes conduzidos com requintes de crueldade barbáricos, utilizando-se de matanças e formas de tortura similares às da época colonial com o objetivo de infligir terror na população indígena:

Quando nós estávamos jogando flecha no meio da aldeia, nós vimos que os brancos iam atacar, estavam em cima de nós [...] dez crianças foram tiradas para massacrar, para matar, né. Só criança. E os velhos se livraram fugindo, entraram no mato.¹¹⁸

O massacre descrito acima ocorreu nas proximidades da Aldeia Udzurãiwawé. Segundo outros depoimentos documentados pela antropóloga Iara Ferraz, ataques organizados como esse foram recorrentes nessa época. Em outro massacre ocorrido na região da Aldeia Ététsimã'rã, as pessoas foram queimadas ainda vivas na frente de seus parentes:

Quando era talvez uma hora, duas horas, o cara acendeu o fogo, talvez com óleo diesel, para queimar a lenha para jogar aqueles que estavam mortos, jogar em cima do fogo, os três que já estavam mortos. Um, acho que não estava muito morto, que é o primo dele, porque ele estava falando, gemendo de dor. Ele escutava o gemido do outro, do primo dele. Mas assim mesmo os caras jogaram no fogo e queimaram eles.¹¹⁹

118 RODRIGUES; FERRAZ, 1992, p. 55.

119 *Idem*, 1992, p. 54.

Pode-se afirmar que esses eventos ocorreram nos anos 1950, provavelmente na segunda metade da década. Nessa época, mais precisamente em junho de 1957, um grupo de 35 guerreiros de Marãiwatsédé aproxima-se do PIA Pimentel Barbosa. Ismael da Silva Leitão narra o evento do “primeiro contato” com os Xavante de “Mará-Uacéde” com grande excitamento em um ofício de 17 de junho de 1957 dirigido ao coronel José Luiz Guedes, então diretor do SPI, aproveitando a notícia para solicitar que medidas fossem tomadas a fim de conter a escalada de invasões das terras indígenas:

Levo ao conhecimento de V.S. que estiveram neste Posto trinta e cinco (35) índios pertencentes ao grupo da aldeia de São Felix, denominada Mará-Uacéde, os quais nunca tiveram contato com este Serviço, sendo esta a primeira vez, constituindo acontecimento bastante alvissareiro. Ao ensejo da visita de cordialidade narraram fatos ocorridos em suas terras, sobretudo invasão das mesmas por parte de aventureiros em busca de pedras preciosas, bem como o trucidamento de dois (2) índios. A rota utilizada pelos invasores fora a mesma pela qual penetraram uma turma de medidores de terras, sendo o seu ponto de partida a Vila de São Felix nas margens do Araguaia, neste Estado. A fim de evitar futuros choques os quais já se iniciaram, entre os componentes da aldeia acima referida e invasores, seria interessante que V.S. adotasse providência no sentido de ser interditada a penetração destes últimos em terras habitadas pelos índios Xavantes. O assunto exige imediatas providências visto ser a primeira vez que esses índios têm contato com este Posto.¹²⁰

120 SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS – SPI. SPIA Pimentel Barbosa. **Ofício ao Sr. Cel. José Luiz Guedes, DD. Diretor do SPI.** Rio de Janeiro, DF, 17 jun. 1957.

Como se pode observar nesse relato, o contato amigável estabelecido com o SPI, iniciativa dos próprios Xavante, tinha o claro objetivo de buscar alguma solução para o violento processo de despossessão de suas terras em curso. Dito de outra forma, a visita era um sinal de que os Xavante tentavam “pacificar” os brancos. Assim, Ismael da Silva Leitão novamente sugere a criação de um posto indígena na região:

Quero salientar que não poderemos deixar de assisti-los frequentemente, em face de tratar-se de uma aldeia arredia, criando-se num futuro não longínquo um subposto, dada a distância que o separa desta unidade.¹²¹

Cerca de um ano depois, Leitão volta a insistir na necessidade de se instalar uma frente de atração em Marãiwatsédé, e apresenta um novo plano de trabalho para a implementação do posto. Diante do esbulho massivo das terras A’uwe, “torna-se imprescindível a adoção de medidas urgentes que venham localizar, medir, demarcar e legalizar para todos os efeitos a propriedade territorial indígena”, escreve Leitão, argumentando que o posto funcionaria como forma de “repressão às constantes investidas de invasores sobre a propriedade territorial indígena”:

Aldeia Maru-Acede: conforme plano de trabalho conjunto apresentado pelo signatário e o encarregado do P.I. “Xavante” ao Sr. Cel Diretor do SPI, constava da necessidade de instalação de PI naquela aldeia, pelo fato de tratar-se de um grupo de índios Xavante ainda não pacificados. A criação do PI objeto deste tópico seria de muita utilidade aqueles

121 *Ibidem*.

componentes, da aldeia referida, em razão das frequentes incursões que os mesmos tem efetuado em busca de contato com elementos civilizados [...] Os contatos realizados são de maneira hostis [...] A instalação do PI pretendido constituiria uma medida de alta significação no sentido de repressão as constantes investidas de invasores sobre a propriedade territorial indígena [...] Em face dos argumentos constantes do presente relatório seria interessante a criação do PI em aviltre, sobretudo no momento quando as forças contrárias a propriedade indígena estão organizadas e desenvolvendo intensa atividade no sentido de se apossarem de glebas de terras anteriormente escolhidas e requeridas ao Governo do Estado, encravadas dentro do território Xavante propriamente dito.¹²²

Um ofício de 14 de setembro de 1958 mostra que essas iniciativas foram novamente ignoradas:

No relatório em referência abordava a necessidade imperiosa de ser criado um PI que viesse atender as necessidades dos índios radicados na Aldeia de Maru-Acede (S. Felix) [...] Infelizmente, todavia, até o momento nada recebi sobre o conteúdo do relatório em alusão, ficando destarte impossibilitado de adotar as providencias para assistir aos índios integrantes daquela aldeia.¹²³

Um ano depois, no relatório de atividades gerais do PIA Pimentel Barbosa de 1959, Leitão mais uma vez denuncia o processo de

122 SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS – SPI. 8ª Inspetoria Regional (Ismael da Silva Leitão). **Relatório técnico do posto.** Araguaia, TO, 958.

123 *Idem.* PIA Pimentel Barbosa. **Ofício ao Sr. Cel. José Luiz Guedes.** 14 set. 1958.

invasão das terras de Marãiwatsédé e enfatiza a necessidade de se abrir um posto na região, notando a falta de resposta às suas solicitações repetidas vezes:

Aldeia Maru-Acede: Já por demais vezes temos solicitado providências para a instalação de um PI naquela aldeia, sem que, até o momento tenhamos observado qualquer movimento em torno desse assunto de tão grande finalidade para os integrantes da mencionada aldeia. São índios que ainda não sentiram diretamente os benefícios do SPI. Os contatos que tiveram com elementos desta organização foram realizados nesta dependência, a qual como já frisamos vem lutando com sérios embaraços em busca de elementos julgados necessários a suas lidas. [...] Finalmente chegaremos ao ponto que é a questão da demarcação das terras dos índios xavante, que em constantes ofícios submetidos relatamos e denunciemos a invasão das reservas territoriais indígenas.¹²⁴

No final da década de 1950, as comunidades de Marãiwatsédé encontravam-se na “condição do mais completo abandono”, reporta Leitão em outro ofício de 1959. “Considerando os fatores que estão contribuindo implacavelmente para o seu aniquilamento total”, o sertanista novamente argumenta que o “amparo” do SPI era essencial para proteger a vida da população remanescente, voltando a enfatizar a necessidade de se tomarem providências emergenciais: “urge medidas concretas para salvaguardar vestígios de uma civilização em vias de decomposição”.¹²⁵

124 SPI. PIA Pimentel Barbosa. **Relato sobre atividades e necessidades do Posto**. 15 out.1959.

125 *Idem*. PIA Pimentel Barbosa. **Ofício destinado ao Sr. Chefe da 8ª I.R. do SPI**. 3 out. 1959.

Apesar dos efeitos catastróficos do processo de aldeamento para o modo de vida A'uwe, os postos e missões acabavam oferecendo um refúgio para o qual as comunidades indígenas podiam recorrer quando confrontadas com formas de violência infinitamente superiores que ameaçavam sua existência, e contra as quais apenas debilmente conseguiam resistir. A partir da segunda metade da década de 1950, quando as invasões de terra se intensificam, grupos Xavante das distintas regiões vão aproximar-se das missões e postos do SPI. Esse movimento em busca de refúgio também ocorre com os Xavante de Marãiwatsédé, mas de forma completamente diferente, uma vez que, apesar das consecutivas solicitações, nenhum posto foi instalado na região.

O evento do “primeiro contato” em 1957, quando um grupo de guerreiros marcha por mais de 150 km até o PIA Pimentel Barbosa, foi um claro sinal de que as comunidades de Marãiwatsédé buscavam algum suporte para reverter a situação de extrema vulnerabilidade em que se achavam. Como se pode concluir pelos relatos de Leitão, no final dos anos 1950 esses grupos passavam por uma crise humanitária sem precedentes em sua história, chegando ao limite do “aniquilamento total”, isto é, de seu desaparecimento como povo e cultura. Por meio dos relatórios e ofícios dos postos do SPI, instâncias superiores do Estado tinham pleno conhecimento desse genocídio em curso, mas mesmo assim não houve qualquer iniciativa para remediá-lo. Pelo contrário, as políticas de colonização dirigidas a essa região nos anos seguintes buscarão favorecer-se desse processo de remoção e extermínio, agravando ainda mais a situação das comunidades sobreviventes.

No vácuo deixado pelo Estado, os trabalhos de “pacificação e aldeamento” dos Xavante de Marãiwatsédé serão conduzidos por grupos privados ligados a grandes empreendimentos

agropecuários da região, cujo interesse era remover os índios e ocupar suas terras, e não os proteger. Sob o comando desses grupos, as comunidades de Marãiwatsédé serão submetidas a um regime de controle populacional marcado por recorrentes episódios de violência, como a destruição de suas roças, o cercamento de aldeias, e consecutivas transferências forçadas.

A Política do Apagamento

Aldeamento, remoção e negação da existência do povo Xavante de Marãiwatsédé

Por volta do final dos anos 1950, quando os relatos de Ismael da Silva Leitão se tornam mais frequentes, um evento decisivo está ocorrendo na história dos Xavante de Marãiwatsédé. No contexto das crescentes invasões às terras indígenas denunciadas pelo sertanista, o empresário paulista Ariosto da Riva, que se havia especializado em projetos de colonização privada no Paraná, adquire uma gleba imensa em pleno coração do território de Marãiwatsédé com o intuito de implementar o mesmo modelo na região. Conhecido popularmente como o “último bandeirante”, nas décadas seguintes Ariosto da Riva viria a ser um dos agentes protagonistas no processo de colonização do centro-norte de Mato Grosso, tendo sido responsável pela fundação de várias cidades na região, como Alta Floresta, hoje um dos principais centros urbanos de um vasto complexo de produção de soja. No princípio seus interesses nas terras de Marãiwatsédé eram similares, mas o projeto acaba não decolando. Em 1961 Ariosto da Riva então se associa à família Ometto, um grupo de grandes produtores de açúcar de São Paulo, para transformar o negócio em um megaempreendimento agropecuário. O grupo Ometto adquire

80% do investimento e a maior parte das terras, cerca de 484.000 hectares, e em 1962 é criada a Agropecuária Suiá-Missu Ltda.¹²⁶

Se antes o movimento de colonização era dirigido por garimpeiros, posseiros e pequenos fazendeiros, com a chegada da Suiá-Missu, o primeiro grande empreendimento instalado no território de Marãiwatsédé, essa dinâmica vai transformar-se radicalmente, acelerando ainda mais o processo de invasão das terras indígenas. Em uma zona remota, cujo acesso apresentava várias complicações logísticas, a implementação de um empreendimento de tal porte serviu para criar novos caminhos de penetração no território indígena, atraindo contingentes de trabalhadores para abrir picadas e clareiras, e, assim, potencializando a ocupação de áreas mais extensas. No decorrer dos anos seguintes, principalmente depois que o governo militar introduziu a política de incentivos fiscais para a colonização da Amazônia, a propriedade da fazenda amplia-se exponencialmente, chegando a cobrir 786.000 hectares.¹²⁷ Provavelmente o maior latifúndio que já existiu no Brasil ou mesmo no mundo, no seu auge a Fazenda Suiá-Missu abarcava um território cinco vezes maior do que a área municipal de São Paulo, dentro do qual estava boa parte das aldeias Xavante.

Segundo depoimentos dos anciãos, no final dos anos 1950, quando Ariosto da Riva começa a implantar a fazenda, as comunidades de Marãiwatsédé entram em um processo de deslocamento e dispersão territorial para tentar escapar da violência das frentes de colonização. Antigas aldeias como Bö'u e Ubdö-nho'u fragmentam-se e são abandonadas. Os grupos A'uwe

¹²⁶ BRANFORD; GLOCK, 1985.

¹²⁷ *Ibidem*.

remanescentes, já significativamente reduzidos devido aos ataques e epidemias, passam a habitar aldeias menores ou acampamentos temporários. Dario Tserewhorã contou que sua comunidade se deslocou de Tsuparadzaidi para se refugiar no extremo sul do território de Marãiwatsédé, permanecendo por algum tempo em acampamentos provisórios na região da antiga Aldeia Urebedza'u. Quando Ariosto da Riva e seus trabalhadores estabelecem os primeiros contatos diretos com os Xavante no início dos anos 1960, parte da população encontrava-se acampada em Mönipá, área próxima ao local em que seria instalada a sede da fazenda, e outra parte na Aldeia Ire'pa, além de outros acampamentos menores. Entre 1962 e 1963, todas essas comunidades serão compelidas a aldear-se junto à sede da Suiá-Missu, onde os Xavante, então, fundam a Aldeia Tsinõ.¹²⁸

O complexo arquitetônico da sede da Fazenda Suiá-Missu, com sua sequência de casas alinhadas, o edifício do antigo hospital e a grande pista de pouso e decolagem, ainda se encontra praticamente intacto. Próxima à pista, do lado oposto às construções, é possível identificar a área em que estava localizada a Aldeia Tsinõ (**Imagem 25**). Similar ao arranjo espacial de um aldeamento colonial, a posição da aldeia em relação à sede da fazenda não apenas facilitava o controle do movimento dos índios, mas também funcionava como instrumento para submetê-los por meio da dependência e da servidão. Em troca de alimentos para suas famílias, os Xavante foram coagidos a trabalhar na derrubada da vegetação nativa para abertura de picadas, pastos e da pista de avião da sede da fazenda, de onde seriam deportados alguns anos depois. Os testemunhos dos sobreviventes mostram que o regime

128 As trajetórias de deslocamento foram reconstruídas pelas oficinas de mapeamento realizadas em Marãiwatsédé e pelos depoimentos documentados em Rodrigues; FERRAZ (1992).



Imagem 25.
Complexo
arquitetônico da
sede da antiga
Fazenda Suiá-Missu
em seu estado atual.
Note a formação
de árvores indicando
o sítio arqueológico
da Aldeia Xavante
Tsinõ.

de trabalho que lhes foi imposto, classificado como “análogo à escravidão” pelo *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*,¹²⁹ era extremamente degradante e desumano. Ainda assim não contaram com assistência médica adequada, o que consequentemente causou várias mortes no curto período em que viveram em Tsinõ.¹³⁰ Relatos contemporâneos a esses eventos também apontam que as mulheres da aldeia foram vítimas de assédios e abusos sexuais pelos trabalhadores da fazenda.¹³¹

Uma vez que os primeiros desmatamentos e a infraestrutura básica estavam concluídos, a mão de obra Xavante torna-se irrelevante para os proprietários da Suiá-Missu. A presença dos índios na fazenda, com suas constantes andanças pelo território,

129 CNV, 2014, p. 212.

130 De acordo com o depoimento de Damião Paridzané (RODRIGUES; FERRAZ, 1992, p. 38): “olha, foi trabalhando como empregado, como escravo, morreu muita gente. Trabalhando sem receber dinheiro, sem ganhar nada, sem assistência de saúde nenhuma”.

131 RODRIGUES; FERRAZ, 1992, p. 38.

passa a ser encarada como um entrave ao desenvolvimento do empreendimento. Logo se verifica a ocorrência de uma série de episódios de violência que tinham por objetivo coagi-los a deixar Tsinõ: a área da aldeia é fechada com cercas de arame para controlar o movimento da população indígena; suas roças são propositadamente destruídas; e a provisão de alimentos e bens manufaturados, no início constante, é reduzida. Conforme narrado no testemunho de Damião Paridzané, atual cacique de Marãiwatsédé e nessa época ainda jovem:

O gerente do Ariosto não gostava de índio. O último gerente era Mauricio. Não gostava. Logo que ele assumiu, queria mandar embora. Logo que assumiu, uns quinze dias depois, primeiro jogou para judiar a roça do índio [...] (jogou) o gado na roça. O segundo que eles fizeram foi cerca na beira da aldeia [...] Para o índio não andar, bem cercado, depois que ele jogou o gado para acabar com a roça do índio. Depois fizeram arame para cercar, para índio não passar na fazenda.¹³²

A situação de segregação e confinamento de uma população dentro de uma área fechada por cercas e grades só encontra paralelo nos crimes mais brutais da história da humanidade. Os Xavante de Marãiwatsédé são então submetidos a outro episódio de transferência forçada, levados a mudar-se para uma área alagadiça próxima ao Rio Tapirapé, fora dos limites da fazenda, onde estabelecem uma aldeia improvisada conhecida como Umréruré. As características ambientais dessa região, que na maior parte do ano permanece inundada, impossibilitava o cultivo de alimentos e oferecia pouca quantidade de caça, o que gerou fome, mortes e

132 *Idem, ibidem*, p. 60-61.

debilidade imunológica entre os indígenas. O nível dramático da crise humanitária que os Xavante enfrentaram quando estavam em Umréruré é demonstrado pelo fato de que algumas vezes os proprietários da Suiá-Missu organizaram expedições de avião para levar alimentos até a aldeia.¹³³

Em 1966, cerca de dois anos depois da transferência para a região do Tapirapé, os Xavante são novamente obrigados a se deslocar. Retornam para a sede da Suiá-Missu e posteriormente são definitivamente transferidos para a Missão Salesiana São Marcos, a mais de 400 km de distância de suas terras originárias. Além da FAB, a realização da operação de remoção envolveu a participação do SPI, dos salesianos e dos proprietários da Suiá-Missu. Em documento de julho de 1966 assinado por Nilo Oliveira Velloso, então diretor do Serviço de Assistência ao Índio do SPI, o órgão autoriza explicitamente a transferência dos Xavante de suas terras.¹³⁴ De acordo com as investigações da Comissão Nacional da Verdade, membros da família Ometto também agiram diretamente com o governo militar para que a operação fosse realizada.¹³⁵

Com o evento da deportação, tem-se o primeiro levantamento estatístico da população de Marãiwatsédé: 263 pessoas, entre crianças, jovens, adultos e anciãos, foram transferidas para São Marcos.¹³⁶ Segundo depoimentos dos sobreviventes, as crianças foram levadas primeiro para pressionar a comunidade a aceitar a remoção sem mais resistência.¹³⁷ Dias após chegarem na missão, cerca de 83 pessoas, aproximadamente 30% da população

133 RODRIGUES; FERRAZ, 1992, p. 61.

134 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. SPI. **Autorização**. 11 jul. 1966 (Assinado por: Nilo Oliveira Velloso, Chefe da Sassi).

135 CNV, 2014, p. 257, nota 57.

136 *Idem*, 2014, p. 218.

137 RODRIGUES; FERRAZ, 1992.

total de Marãiwatsédé nesse momento, foram mortas por uma epidemia de sarampo que atingiu praticamente todo o grupo.¹³⁸ Durante uma investigação de campo em São Marcos, os anciãos Pio Tswa'o Orebewe e Orebewe Miguel Prônhopa contaram que os próprios indígenas tiveram que transportar os corpos e cavar as covas coletivas em que seus entes queridos foram enterrados. Orebewe e Prônhopa identificaram o local do sepultamento coletivo próximo ao cemitério da aldeia central de São Marcos, mais precisamente nas coordenadas 15.22'31"S e 52.54'29"W.¹³⁹

A assistência médico-sanitária e as vacinações preventivas eram práticas sistematizadas dentro do SPI desde o início dos anos 1950. Por seu porte e complexidade e pela experiência dos atores envolvidos – FAB, SPI e salesianos – a operação de remoção deveria ter sido realizada com planejamento considerável, especialmente no que tange à assistência médica preventiva em um momento de alto risco como esse, quando um surto epidêmico era probabilidade real e previsível. Novamente os Xavante de Marãiwatsédé foram vítimas da dupla violência da ação-omissão: no primeiro caso, porque foram removidos em uma operação orquestrada e legitimada pelo Estado; no segundo caso, porque o Estado se absteve de remediar os impactos antevistos de suas próprias ações. Com efeito, a atuação do Estado quanto a essa população, durante todo o processo de “pacificação”, praticamente se resumiu a executar a operação de transferência.

A remoção forçada dos Xavante de Marãiwatsédé foi a expressão da nova face de uma política indigenista que, após o golpe militar de 1964, tornou-se mais integracionista, agressiva e militarizada.

138 CNV, 2014, p. 218.

139 Diligência realizada em novembro de 2016.

Imagens 26 e 27.
Duas das poucas
imagens que
existem dos
Xavante de
Marãiwatsédé
no período do
aldeamento na
Fazenda Suiá-
Missu (S./d.,
provavelmente
entre 1963-1966).





C Ó P I A :

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

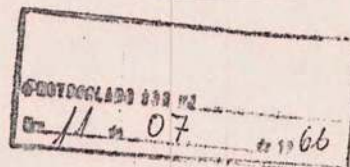


Proc. n.º 1318/92

Fis. 166

Rúbrica: Leonardo

AUTORIZAÇÃO 16



Pela presente, fica autorizada a MISSÃO SALEZIANA SÃO MARCOS, a transportar índios Xavantes da Aldeia próxima ao São Félix, Mato Grosso até aquela Missão, desde que os mesmos assim o desejem, ficando a permanência dos referidos índios condicionados a vontade dos mesmos.

Brasília, 11 de julho de 1966.

Nilo Oliveira Vellozo

NILO OLIVEIRA VELLOZO -

Chefe da SASSI.

JMC/-.-

Imagem 28.
Autorização do SPI
para a remoção
dos Xavante de
Marãiwatsédé.

Nos planos desenvolvimentistas elaborados pela ditadura, a “integração” dos “vazios demográficos” era vista tanto como um objetivo econômico quanto como um problema de segurança nacional. As ações dos órgãos indigenistas, num primeiro momento o SPI e depois a Funai, serão orientadas nesse sentido, não apenas submetidas aos imperativos dos “grandes projetos”, mas também trabalhando deliberadamente a seu serviço. Se esse *modus operandi* não era propriamente uma novidade na agenda indigenista oficial, sob a ditadura ele assumiu uma nova forma ao ser alinhado com as doutrinas de segurança nacional que norteavam as políticas do regime. Conforme apurado pela Comissão Nacional da Verdade, remoções forçadas e transferências de grupos indígenas visando abrir terras para grandes obras de infraestrutura e empreendimentos agroindustriais como Suiá-Missu tornam-se recorrentes durante o período da ditadura militar, ganhando contornos de uma política sistemática cujo objetivo era “produzir vazios demográficos”.¹⁴⁰

A “produção de vazios demográficos” pressupunha um processo de apagamento no território e nos corpos dos indígenas, mas não apenas isso. Também se valia de discursos e artifícios legais para negar formalmente a existência desses povos. A eliminação da presença física dos Xavante no território de Marãiwatsédé consumada com a transferência de 1966 foi seguida por um processo de apagamento no plano jurídico. Em ofício de 6 de junho de 1974, os proprietários da Fazenda Suiá-Missu – agora sob o comando da empresa Liquifarm Agropecuária Suiá-Missu S/A, uma subsidiária da multinacional Agip no Brasil¹⁴¹ – protocolam um pedido de atestado à Funai “certificando a inexistência de quaisquer

140 CNV, 2014, p. 223.

141 Data de aquisição da Fazenda Suiá-Missu.

silvícolas, sejam eles pacíficos ou hostis, permanentes ou em trânsito, na área da Fazenda Suiá-Missu”.¹⁴² Um dia depois, a Funai emite parecer favorável à petição. Segundo o autor desse laudo, o antropólogo Alceu Cotia Mariz, a região havia “deixado de ser” área indígena:

Fruto de negociação consumada há oito anos entre a firma interessada e missionários salesianos, com a aquiescência do antigo SPI, que resultou na transferência de índios Xavante para a colônia de São Marcos, a área em pauta no presente processo deixou de ser o local da aldeia Um're'rure e, hoje em dia, não há mais problemas para a Agropecuária Suiá-Missu S/A obter Certidão Negativa solicitada.¹⁴³

No mesmo dia, o então presidente da Funai, coronel Ismarth de Araújo Oliveira, emite a certidão negativa sobre a presença xavante em Marãiwatsédé atestando

Não haver conhecimento da existência de aldeamentos indígenas na área da peticionária, localizada no município de Barra do Garças, Estado do Mato Grosso e compreendida pelas seguintes coordenadas geográficas: Latitude de 11°20' e 12°15'S e Longitude de 51°10' e 52°25'W, não havendo consequência, restrição a opor à plena utilização da mencionada área pela interessada. Esta Certidão fará fé perante a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.¹⁴⁴

142 LIQUIFARM AGROPECUÁRIA SUIÁ-MISSU S.A. **Requisição**. Brasília, jun. 1974. (Assinado por: Alayde Marques de Oliveira).

143 FUNAI. **Parecer – Ref.: Proc. FUNAI/BSB/1556/74**. 6 jun. 1974. (Assinado por: Alceu Cotia Mariz, antropólogo).

144 *Idem*. **Certidão Negativa**. 7 maio. 1974.

Mesmo desterrados, na época em que essa certidão negativa foi emitida pela Funai, os Xavante de Marãiwatsédé ainda literalmente habitavam a região. Durante todo o período de exílio em outras terras indígenas, as comunidades de Marãiwatsédé frequentemente realizavam expedições de volta a suas antigas aldeias e cemitérios na região do Rio Xavantinho.¹⁴⁵ Além de revisitar esses lugares sagrados, essas expedições tinham por objetivo coletar matérias-primas que são encontradas somente nessa região de transição entre floresta e cerrado. Com efeito, um dos impactos mais graves da remoção foi impossibilitar que essas comunidades tivessem acesso a certas plantas que desempenham papel central na sua cultura, como as que são utilizadas para a confecção de flechas, adornos rituais ou medicinas.

Conforme se pode observar na transcrição, a certidão negativa tinha por objetivo liberar o fluxo de capital da Sudam para a Agropecuária Suiá-Missu, que por essa época havia se tornado um empreendimento global. Mais fundamental que isso, o atestado de inexistência dessas populações em seu território ancestral buscava consolidar e legitimar a política de “produção de vazios demográficos” implementada no país Xavante. Último e decisivo ato de violência do Estado, com esse documento se consumava o processo de apagamento, *de fato* e *de jure*, da presença ancestral dos A’uwe em Marãiwatsédé.

145 RODRIGUES; FERRAZ, 1992, p. 40; TAFNER JUNIOR, 2015

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PPC. N.º

1586/74
12
8

C E R T I D ã O

00037

Em atendimento ao que solicita a firma LIQUIFARMA - Agropecuária Suia Missu S/A, conforme petição protocolada nesta Repartição em data de 06 de junho de 1.974, ouvidos os Departamentos Gerais do Patrimônio Indígena e Planejamento Comunitário, nos termos do processo nº FUNAI/BSB/1556/74, C E R T I F I C O não haver conhecimento da existência de aldeamentos indígenas na área da petição, localizada no Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso e compreendida pelas seguintes coordenadas geográficas: Latitude de 11° 20' a 12° 15' S e Longitude de 51° 10' a 52° 28' WGr., não havendo em consequência, restrição à opor à plena utilização da mencionada área pela interessada. Esta Certidão fará fé perante a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, de acordo com a Resolução número 34, de 14 de maio de 1.968, do Conselho Deliberativo daquela Superintendência. Brasília, 07 de junho de 1.974.

Assinado no
Original

ISMARTH DE ARAUJO OLIVEIRA
= Presidente =

Recebi o original da presente Certidão.

Em 07.06.1974

Alayde Marques de Oliveira

ALAYDE MARQUES DE OLIVEIRA
P/Procuração

Imagem 29.
Certidão Negativa
emitida pela Funai
em 1974.

A Memória da Terra

Mapeamento de antigas aldeias de Marãiwatsédé

Apesar das múltiplas tentativas de apagamento, a presença ancestral Xavante em Marãiwatsédé é mantida viva na memória da própria terra, um documento histórico que, quando propriamente decodificado, nos mostra que a dinâmica espacial do modo de habitação indígena ao longo do tempo deixou marcas profundas e duradouras na paisagem. Mesmo esse território tendo sido radicalmente transformado durante os últimos 50 anos devido ao desmatamento maciço, alguns vestígios da ocupação indígena pré-pacificação, em especial sítios arqueológicos de antigas aldeias e cemitérios, não foram completamente destruídos e podem ser claramente identificados tanto no terreno como em registros fotográficos e imagens de satélite.

Nas imagens do Projeto Hexagon examinadas na primeira parte deste relatório foram identificados três indícios fortes de aldeias antigas na região de Marãiwatsédé (**Mapa 6**). Seguindo essa primeira análise, investigamos imagens de um projeto de mapeamento aerofotográfico realizado entre 1966 e 1969 pela Força Aérea dos Estados Unidos (Usaf) em parceria com a Força Aérea Brasileira (FAB). As imagens desse arquivo são particularmente importantes para esta investigação por dois motivos: em primeiro lugar, pela data em que foram registradas, no mesmo momento em que as comunidades Xavante foram deportadas nos aviões da FAB; em segundo lugar, por sua resolução bem definida, que permite confirmar que as três marcas em forma de arco identificadas nas imagens de satélite da missão Hexagon são, de fato, traços arqueológicos de antigos assentamentos indígenas.

Os vestígios identificados correspondem a três aldeias: Bö'u e Ubdönho'u, os dois assentamentos mais antigos de Marãiwatsédé; e Tsinõ, construída em 1962-1963, quando os Xavante são compelidos a deslocar-se para a sede da Suiá-Missu. Nessa terceira imagem, é possível observar que o complexo arquitetônico da fazenda estava em plena construção, de modo que muito provavelmente esses registros foram feitos logo no início da missão de mapeamento da Usaf/FAB (**Mapa 17**). Nota-se também que a pista de avião e as estradas de acesso à fazenda já estavam concluídas, e que uma vasta área havia sido desmatada. Um caminho retilíneo conecta a sede da fazenda à aldeia, que parece estar completamente abandonada nesse momento, sua presença reduzindo-se a uma grande clareira, e aparentemente nenhuma casa. Trata-se, portanto, de uma fotografia do momento imediatamente posterior à remoção de agosto de 1966 ou imediatamente antes, quando os Xavante ainda viviam no Tapirapé. Neste sentido essa imagem é um documento histórico do próprio ato de remoção.

Os vestígios de Ubdönho'u são ainda mais nítidos, provavelmente por ser uma aldeia muito mais antiga (**Mapa 16**). Situada na margem esquerda do Córrego Três Pontes, subafluente do Rio Xavantinho, Ubdönho'u foi construída estrategicamente em uma área fechada por braços de mata e riachos, portanto com fartos recursos e bem protegida. Na imagem identifica-se a disposição em arco das casas marcada por uma faixa mais clara, em que a vegetação ainda não havia crescido. Uma pequena clareira no centro desse semicírculo indica o espaço do *warã*, o fórum político da aldeia, e o tradicional caminho *böbödi* para o curso d'água que também está praticamente intacto.

Alguns quilômetros abaixo, na margem oposta do Córrego Três Pontes, encontram-se vestígios da grande Aldeia Bö'u (**Mapa 15**). Assim

como Ubdönho'u, a “aldeia-mãe” de Marãiwatsédé foi construída em lugar protegido por grandes braços de mata de galeria, mas seu tamanho é significativamente maior, cobrindo um diâmetro de cerca de 260 metros. O espaço do *warã* também pode ser identificado no centro da aldeia, enquanto o semicírculo periférico foi tomado pela vegetação, mas sua forma ainda se mantém perfeitamente geométrica. Uma mancha mais clara situada logo atrás do arco indica o local do cemitério; o *böbödi* é notavelmente largo; e inúmeros caminhos irradiam do centro da aldeia para várias direções. Esses caminhos ainda estão bastante preservados em estado de terra batida, o que leva à conclusão de que continuavam a ser utilizados até esse momento. De fato, conforme narrado pelos anciãos, mesmo depois da transferência para Tsinõ, os Xavante continuavam a visitar Bö'u, Ubdönho'u e outros antigos assentamentos. Nota-se ainda que, a sudeste de Bö'u, também é possível identificar uma pequena formação de casas configurando outra aldeia menor. As características desses vestígios sugerem, portanto, que esses lugares haviam sido recentemente abandonados quando essas fotografias foram feitas pela Usaf/FAB.

Em paralelo à análise das imagens aerofotográficas, esta investigação realizou uma série de expedições de campo com anciãos de Marãiwatsédé para mapear e documentar os sítios dessas antigas aldeias. Policarpo Waire Tserenhorã, Dario Tserewhorã e Marcelo Abaré, os anciãos que nos guiaram, foram guerreiros acostumados a liderar suas comunidades em grandes deslocamentos *zömori* e *hömono* por toda a região de Marãiwatsédé, de modo que detêm um conhecimento muito sofisticado dessas terras e de sua história. Esse conhecimento singular que os Xavante possuem sobre o território foi documentado por diferentes estudos etnográficos, como ilustra, por exemplo, este episódio narrado por Maybury-Lewis:

No seu cerrado monótono, onde eu não conseguia distinguir um arbusto ou uma moita e onde eu quase sempre tinha a impressão de ter passado por um determinado capão de mata apenas alguns momentos antes, os Xavante se lembram o lugar exato em que há vários meses ou estações um animal fora morto e narram detalhadamente todas as circunstâncias da caçada.¹⁴⁶

O que para os olhos do antropólogo se apresentava como uma paisagem amorfa e homogênea, os Xavante identificavam como lugares específicos, saturados de história e memória. No caso das expedições conduzidas por esta investigação, mesmo com a desfiguração dramática da paisagem de Marãiwatsédé devido ao desmatamento, os anciãos identificaram vários sítios arqueológicos, e durante o trajeto chegaram inclusive a lembrar-se de lugares onde houve episódios de conflito com brancos e massacres indígenas. As localidades das aldeias Tsinõ, Ubdõnho'u e Bö'u, indicadas pelos anciãos e visitadas pela equipe de mapeamento, condizem precisamente com os pontos geográficos dos vestígios registrados nas fotografias da Usaf/FAB. Além disso, em campo foi possível constatar que os sítios dessas antigas aldeias podem ser identificados por meio de certos arranjos botânicos e composições de espécies de árvores e plantas associadas à ocupação tradicional A'uwe.

As três áreas documentadas *in loco* – Bö'u, Ubdõnho'u e Tsinõ – apresentam aspecto semelhante muito marcante devido à presença de formações vegetais que cresceram seguindo a forma em arco da antiga aldeia. A geometria precisa dessas formações, que

146 MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 77.



inclui árvores de médio e grande porte, bem como sua constituição botânica, que registra em grande frequência espécies importantes para os Xavante (especialmente o pequi – *Caryocar brasiliensis*), faz com que se destaquem claramente de seu entorno. Desse modo, revelam a origem antropogênica dessas formações, isto é, demonstram que esses arranjos de árvores, palmeiras e outras plantas são produto de longos ciclos de ações humanas sobre o meio ambiente realizados pela ocupação da antiga aldeia.

Nos casos de Tsinõ e Ubdõho'u, aldeias menores que Bö'u, nota-se a presença de um cinturão de árvores com alta incidência de pequizeiros descrevendo um semicírculo. Ambos os sítios foram significativamente danificados pelo desmatamento e pela presença de gado sobre o terreno, mas, ainda assim, é possível identificar a geometria das antigas aldeias por meio da forma pela qual as árvores estão distribuídas no espaço. As “ruínas” de Bö'u são ainda mais expressivas, formadas por uma mata densa e fechada que ocupou toda a extensão da grande aldeia. Essa formação florestal

Imagem 30.
Mapeamento das
antigas aldeias em
campo (dez. 2016).

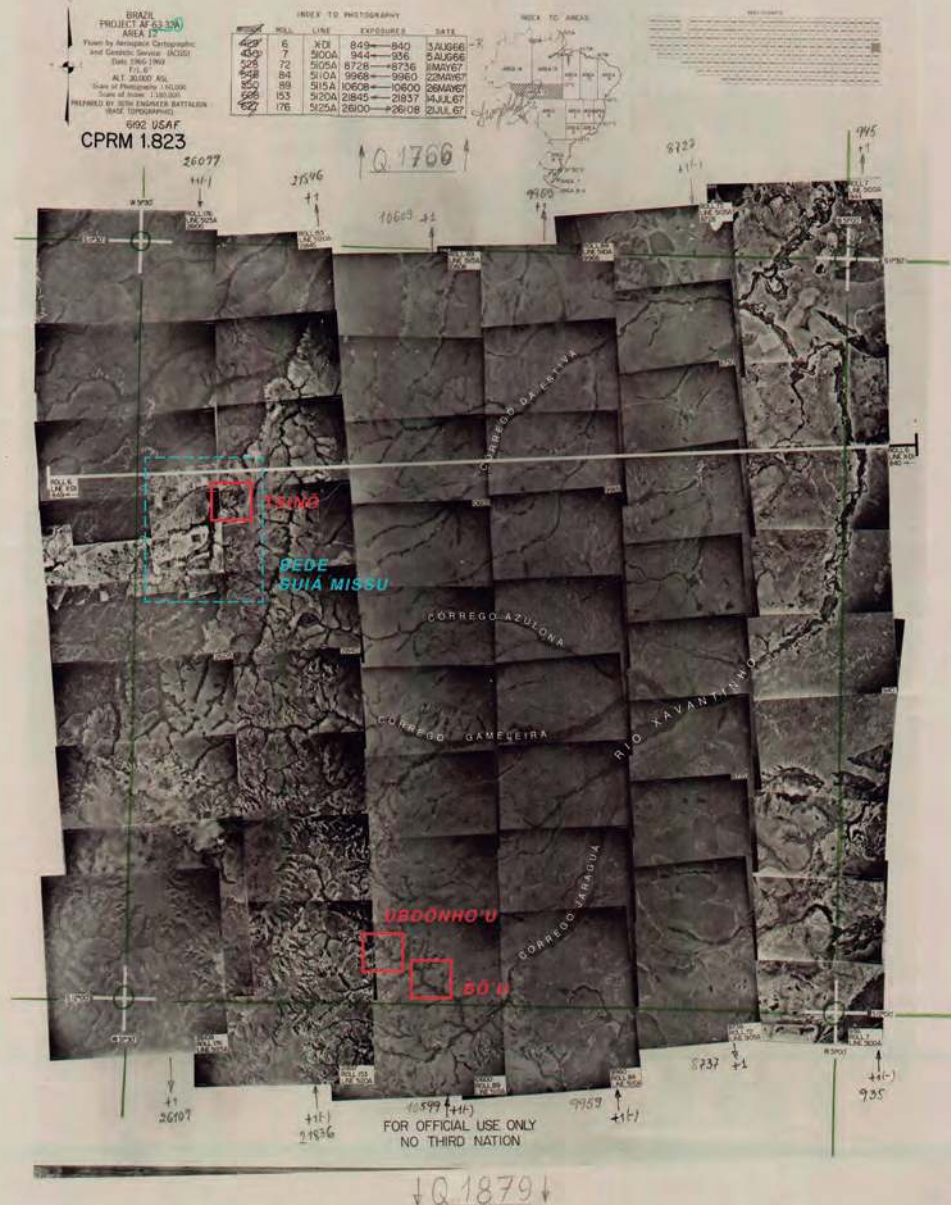
também se destaca nitidamente dos campos cerrados a seu redor por sua forma circular e pelo porte volumoso de sua massa vegetal, bem como pelo tipo de solo encontrado na área e pela presença de certas espécies de plantas e árvores. Nota-se que tanto o cemitério como a aldeia menor que aparecem na aerofotografia de 1966 também podem ser identificados por meio de formações botânicas que se destacam claramente na paisagem.

An aerial photograph of a dry, cracked landscape, possibly a salt flat or a desert. The image is overlaid with a grid of dark squares. Several small labels are visible on the grid: '26105' and '21840' in the lower-left quadrant, and '10000' and '10000' in the upper-right quadrant. In the bottom-left corner, there is a small crosshair and the text '12°00'.

**Identificação de vestígios de antigas aldeias
Xavante em Marãiwatsédé por meio da análise
de imagens do mapeamento “Brazil Project”
(Usaf/FAB, 1966-1969)**

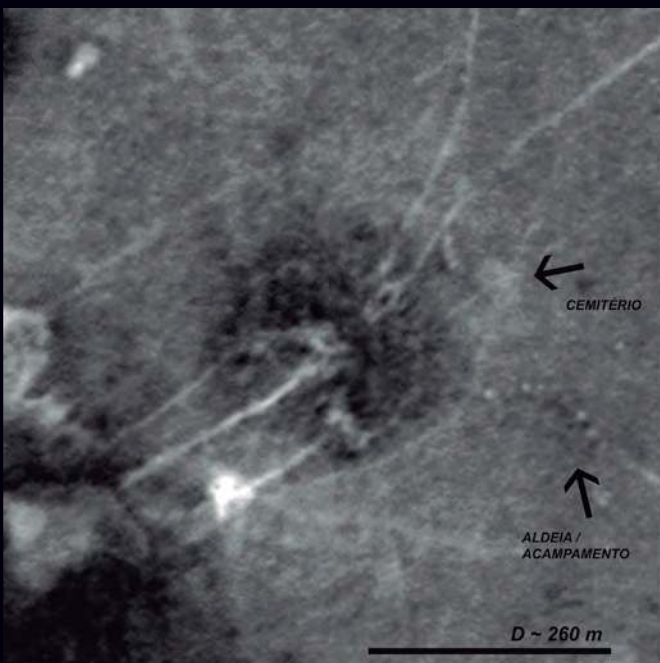
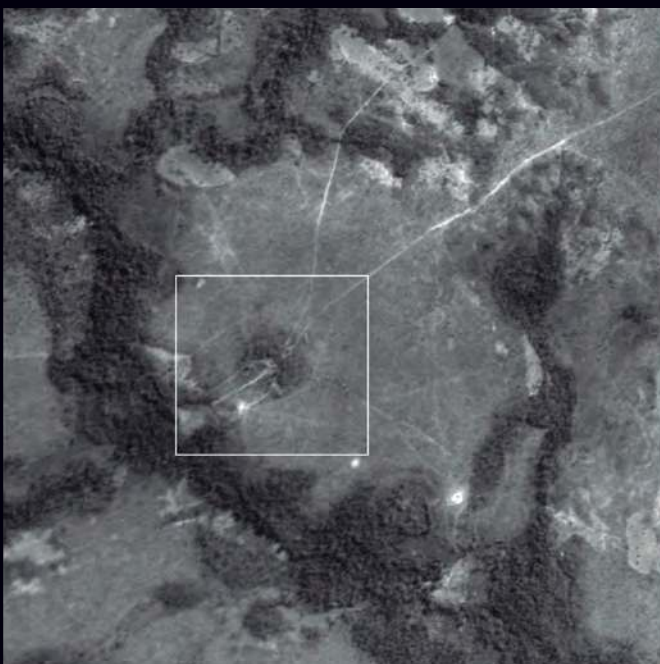
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E COMUNICAÇÕES
DIRETORIA DE SERVIÇO GEOGRÁFICO

FOR OFFICIAL USE ONLY
NO THIRD NATION



Index Fotográfico "Projeto Brasil" 1966-1969

Identificação das aldeias Bô'u, Ubdonhô'u e Tsinô na região do Rio Xavantinho



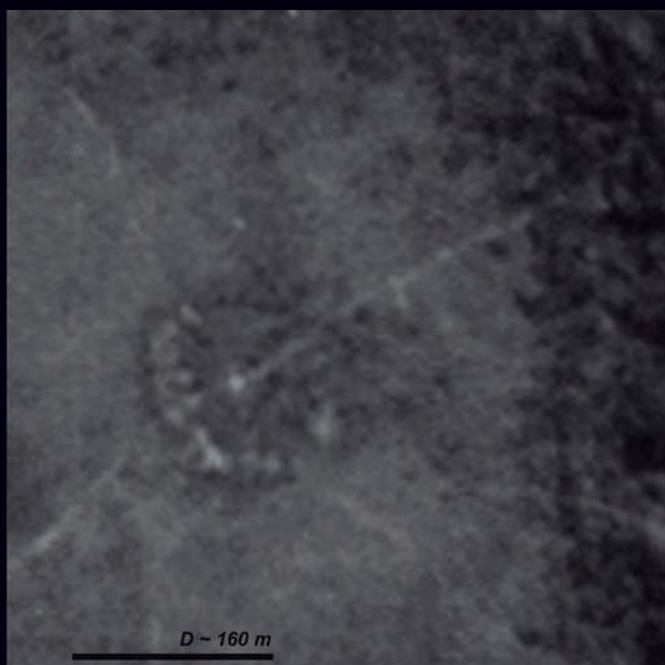
Aldeia Bö'u

“Aldeia-mãe”, centro político e cultural do território ancestral de Marãiwatsédé

Uma formação florestal densa ocupa todo o sítio circular da antiga grande aldeia

11°58'31.73"S 51°18'42.55"W



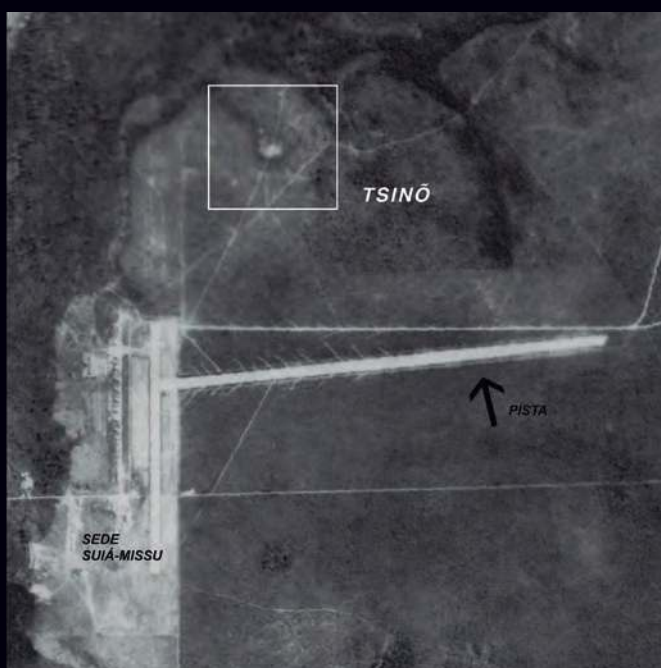


Aldeia Ubdönho'u

Aldeia satélite de Bõ'u. Formações botânicas no sítio da antiga aldeia

11°56'26.40"S 51°21'11.82"W





Aldeia Tsinô

Última aldeia de Marãiwatsédé, construída próximo à sede da Fazenda Suiá-Missu. Note que ainda é possível identificar a pista de avião de onde os Xavante foram deportados em 1966

11°56'26.40"S 51°21'11.82"W



Formação botânica em forma de arco indicando o sítio da antiga aldeia



Imagem 31.
Formação de árvores
no sítio arqueológico
da Aldeia Tsinõ.

Conforme descrito anteriormente, os Xavante de Marãiwat-sédé reconhecem vários outros sítios arqueológicos de antigas aldeias, cemitérios, e acampamentos como Tsé, Udzurãiwawé, Tsuparadzaidi, Ététsimã'rã, Ire'pa, Mönipá, Wede'ömo're, É'ntépô, Tsib'tômo'tsé, No'rote'pehöi'rã, Etêwawê, entre possíveis outros ainda não mapeados. Nossa investigação limitou-se a documentar apenas os locais de Bö'u, Ubdönho'u e Tsinõ, e o fez apenas de maneira inicial, sem contar com estudos arqueológicos e botânicos mais aprofundados. As extraordinárias evidências encontradas mostram que é necessário estender o trabalho de mapeamento do patrimônio arqueológico dos Xavante para todos os outros sítios, e que outros estudos científicos deveriam ser realizados.

Os sítios de antigas aldeias e acampamentos são muito apreciados pelos Xavante não apenas pelas memórias afetivas associadas a

esses lugares, mas também por suas características ambientais, fruto da ocupação indígena ancestral desses territórios. À parte questões de ordem sociopolítica e cultural, a escolha de determinado lugar para o estabelecimento de um assentamento fixo ou temporário está diretamente associada à qualidade de recursos naturais que esse sítio pode oferecer à comunidade, de modo que as aldeias do período pré-pacificação estão localizadas em zonas de grande concentração de caça e plantas tradicionalmente utilizadas pelos Xavante. Além disso, estudos arqueológicos e etnográficos mostram que, depois de abandonados, os sítios de antigas aldeias tendem a ser tomados por um tipo de vegetação que concentra espécies úteis e comestíveis, formando um grande “pomar” ou “jardim” que continua a ser visitado, manipulado e utilizado pelas comunidades indígenas. Por sua composição botânica, abundante em frutíferas, esses lugares também tendem a atrair animais de caça muito apreciados, como o caititu. Dessa forma, aldeias que por alguma razão tivessem sido abandonadas na verdade continuavam sendo habitadas, constituindo um nó vivo dentro da rede mais ampla de aldeias e acampamentos.

Nas terras indígenas xavante de Pimentel Barbosa e Wedezé, em que existem vários lugares de antigas aldeias e acampamentos preservados, esse processo de habitação cíclica e contínua de sítios históricos é verificado até os dias de hoje. Conforme descrito no estudo de demarcação da T.I. Wedezé:

Esses sítios de acampamentos continuam a ser reconhecidos pelos Xavante de Wedezé e Pimentel Barbosa, uma vez que eles os visitam por ocasião de caçadas, pescarias e expedições de coleta. Assim como esses sítios foram valorizados no

passado pelos seus recursos naturais, continuam a sê-lo nos dias de hoje.¹⁴⁷

Os Xavante de Marãiwatsédé estão hoje impedidos de acessar importantes sítios de antigas aldeias e cemitérios, como Bö'u, Ubdönho'u e Tsinõ, além de muitos outros, porque grande parte de seu patrimônio arqueológico se encontra fora dos limites da T.I., reconhecidos atualmente. Em uma das expedições de campo, tentamos identificar vestígios da antiga Aldeia Tsé, na região do Rio Tapirapé, mas nenhuma evidência clara de sua presença na paisagem foi encontrada. Essa área, assim como grande parte do território originário de Marãiwatsédé, foi devastada pela expansão de grandes latifúndios, de modo que, assim como Tsé, outros sítios arqueológicos de Marãiwatsédé provavelmente já foram destruídos. Os que permanecem relativamente preservados estão sob sério risco de desaparecer por completo, uma vez que não estão sob domínio indígena e não contam com qualquer proteção patrimonial oficial.

O Legado da Violência

A demarcação inconclusa e a destruição ambiental da T.I. Marãiwatsédé

O longo processo de deslocamentos compulsórios, remoções forçadas e violência física ao qual foi submetido o povo Xavante de Marãiwatsédé levou-os à beira do extermínio e causou a desarticulação quase completa do grupo. Após a devastadora epidemia de sarampo que se seguiu à operação de remoção, a comunidade de Marãiwatsédé encontrava-se extremamente debilitada

147 WELCH *et al.*, 2014, p. 180.

e traumatizada, lideranças e anciãos haviam morrido, e desse modo laços de coesão social e unidade política foram fraturados. Durante as primeiras duas décadas de exílio, os Xavante de Marãiwatsédé passam por um processo de fragmentação e dispersão geográfica, dividindo-se em vários grupos menores que se espalham por diferentes aldeias nas terras indígenas São Marcos, Parabubure e Areões. Em 1984 parte da população se reagrupa na T.I. Pimentel Barbosa, onde fundam a Aldeia Água Branca, e a partir de então passam por um processo de reorganização política e identitária que, dez anos depois, culmina na conquista do direito ao retorno a suas terras ancestrais.¹⁴⁸

Com a consagração dos direitos dos povos originários na Constituição de 1988, bem como com a difusão da nova agenda ambientalista, a causa indígena ganha grande visibilidade nos anos 1980 e 1990. Esse contexto potencializa a luta dos Xavante de Marãiwatsédé, que, nessa época, torna-se um caso de abrangência internacional. Assim, no início de 1992, após anos de mobilização indígena, a Funai instaura um grupo de trabalho para identificação das terras Xavante nessa região. Nesse momento, apenas metade da população de Marãiwatsédé vivia na Aldeia Água Branca em Pimentel Barbosa, enquanto a outra parte continuava dispersa por outras aldeias em diferentes reservas, totalizando cerca de 700 pessoas. Sob a coordenação das antropólogas Patrícia de Mendonça Rodrigues e Iara Ferraz, o grupo de identificação realizou extensiva investigação de depoimentos, arquivos e mapeamentos de campo. Com base nesse inventário documental e cartográfico, o relatório final estabelece uma área total de 200 mil hectares para a T.I.

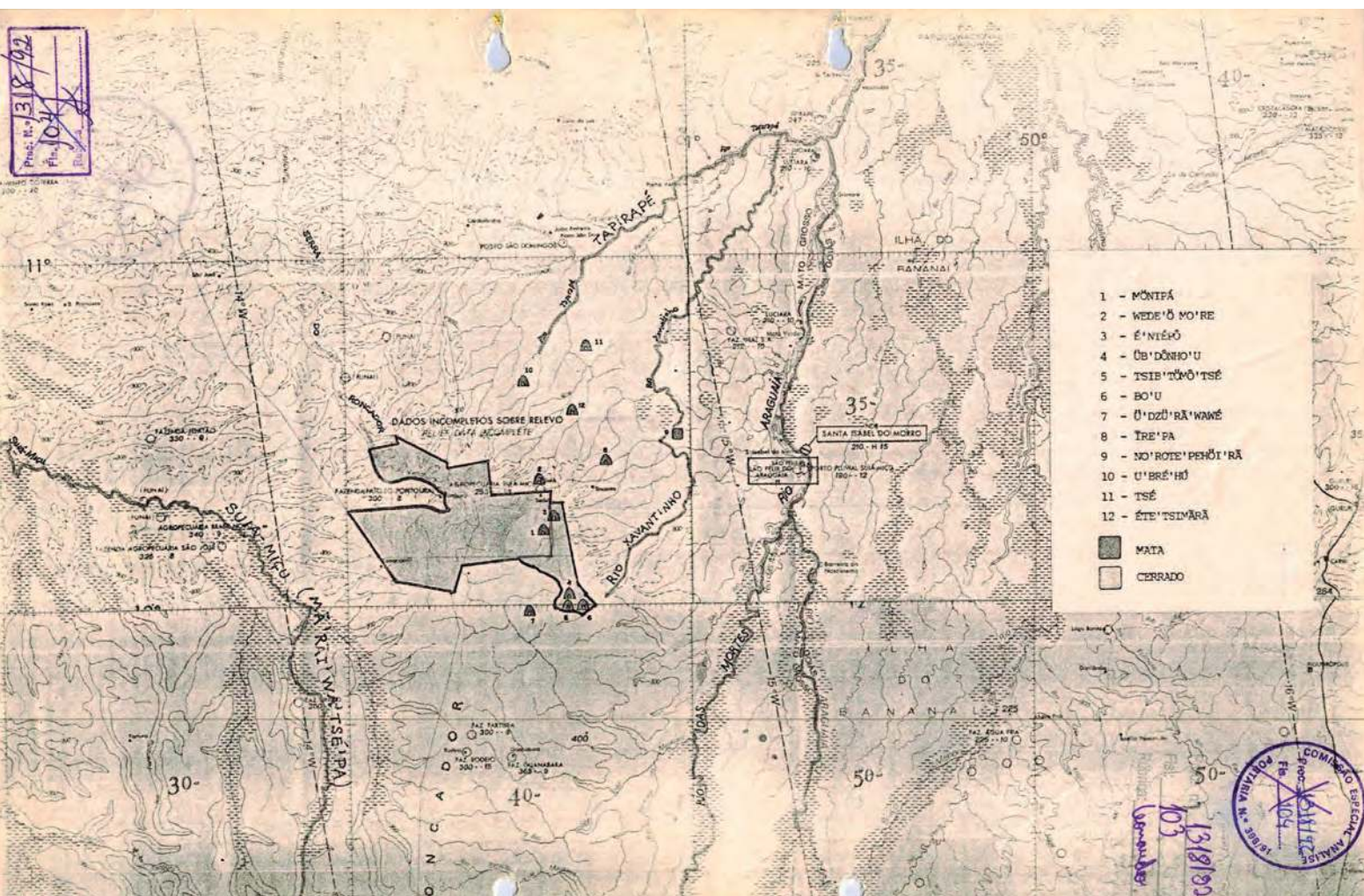
148 RODRIGUES; FERRAZ, 1992. Em linhas gerais, a trajetória dos Xavante de Marãiwatsédé pode ser resumida segundo a seguinte periodização: São Marcos (1966-1972); Couto Magalhães (1972-1982); Areões (1982-1984); Pimentel Barbosa (1984-2004).

Marãiwatsédé, distribuídos conforme o mapa original reproduzido na **Imagem 33**.

O tamanho reduzido da área em relação ao território tradicionalmente ocupado pelos A'uwe, bem como a geometria recortada e irregular que define seus limites, é resultado dos diversos fatores e contingências que influenciaram o desenho final da T.I. Marãiwatsédé no processo de 1992. Nessa época a ocupação da região por populações não indígenas estava bastante consolidada. Durante os anos 1970, o Estado iniciou a implementação de uma série de programas de colonização dirigida no nordeste de Mato Grosso que envolvia a construção de rodovias, o fomento à migração e a implementação de núcleos urbanos. Novos assentamentos rurais e povoados como Alto Boa Vista, Ribeirão Cascaheira e Água Boa cresceram rapidamente, e vastas extensões de floresta e cerrado foram devastadas. Logo uma boa parte do território tradicional xavante se encontrava transformado de maneira praticamente irreparável para sustentar o modo de vida indígena em sua íntima dependência à terra. Por outro lado, paradoxalmente, a existência de um empreendimento do porte da Fazenda Suiá-Missu, que nesse momento já havia sido consideravelmente desmembrada, contribuiu para preservar grandes áreas de mata e cerrado na região, uma vez que serviu para conter o parcelamento desenfreado do solo que ocorreu em áreas circunvizinhas. Dos 232 mil hectares que estavam sob a propriedade da fazenda em 1992, cerca de 129 mil hectares ainda não haviam sido desmatados.¹⁴⁹

O relatório final dos trabalhos de identificação argumenta que o desenho dos limites da T.I. Marãiwatsédé teve que ser adaptado a esses múltiplos vetores e “levar em conta a realidade de fato da

149 RODRIGUES; FERRAZ, 1992, p. 71.



área”, buscando equacionar as demandas da posse ancestral indígena e a sustentabilidade física e cultural das comunidades com a situação fundiária e ambiental da região em 1992.¹⁵⁰ Além disso, considerar a “realidade de fato da área” nesse momento também significava agir estrategicamente frente a poderes políticos e econômicos que eram declaradamente contra a restituição territorial dos Xavante.

O tamanho agigantado da Fazenda Suiá-Missu, que mesmo reduzida abarcava área desproporcional para um latifúndio rural, criava um contexto favorável para a devolução de uma grande parcela de

Imagem 32. Mapa de sítios arqueológicos em Marãiwatsédé feito em 1992 pela antropóloga Patrícia de Mendonça Rodrigues para o parecer técnico de identificação da T.I. pela Funai.

150 *Idem, ibidem*, p. 72.

terra aos indígenas sem mais complicações jurídicas e sociais, principalmente porque o único proprietário da fazenda nesse momento, a megacorporação estatal italiana Agip, estava sob forte pressão pública internacional para devolver a terra aos Xavante.¹⁵¹ Decidiu-se então definir os limites da T.I. incorporando toda a área da fazenda que ainda não havia sido desmatada e algumas zonas de antigos pastos que estavam em recuperação. Essas terras se situavam principalmente no centro e no lado ocidental da fazenda, região em que predominam formações florestais, mas não de maneira contínua. O desenho recortado da parte noroeste da T.I. Marãiwatsédé, região conhecida como “Cabeça do Cachorro” por sua forma inusitada, é resultado dessa premissa que buscava assegurar aos Xavante a posse das áreas mais ambientalmente conservadas, e, portanto, mais adequadas ao modo de vida indígena, em meio a uma zona retalhada por pastagens.

Outro fator central que orientou os trabalhos de identificação foi o objetivo de localizar e incluir nos limites da terra indígena alguns dos sítios arqueológicos e culturais dos Xavante encontrados na região. O trabalho de documentação desses sítios foi realizado por uma equipe de pesquisadores indígenas e não indígenas durante mais de dez dias de expedições de campo, resultando no primeiro mapeamento do complexo de antigas aldeias de Marãiwatsédé (**Imagem 32**). A maior parte do patrimônio identificado, no entanto, ficou fora dos limites da T.I. devido ao complexo contexto de ocupação da região. Conforme explicado no relatório:

151 Em 1989, uma campanha internacional chamada Norte-Sul, em colaboração com a ONG brasileira Centro de Trabalho Indigenista, realizou extensivo levantamento dos investimentos de empresas italianas no Brasil. O documento que resultou desse processo, *Brasil: responsabilidades italianas na Amazônia*, trazia um dossiê sobre o caso da Fazenda Suiá-Missu, que a partir dos anos 1970 passou a pertencer à estatal italiana Agip. Essa campanha provocou um lobby de parlamentares italianos pela restituição das terras aos Xavante. Ver: FUNAI. **Parecer nº 09/DID/DAF/92**. Brasília, 2 jul. 1992. (Assinado por: Artur Nobre Mendes, chefe da DID/DAF).

Procurou-se definir uma área em que os sítios culturais importantes, com os quais os Xavante mantêm ainda forte ligação, fossem incluídos dentro dos limites. *A intenção desses, inclusive, é retornar para o mesmo local de certas aldeias antigas de especial importância, como Bö'u.* Mesmo assim, algumas aldeias e cemitérios antigos foram deixados de fora dos limites pelos Xavante, após constatarem a situação atual de ocupação da área por não-índios.¹⁵²

Frente às limitações que se apresentavam naquele momento, quando seria impossível delimitar uma área que incluísse todos os sítios identificados, e uma iniciativa nesse sentido poderia inclusive prejudicar o processo de demarcação, optou-se por assegurar a posse indígena da região central e mais antiga do território originário de Marãiwatsédé, onde estão localizados importantes sítios de antigas aldeias e acampamentos como Bö'u, Ubdönho'u, Mönipá e outros. Assim, junto aos 168 mil hectares reclamados da Fazenda Suiá-Missu, foram incorporados mais 32 mil hectares na região das cabeceiras do Rio Xavantinho e seus afluentes, área em que predominam formações de cerrado muito apreciadas pelos Xavante. Praticamente todo esse grande braço de terra, que forma a parte sudeste da reserva conforme originalmente delimitada em 1992, estava fora da fazenda e era ocupada por pequenos proprietários há mais de duas décadas. A forma estreita dessa parte da T.I., que mal protege o perímetro dos sítios arqueológicos das antigas aldeias, bem como o desenho sinuoso de seus limites, é reflexo do estado avançado da ocupação não indígena dessa área, que era bem mais densa do que no lado ocidental da Fazenda Suiá-Missu.

152 RODRIGUES; FERRAZ, 1992, p. 70.

Alguns meses depois da conclusão dos trabalhos de identificação, na ocasião da Conferência Mundial do Meio Ambiente das Nações Unidas sediada no Rio de Janeiro em junho de 1992, a Agip comprometeu-se publicamente a restituir a fazenda aos Xavante mediante o reconhecimento oficial da terra indígena pelo governo brasileiro.¹⁵³ Após esse anúncio, políticos e grandes fazendeiros da região de São Félix do Araguaia mobilizaram a população local para realizar uma invasão em massa da fazenda com o objetivo de impedir o retorno dos Xavante. Esse evento foi documentado em detalhes pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI) por meio de fotos, gravações e relatos que mostram que a invasão foi orquestrada por poderes locais para assegurar o controle das terras indígenas, contando até com mapas para orientar os posseiros no parcelamento do solo.¹⁵⁴

Diante desse cenário, fazia-se urgente concretizar a demarcação. Ao contrário da área da fazenda, a demarcação na região do Rio Xavantinho implicava a desapropriação de dezenas de famílias e, portanto, exigiria a realização de um cadastro fundiário laborioso e demorado. Optou-se, então, por assegurar a posse indígena da fazenda imediatamente, o que significava desmembrar o processo de reconhecimento da T.I. Marãiwatsédé em duas regiões e fases distintas: a primeira compreendendo apenas a área da Suiá-Missu, cuja devolução aos Xavante já havia sido garantida pela Agip; e a segunda envolvendo os 32 mil hectares que estavam fora dos limites da fazenda, onde o processo de demarcação seria mais conflituoso e levaria mais tempo. A racionalidade dessa estratégia é descrita em detalhes em um ofício enviado pelo presidente da Funai ao ministro da Justiça em 29 de julho de 1992:

153 Ver: FUNAI. **Parecer nº 09/DID/DAF/92**. Brasília: 2 jul. 1992.

154 CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA (Iara Ferraz); CAMPANHA NORD-SUD (Mariano Mampieri). **Informe enviado ao Ministro da Justiça e Presidente da Funai**. São Paulo, 26 jun. 1992.

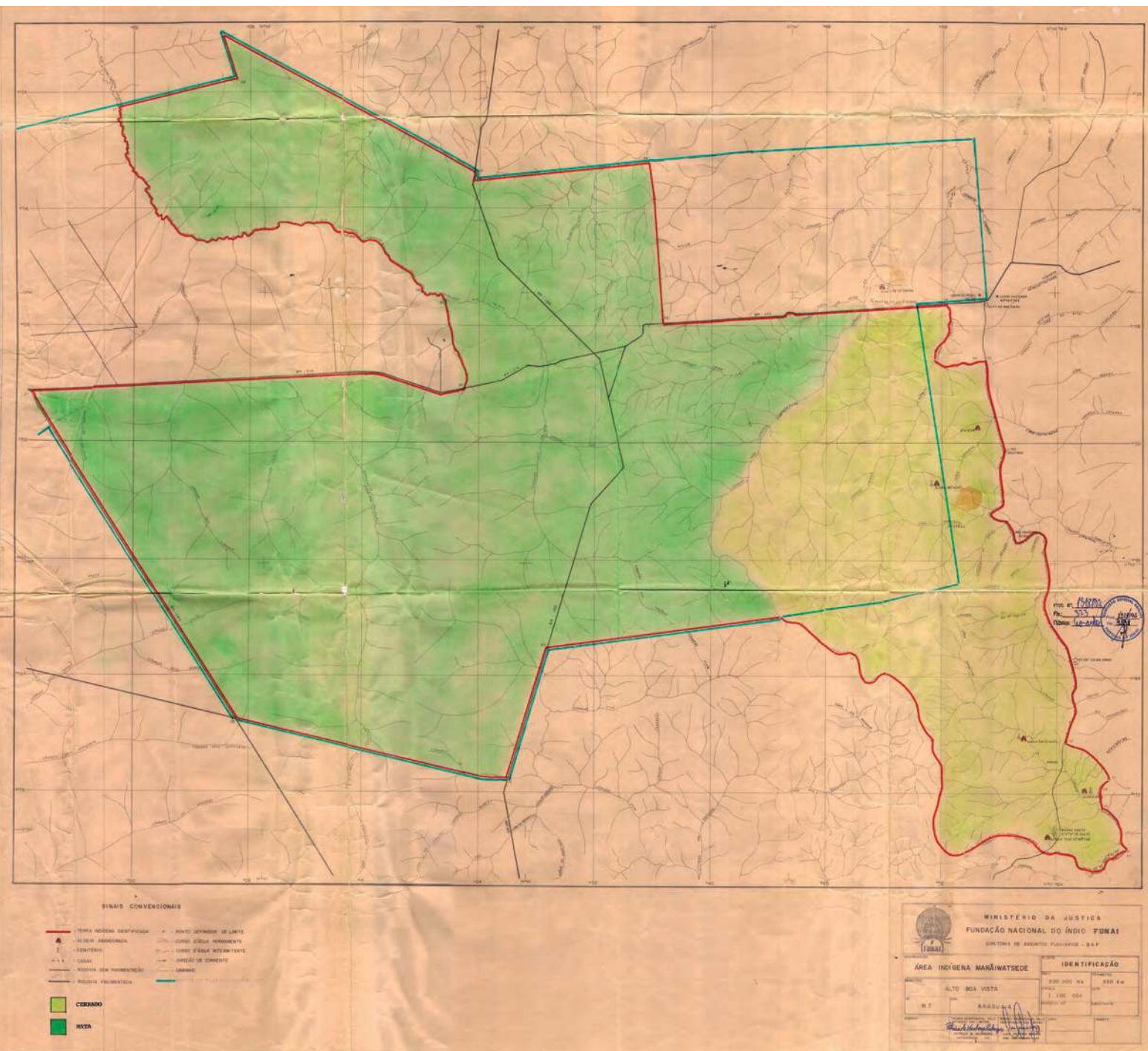


Imagem 33.
Mapa original da
T.I. Marãiwatsédé,
conforme
identificação
realizada pela Funai
em 1992.



MAZIM mostra o mapa
DA FAZENDA E DA INVA
SAO.
POSTO DA MATA
FAZ. SUIÁ MISSU (MT)
20.06.92

Imagem 34.
Um dos
participantes da
invasão da T.I.
Marãiwatsédé em
1992 mostra o mapa
que orientou a ação
(documentado pelo
Centro de Trabalho
Indigenista)

Tenho a honra de encaminhar a V. Excia. a minuta da portaria declaratória da área Indígena Marãiwatsédé, de ocupação tradicional Xavante que de lá foram removidos em 1962.

A área Marãiwatsédé foi identificada este ano pela FUNAI com superfície de 200 mil hectares, dos quais 168 mil ou 84% constituem terras que vieram a ser ocupadas pela fazenda Suiá-Missu, atualmente em poder da empresa estatal italiana AGIP Petroli. [...] Os restantes 32 mil hectares constituem importantes sítios históricos para os Xavantes, como o lugar da aldeia original do grupo, antes da chegada do homem branco. Nesse espaço observa-se a presença de algumas dezenas de ocupantes, pequenos lavradores e criadores cujo levantamento não pode ser concluído à época da identificação dada às condições climáticas de então.

Estava a FUNAI no aguardo de que as condições de acesso melhorassem a fim de concluir o levantamento ocupacional, e só então encaminhar o processo para análise de V. Excia., conforme reza o Decreto n. 22, de 04 de fevereiro de 1991. Acontece que, com o avançar das negociações entre a FUNAI e a AGIP, tendo alguns diretores desta declarado à imprensa,

durante convenção da Rio-92, que a empresa iria restituir o domínio da área aos Xavantes, iniciou-se na região um movimento articulado por políticos locais, muito especialmente o prefeito de São Félix do Araguaia, visando impedir a todo custo o retorno dos índios àquele município. Nesse sentido, no mês de junho último, cerca de 200 famílias, a maioria delas com residência em São Félix do Araguaia, invadiram a fazenda com a conivência de seus administradores locais.

Diante disso e face a gravidade da situação gerada, que tende a piorar caso se iniciem os desmatamentos e as queimadas na área, a FUNAI optou por desmembrar o processo referente ao reconhecimento da T.I. Marãiwatsédé, antecipando o encaminhamento da parte coincidente com a fazenda onde é desnecessário a realização de levantamento ocupacional, uma vez que as recentes ocupações caracterizam-se pela mais absoluta má fé. *Os restantes 32 mil hectares serão encaminhados assim que forem concluídos os estudos fundiários pertinentes.*¹⁵⁵

A T.I. Marãiwatsédé foi reconhecida em 1993 e homologada em 1998, seis anos após a conclusão do processo de identificação.¹⁵⁶ Seguindo a estratégia delineada acima, a demarcação restringiu-se às terras que pertenciam à Fazenda Suiá-Missu, englobando o total de 165 mil hectares. Toda a área identificada na região do Rio Xavantinho ficou fora dos limites da reserva e até hoje não foi reconhecida oficialmente. Tampouco existem indicativos de que o

Imagem 35.
Propaganda do leilão das terras da Fazenda Suiá-Missu que seria realizado em 1992.



155 FUNAI. **Ofício nº374/PRESI**. Brasília, 20 jul. 1992.

156 A T.I. Marãiwatsédé foi reconhecida pela Portaria Declaratória nº 363, de 30 set. 1993, e homologada por decreto em 11 dez. 1998.



Desmatamento na T.I. Marãiwatsédé

1992-2009

-  Sítios Arqueológicos
-  Aldeias atuais
-  T.I. Marãiwatsédé (área regularizada)
-  T.I. Marãiwatsédé (área não demarcada)

Estado esteja disposto a completar a segunda etapa da demarcação conforme previsto pela Funai em 1992. Sendo assim, a região de maior importância histórica e cultural do território originário de Marãiwatsédé, onde se encontram os sítios de suas antigas aldeias e cemitérios mais significativos, continua inacessível às comunidades Xavante.

O retorno para Marãiwatsédé ocorre somente em 2004, quando um grupo liderado pelo cacique Damião Paridzané decide retomar o território mesmo com a presença não indígena e passa a ocupar uma pequena porção da área homologada. Por essa época a invasão iniciada em 1992 havia se expandido de forma descontrolada. A região central da antiga Fazenda Suiá-Missu, lugar conhecido como Posto da Mata, havia se transformado em um pequeno povoado, enquanto cerca de 90% da área da T.I. estava ocupada por fazendeiros e posseiros.¹⁵⁷ Apenas em 2013, nove anos depois da retomada xavante, é que o processo de devolução da terra aos indígenas é efetivamente concretizado com a desintrusão da área. Fruto da inércia do Estado em atuar para proteger os direitos territoriais dos Xavante, o processo de desintrusão foi extremamente traumático para a região e deixou um legado de violência e discriminação contra os indígenas por parte da sociedade envolvente. Além disso, a ocupação ilegal da T.I. Marãiwatsédé também deixou um legado de destruição ambiental cujos efeitos ainda perduram.

Entre 1992 e 2013, durante os mais de 20 anos que separam os eventos da invasão e desintrusão, o rápido crescimento da

157 GLOBO AMAZÔNIA. **ONG avalia desmatamento irregular e avanço de soja sobre terras indígenas em Mato Grosso.** 4 nov. 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/ong-avalia-des-matamento-irregular-avanco-de-soja-sobre-terras-indigenas-em-mato-grosso-2948797#i-xzz4tX9urk6R>.

ocupação não indígena na área da reserva foi responsável pelos mais altos índices de desmatamento na Amazônia. De acordo com estudos realizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), até 2011 mais de 70% da vegetação nativa dentro da área demarcada havia sido devastada, fazendo de Marãiwatsédé uma das terras indígenas mais degradadas do Brasil.¹⁵⁸ O **Mapa 18** traz uma análise da evolução espacial do desmatamento no intervalo entre esses dois momentos: 1992, quando a T.I. é identificada e se inicia a invasão; e 2013, quando a operação de desintrusão é realizada. Ele mostra que a devastação ambiental em Marãiwatsédé decorre diretamente da ocupação ilegal da reserva por mais de duas décadas, e que, portanto, também é fruto da completa omissão do Estado frente a esse processo.

A exploração ilegal de madeira, associada à expansão de plantações mecanizadas e grandes pastagens, transformou drasticamente o território de Marãiwatsédé, gerando impactos ambientais com consequências sociais severas. A insuficiência de recursos naturais de caça e coleta em razão da degradação ecológica afeta não apenas a segurança alimentar das comunidades indígenas, mas também prejudica suas práticas culturais, científicas e espirituais, uma vez que já não se encontram certas espécies de plantas e animais utilizadas para fabricar artefatos e medicinas.

Outra consequência significativa do desmatamento em larga escala é que o território de Marãiwatsédé tornou-se extremamente vulnerável a secas e queimadas, o que acaba impedindo a regeneração da vegetação. Muitas queimadas são geradas propositalmente e de forma criminosa para coagir a população

158 CARVALHO; Cleide. Mesmo regularizadas, terras indígenas motivam conflitos. **O Globo**, 29 dez. 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/mesmo-regularizadas-terras-indigenas-motivam-conflitos-7161412#ixzz4thANq6K2>.

Imagem 36.
Divisa norte da T.I.
Marãiwatsédé. Do lado
esquerdo da rodovia,
onde está a terra
indígena, vemos antigos
pastos degradados em
recuperação; do lado
direito, observa-se uma
grande plantação de soja.



indígena.¹⁵⁹ Nas expedições de campo foram encontradas várias evidências de queimadas criminosas (**Imagem 37**), principalmente na parte oriental da T.I. Também se verificou que praticamente todo o perímetro da reserva está rodeado por grandes latifúndios de soja. Os impactos ambientais inerentes a esse tipo de produção afetam diretamente o bem-estar e a segurança alimentar das comunidades Xavante por causa da contaminação dos solos e cursos d'água com agrotóxicos.

Por fim, a degradação ambiental de Marãiwatsédé é agravada pelo fato de que a área já regularizada se encontra dividida em duas partes pela Rodovia BR-158. Planejada em meados dos anos 1960, logo no início do regime militar, a BR-158 fazia parte das estratégias de ocupação da Amazônia implementadas nesse período. O processo de remoção forçada dos Xavante operacionalizado pela FAB em 1966 está diretamente associado ao plano dos militares para abrir uma grande via de penetração nessa região. Hoje a BR-158 constitui um dos principais vetores de exportação e expansão da produção de soja no nordeste de Mato Grosso, mantendo intenso fluxo de caminhões pesados constantemente. Sua presença cortando o meio da terra indígena gera vários impactos sociais e ambientais negativos para as comunidades de Marãiwatsédé, incluindo o que tange à segurança da população, uma vez que a estrada facilita a penetração de invasores e operações criminosas de queimadas, desmatamentos, e retirada ilegal de madeira e caça.¹⁶⁰ Devido aos interesses de grandes produtores de soja da região, atualmente existe forte pressão para que a

159 INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Incêndios criminosos impedem regeneração florestal na Terra Indígena Marãiwatsédé (MT)**. Mato Grosso, 6 jan. 2015. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/incendios-criminosos-impedem-regeneracao-florestal-na-terra-indigena-maraiwatsede-mt>.

160 GRACIO, Héber Rogério *et al.* Relatório Final: Complementação dos Estudos Socioambientais da Terra Indígena Marãiwatsédé – BR-158/Trecho: variante leste. fev. 2015.



Imagem 37.
Troncos de árvores carbonizados – evidências de queimadas criminosas – foram localizados no limite sudeste da T.I. Marãiwatsédé, próximo ao Sítio Arqueológico de Tsuparadzaide.



Imagem 38.
Marcas recentes de pneus em uma estrada remota dentro da T.I. Marãiwatsédé. Essas marcas indicam que a terra é constantemente invadida por não indígenas nesta região.



Imagem 39.
Lixo deixado nas margens da BR-158 por caminhoneiros.

Rodovia BR-158 seja asfaltada.¹⁶¹ Repetidas vezes os Xavante se posicionaram contra essas iniciativas e continuam a exigir que a estrada seja retirada de suas terras.

Apesar da reconquista de parte de seu território ancestral, o legado da violência e das violações sofridas pelo povo Xavante de Marãiwatsédé continua vivo por meio de elementos como a BR-158, a contínua degradação ecológica da região por queimadas e desmatamentos criminosos, e a não demarcação da terra indígena tal como originalmente delimitada. O reconhecimento e a reparação dessas comunidades pela violação de seus direitos passam pela revisão desses processos, sem a qual a posse do território indígena não pode ser plena e integral.

161 REPÓRTER MT. **Fávaro defende pavimentação e pedágio de rodovia em terra indígena.** Mato Grosso, 27 de nov. 2016. Disponível em: <http://www.reportermt.com.br/politica/favaro-defende-pavimentacao-e-pedagio-de-rodovia-em-terra-indigena/61658>.

CONCLUSÃO

DESPOSSESSÃO CONTÍNUA

Assim como para outros povos originários, o território tem importância capital no modo de vida dos A'uwe-Xavante e na sua cultura, constituindo a base de todo seu universo cosmológico, social e material. A terra não é apenas fonte de alimento, medicina e recursos naturais; ela é também sustentáculo do mundo simbólico e mítico dos A'uwe, lugar de ancoragem da história, espaço do pertencimento coletivo e receptáculo da memória social. O modo de habitar indígena e a relação estabelecida com o território por meio de suas práticas espaciais são elementos constituintes dessas sociedades, tanto do ponto de vista de sua singularidade cultural como de sua sustentabilidade ecológica, e principalmente pela relação inseparável entre ambos, sociedade e ambiente.

Nesse sentido a remoção do povo Xavante de Marãiwatsédé de suas terras ancestrais deve ser interpretada como um ato de extrema violência, uma vez que significou a expropriação não apenas de um bem material dessa população, mas também das próprias condições e possibilidades de reprodução de sua existência como povo e cultura. A despossessão de seu *habitat* tradicional minou as fundações que davam forma e sentido à existência dessas comunidades enquanto grupo, tanto em sua dimensão sociopolítica como cultural, apartando-lhes não somente dos meios econômicos e biofísicos de sua sobrevivência, mas também de sua história e memória social. Dado o papel estruturante que a terra e o território desempenham no modo de vida dos Xavante, o desenraizamento causado pelos deslocamentos e remoções configurava uma forma de extermínio coletivo, senão efetivamente físico certamente étnico-cultural.

Ao realizar uma “arqueologia” do território A’uwe-Xavante, esta investigação mostrou que o evento da transferência forçada das comunidades de Marãiwatsédé em agosto de 1966 foi o ponto culminante de uma política de Estado que durou décadas e atravessou diferentes regimes de governo, ditatoriais e democráticos, tornando-se notoriamente mais violenta após o golpe militar de 1964. Essa política tinha por objetivo central e declarado remover as comunidades Xavante de suas terras para ocupá-las e explorá-las economicamente. A presença indígena na região da Serra do Roncador, território designado como estratégico pelo Estado, foi caracterizada como uma barreira ao “desenvolvimento nacional” que deveria ser removida para abrir espaço a grandes empreendimentos privados e obras de infraestrutura.

Os deslocamentos populacionais nas décadas de 1950 e 1960 decorrem diretamente das políticas de “ocupação e integração” dos “vazios demográficos”, e foram acompanhados por uma série de iniciativas que visavam transformar o modo nomádico de habitação dos Xavante mediante sua sedentarização no território. Isso ocorre principalmente pela imposição de medidas para cercar o movimento da população indígena e modificar sua relação com a terra ao tentar transformá-los em trabalhadores rurais. Em alguns aspectos essas políticas foram bem-sucedidas, tendo sido responsáveis por erradicar práticas tradicionais que no passado eram fundamentais para a vida Xavante, como as grandes expedições geográficas *zömori* e *hõmono*.

Essas formas de governo da população indígena e as violações que delas decorreram atingiram todos os grupos nas diferentes regiões do território ancestral A’uwe-Xavante, uma vez que, fundamentalmente, foram direcionadas aos A’uwe-Xavante *enquanto grupo*. O caso de Marãiwatsédé foi, no entanto, notoriamente

singular, sobretudo pela intensidade das violações perpetradas contra essas comunidades para expulsá-las de suas aldeias e tomar suas terras.

A perda do *habitat* e os sucessivos deslocamentos compulsórios a que os grupos de Marãiwatsédé foram submetidos, combinados com a completa ausência de ações indigenistas e protecionistas na região, causaram um vertiginoso e catastrófico processo de redução demográfica e desagregação social que levou essa população ao quase completo desaparecimento. Os documentos da “pacificação” mostram que o Estado tinha ciência da grave crise humanitária que abateu esse povo devido aos efeitos das políticas de colonização dirigidas à região, e que mesmo assim nenhuma medida foi tomada para remediar esse processo. A debilidade física e social dos Xavante gerada pela omissão consciente e informada do Estado perante essa situação foi instrumentalizada em benefício de interesses de terceiros em se apropriar das terras indígenas, buscando enfraquecer a população nativa até o ponto em que, no auge da campanha de deslocamentos em 1966, já não tinham condições de resistir à remoção definitiva de seu território.

O processo histórico de despossessão e esbulho dos A’uwe-Xavante não foi apenas territorial, foi também cultural, principalmente no que se refere aos sítios históricos de seu território originário. A demarcação inconclusa da T.I. Marãiwatsédé, que excluiu o centro histórico do território ancestral, demonstra que o processo de expropriação dessas comunidades ainda está em curso, uma vez que o patrimônio arqueológico dos Xavante não é oficialmente reconhecido e a maior parte desses sítios encontra-se em propriedades privadas sob o controle de não indígenas, fora dos limites das terras demarcadas. A violência cometida contra os Xavante de Marãiwatsédé estende-se no tempo por

meio da negação do direito a esse patrimônio histórico e cultural, impedindo essas comunidades de acessar lugares de importância fundacional para seu povo.

Guardadas as devidas diferenças, é como imaginar a cultura ocidental expropriada de suas acrópoles, ou a cultura Maia de seus antigos templos sagrados. Sem o reconhecimento e a demarcação definitiva da área onde estão localizados os antigos centros Bö'u e Ubdönho'u, entre outras aldeias, o território da T.I. Marãiwatsédé encontra-se mutilado de seu passado, de sua história e de sua cultura. Trata-se, portanto de uma forma de despossessão

Imagem 40.
Documentação do
antigo cemitério da
Aldeia Tsinõ.



contínua e em múltiplas dimensões, uma vez que é a própria memória social do povo Xavante que está sendo expropriada junto de suas antigas aldeias. Uma das medidas de reparação essenciais que deve ser implementada pelo Estado é a completude do processo demarcatório conforme estabelecido pela Funai em 1992, restituindo assim esses sítios arqueológicos ao povo Xavante. Além disso, esses sítios devem ser reconhecidos e protegidos como patrimônio cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Depois de quase 50 anos de exílio forçado, quando as comunidades originárias de Marãiwatsédé finalmente conseguem retornar a seu território ancestral de forma definitiva, suas terras já não eram as mesmas. A dramática transformação ambiental da região causada pelo desmatamento massivo que se seguiu à transferência forçada erodiu a diversidade de recursos naturais que formava a base material dos sistemas sociais e culturais dos Xavante. Após o retorno e a demarcação da T.I. Marãiwatsédé, esse legado ambiental ainda constitui um grave entrave para a segurança alimentar dessas comunidades e seu pleno desenvolvimento social.

Resultado direto do processo de remoção das populações indígenas, o estado severo de degradação ambiental de Marãiwatsédé mostra que os Xavante também foram sujeitos a um processo singular de violência que pode ser definido como “desposseção ecológica”, cujos impactos transgeracionais ainda ameaçam a integridade física das comunidades indígenas e de seu território. Além de expropriados de seu patrimônio territorial, cultural e arqueológico, os Xavante de Marãiwatsédé foram expropriados de seu patrimônio natural, ato igualmente violento e ainda sem reparação adequada. A restituição do território aos indígenas está incompleta não apenas no que se refere à área que ainda

não foi regularizada, mas também no que tange à sua restituição ambiental. O direito ao retorno ao território deve ser pleno e integral, incluindo sua dimensão ecológica, uma vez que tal dimensão está vitalmente associada às condições de produção e reprodução do modo de vida e da cultura dos A'uwe-Xavante.

Sendo assim, este estudo indica algumas medidas a serem observadas no processo de reparação a estas comunidades pelas violências e violações que sofreram por parte do Estado:

- Considerando o risco iminente de destruição dos sítios arqueológicos das antigas aldeias e dos cemitérios identificados, o Estado deve implementar medidas urgentes para a proteção destes sítios, incluindo o reconhecimento oficial pelo Iphan como patrimônio cultural nacional;
- Completude da demarcação da T.I. Marãiwatsédé, conforme previsto pela Funai em 1992, incorporando a área de 32 mil hectares identificada na região do Rio Xavantinho onde se encontram os sítios arqueológicos de importantes aldeias como Bö'u e Ubdönho'u;
- Considerando o processo de despossessão ecológica das comunidades de Marãiwatsédé, deve-se implementar medidas para a recuperação ambiental da T.I. visando restabelecer as condições em que esta se encontrava antes dos deslocamentos e remoções;
- Remoção total da Rodovia BR-158 da área demarcada;
- Identificação e reconhecimento da área da antiga Aldeia Tsinõ e da sede da Fazenda Suiá-Missu como patrimônio histórico e cultural, prevendo sua conversão em memorial sobre o caso de remoção forçada dos Xavante de Marãiwatsédé com fins de educar a sociedade nacional sobre as violações de direitos humanos sofridas por essas comunidades, bem como de promover o diálogo e o respeito aos povos indígenas; e

REFERÊNCIAS

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Estudos historicos: Annaes da Provincia de Goyaz. **Revista Trimestral do Instituto Historico, Geographico, e Ethnographico do Brasil**, Rio de Janeiro, Tomo XXVII, Parte Segunda, 3 trim. 1864.

AURELI, Willy. **Terra sem sombra**. 2. ed. São Paulo: Edições Leia, 1964.

BRANFORD, Sue; GLOCK, Oriel. **The last frontier: fighting over land in the Amazon**. London: Zed Books, 1985.

CHAIM, Marivone Matos. **Os aldeamentos indígenas na capitania de Goiás**. Goiás: Oriente, 1974.

CHOVELON, Hipólito. Relatórios 1937-1942. In: MACIEL, João Bosco Monteiro (ed.). **Do primeiro encontro com os Xavante à demarcação de suas reservas**. Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso, 1996.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório: Textos Temáticos**. Brasília: CNV, dez. 2014. v. 2.

COSTA, Alencarliense Fernandes da. **Relatório: 6ª Inspetoria Regional**. Goiânia: Serviço de Proteção aos Índios, 5 jan. 1931.

COSTA, Wanderleya N. G. **A etnomatemática da alma A'uwe-xavante e suas relações com os mitos**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FREIRE, José Rodrigues. **Relação da conquista do gentio Xavante: conseguida pelo Ilmo. e Exmo. Senhor Tristão da Cunha Menezes, Governador e Capitão General da Capitania de Goiaz**. Lisboa: Typog. Nunesiana, 1790.

GIACCARIA, Bartolomeu; HEIDE, Adalberto. **Xavante: Auwẽ e Uptabi – povo autêntico**. São Paulo: Editorial Dom Bosco, 1972.

GOMIDE, Maria Lucia Cereda. **Marãñã Böbödi: a territorialidade Xavante nos caminhos do Ró**. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MAIA, João Marcelo Ehlert. **Estado, território e imaginação espacial: o caso da Fundação Brasil Central**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2012.

MARÉS, Carlos Frederico. **O renascer dos povos indígenas para o direito**. Curitiba, Juruá, 2000.

MATTOS, Raymundo J. da Cunha. Chorographia historica da provincia de Goyaz. **Revista do Instituto Historico, Geographico, e Ethnographico do Brasil**, Rio de Janeiro, Tomo XXVII, Parte Primeira, p. 213-398, 2 trim. 1874.

MAYBURY-LEWIS, David. **A sociedade xavante**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984(1967).

_____. Algumas distinções cruciais na etnologia do Brasil Central. In: WELCH, James R.; COIMBRA, Carlos. **Antropologia e história xavante em perspectiva**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2014.

MENEZES, Maria Lucia Pires de. **Parque Indígena do Xingu: a construção de um território estatal**. São Paulo: Imesp–Unicamp, 1999.

NIMUEMDAJÚ, Curt. **Mapa etno-histórico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

OLIVEIRA, Marcelo Gonçalves. **Auwe Xavante: dos primeiros contatos ao confinamento territorial**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

RAVAGNANI, Oswaldo Martins. **A experiência xavante com o mundo dos brancos**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1978.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Petrópolis: Vozes, 1996.

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça; FERRAZ, Iara. **Relatório de identificação da Área Indígena Marãiwatsédé**. Brasília: Funai, 1992.

SBARDELLOTTO, Pedro. Sugestões para a criação de reservas para os índios xavante (1970). In: MACIEL, João Bosco Monteiro (ed.). **Do primeiro encontro com os Xavante à demarcação de suas reservas**. Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso, 1996.

SEKELJ, Tibor. Observações sobre uma excursão à região da Serra do Roncador e ilha do Bananal. **Boletim de Geografia**, Rio de Janeiro, mar. 1946.

SOUSA, Luis Antonio da Silva e. Memória sobre o descobrimento, governo, população, e cousas mais notaveis da Capitania de Goyaz. **Revista Trimestral de Historia e Geographia**, Rio de Janeiro, Tomo XII, 4 trim. 1849.

SOUZA, Lincoln de. **Entre os Xavante do Roncador**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, Ministério da Educação e Saúde, 1953a.

_____. **Os Xavante e a civilização**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1953b.

TAFNER JUNIOR, Armando Wilson. **Expansão da fronteira agropecuária do oeste paulista para a Amazônia: a trajetória das famílias Ometto e da Riva e a colonização do norte mato-grossense**. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

TAFNER JUNIOR, Armando Wilson; SILVA, Fábio Carlos da. Alta Floresta: uma colônia de Ariosto da Riva em Mato Grosso. **Novos Cadernos Naea**, v. 19, n. 3, p. 205–232, set./dez. 2016.

WELCH, James R. *et al.* **Na primeira margem do rio: território e ecologia do povo Xavante de Wedezé**. Rio de Janeiro: Museu do Índio–Funai, 2013.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

ARQUIVO NACIONAL BRASÍLIA. Fundação Brasil Central. **Caixa 7, Proteção aos índios.** Termos de acordo, convênios, correspondências diversas.

CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA. Campanha Nord-Sud. **Informe enviado ao ministro da Justiça e presidente da Funai.** Iara Ferraz e Mariano Mampieri (org.). São Paulo, 26 jun. 1992.

GRACIO, Héber Rogério *et al.* **Relatório Final:** Complementação dos Estudos Socioambientais da Terra Indígena Maraiwãtsédé – BR158/Trecho: variante leste. *Brasília:* Funai, fev. 2015.

LIQUIFARM AGROPECUÁRIA SUIÁ MISSU S.A. **Requisição.** Brasília, 6 jun. 1974. (Assinado por Alayde Marques de Oliveira).

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Inquérito Civil Público 1.20.004.000072/2014-82.** Procuradoria da República de Mato Grosso, Município de Barra do Garças – Violação de direitos do povo Xavante, em razão da remoção forçada do grupo indígena ocupante do território indígena Maraiwãtsédé, em 1966, por agentes do governo militar brasileiro. Direito à memória e à verdade.

FUNAI

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. **Certidão Negativa.** 7 maio 1974.

_____. **Parecer – Processo Funai/BSB/1556/74, 7 jun. 1974.** (Assinado: “Alceu Cotia Mariz, antropólogo).

_____. **Parecer nº 09/DID/DAF/92.** Brasília: Funai, 2 jul. 1992. (Assinado por Artur Nobre Mendes, chefe da DID/DAF).

_____. **Ofício nº 374/Presi.** Brasília: Funai, 20 jul. 1992.

SPI

SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS – SPI. **Relatório.** 30 ago. 1932.

_____. **Instruções ao Inspetor Especializado Francisco F. Soares de Meireles, para os trabalhos de pacificação dos índios Chavante.** 6 out. 1944.

_____. **Relatório dos Trabalhos e Atividades das turmas de atração dos índios Chavantes.** 1945. (Assinado por Francisco F. Soares de Meireles).

_____. **Ofícios tratando sobre ataque de índios a trabalhadores do posto.** Paranatinga (MT). 21 dez. 1946.

_____. **Ofício destinado ao Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios – Ministério da Agricultura.** 14 jun. 1951.

_____. **Relatório sobre pedido de verba pelos salesianos para a pacificação Xavante.** 30 ago. 1932.

_____. **Ofício tratando sobre ataque de índios a uma construção do posto.** Paranaatinga-MT, 30 out. 1951.

_____. **Telegrama enviado por Benjamin Duarte Monteiro, chefe da Inspetoria Regional 6 do SPI, ao General Rondon, presidente do Conselho de Proteção aos Índios.** Rio de Janeiro, 9 dez. 1952.

_____. **Inquérito Médico Sanitário entre os Xavante.** Rio de Janeiro, 4 out. 1954. (Assinado pelo Dr. Amaury Sadock de Freitas Filho).

_____. **Inquérito Médico Sanitário entre os Xavante.** Rio de Janeiro, 4 out. 1954. (Assinado pelo Dr. Amaury Sadock de Freitas Filho).

SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS – SPI. 6ª Inspetoria Regional. **Relatório.** 5 jan. 1931. (assinado por Alencarliense Fernandes da Costa, encarregado do SPI em Goiás).

_____. **Relatório de Atração Chavante.** 1949.

_____. **Ofício sobre ataque de xavantes.** Paranaatinga-MT, 6 mar. 1950.

_____. **Circular sobre invasão indígena.** Rio de Janeiro, 8 ago. 1950.

_____. **Radiotelegrama sobre crime cometido por índios.** Rio de Janeiro, 30 nov. 1951.

_____. **Radiotelegrama sobre crime cometido por índios.** Rio de Janeiro, 30 nov. 1951.

_____. **Circular sobre ataque indígena.** 1951.

SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS – SPI. 8ª Inspetoria Regional (Ismael da Silva Leitão). **Relatório técnico do posto.** Araguaia (MT), 1958.

SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS – SPI. Ministério da Agricultura. **Autorização.** 11 jul. 1966. (Assinado: “Nilo Oliveira Vellozo, Chefe da Sassi).

_____. PIA Pimentel Barbosa. **Ofício ao Sr. Josino de Assis, DD. Diretor do SPI.** Goiânia, 8 set. 1956.

_____. PIA Pimentel Barbosa. **Ofício ao Sr. Cel. José Luiz Guedes, DD. Diretor do SPI.** Rio de Janeiro – DF, 17 jun. 1957.

_____. PIA Pimentel Barbosa. **Ofício ao Sr. Cel. José Luiz Guedes, DD. Diretor do SPI.** 18 nov. 1957.

_____. PIA Pimentel Barbosa. **Ofício ao Sr. Cel. José Luiz Guedes.** 14 set. 1958.

_____. PIA Pimentel Barbosa. **Relato sobre atividades e necessidades do Posto.** 15 out. 1959.

_____. PIA Pimentel Barbosa. **Ofício destinado ao Sr. Chefe da 8ª I.R. do SPI – Assunto: Aldeia Maru-Acéde.** 3 out. 1959.

_____. PIA Pimentel Barbosa. **Ofício destinado ao Sr. Chefe da 8ª I.R. do SPI.** 19 dez. 1960.

_____. Posto Indígena de Atração Pimentel Barbosa. **Ofício.** 21 out. 1950. (Assinado: “Ismael da Silva Leitão, capataz do Sertão”).

_____. Posto de Atração Indígena Pimentel Barbosa. **Plano de Trabalho.** Rio das Mortes, estado de Mato Grosso, 21 out. 1950.

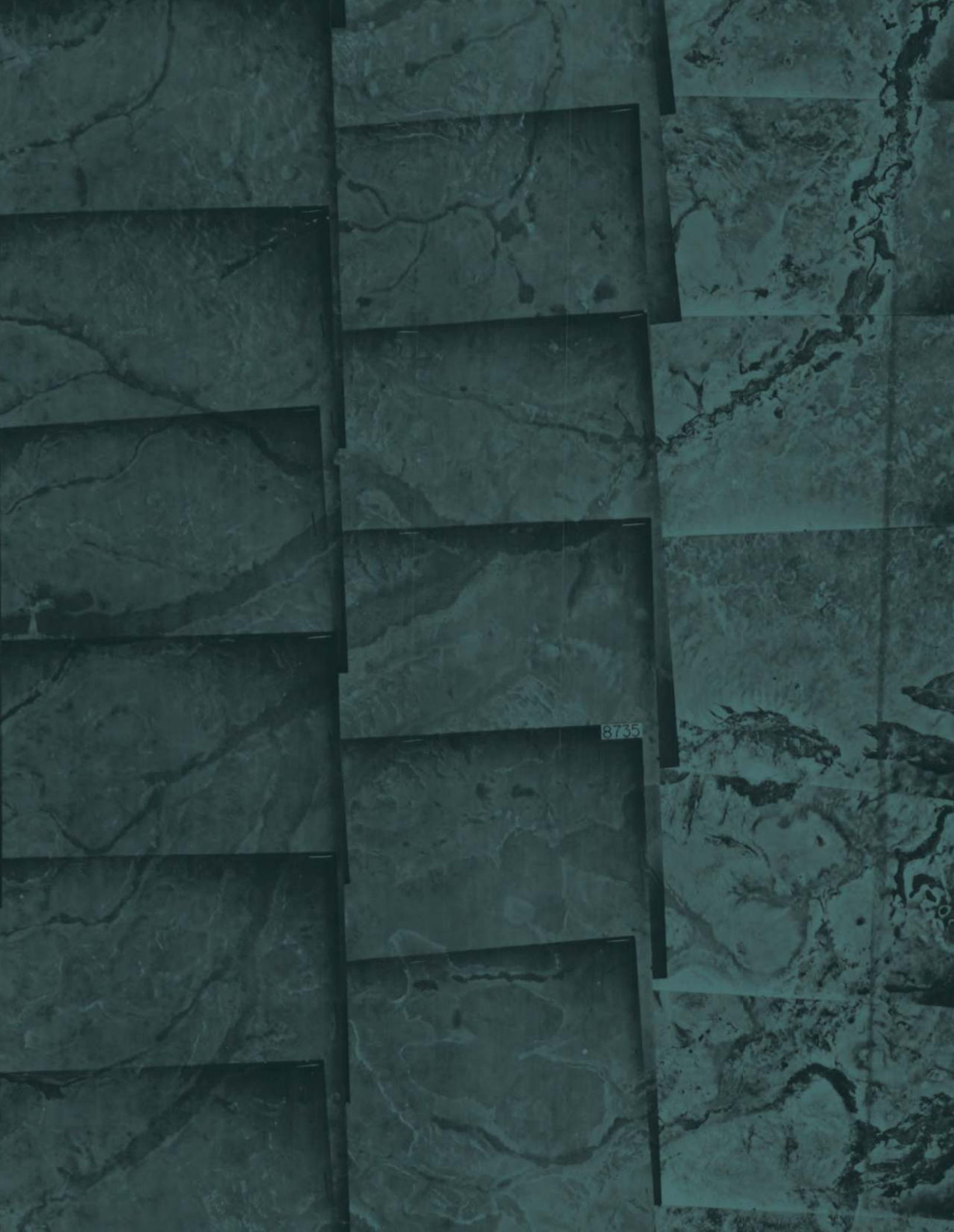
_____. Posto Indígena de Atração Pimentel Barbosa. **Ofício.** 1951.

_____. Posto Indígena Simões Lopes (Camilo Correa e Otaviano Calmon). **Ofícios tratando sobre contato com índios hostis.** Paranatinga-MT, 20 jul. 1948. (Posto Indígena Simões Lopes).

_____. Posto Indígena Simões Lopes (Arlindo Dias da Costa). **Ofício tratando sobre ataque de índios a animais do posto.** Paranatinga-MT, 30 jun. 1951.

26105

21840



8735

MPF
Ministério Público Federal

ISBN 978-65-992597-0-8